

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

VICTOR GABRIEL DE JESUS SANTOS DAVID COSTA

**A COBERTURA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NOS JORNAIS “A
CLASSE OPERÁRIA” E “JORNAL DO BRASIL” (1972-1979)**

SÃO LUÍS

2022

VICTOR GABRIEL DE JESUS SANTOS DAVID COSTA

**A COBERTURA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NOS JORNAIS “A
CLASSE OPERÁRIA” E “JORNAL DO BRASIL” (1972-1979)**

Monografia apresentada à coordenação do curso de
História da Universidade Estadual do Maranhão para
obtenção do grau de licenciatura.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Monica Piccolo Almeida
Chaves

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Esse é o fim de um ciclo iniciado no ano de 2017, que com certeza foi um dos mais intensos e proveitosos processos que tive para dimensionar a importância do ensino e da aprendizagem em torno da Disciplina de História. Foram cinco anos de muito esforço, sacrifício e pesquisa. Foram muitas noites em claro, algumas com uma xícara de café na mão, outras com a minha filha no colo. Muitas renúncias foram tomadas para chegar até aqui. Muitas lágrimas tive que engolir para superar obstáculos que eu mesmo criei, mas, que também superei. Essa superação alcançada não foi fruto de um esforço só meu. Muitas pessoas e instituições estiveram ao meu lado, ajudando e me apoiando nos principais momentos desses primeiros passos da minha vida acadêmica. Muitos me deram as mãos e me ergueram quando não havia mais força física nem psicológica para prosseguir. Outros financiaram meus estudos e projetos científicos. A essas pessoas e instituições eu agradeço a partir de agora.

Agradeço ao casal mais lindo, abençoado, briguento e importante da minha vida. Aos meus pais, Nívea e Magno Malheiros, que sempre lutaram para a concretização desse momento. A eles eu afirmo que esse é apenas o primeiro triunfo das grandes vitórias que virão, e que ainda alcançaremos muitas conquistas que recompensarão todas as batalhas travadas nos últimos 11 anos. Mais do que amigos e confidentes, eles são avós maravilhosos, que protegeram e cuidaram da minha filha nos meus vários momentos de ausência paterna. Aos meus pais. Aos meus melhores amigos. Aos avós da Victória. Muito obrigado. Amo vocês.

Ao meu avô Camilo e, falecida avó, Maria Campos Santos (a maravilhosa Dona Santa), por terem me ensinado a lutar pelos meus objetivos e por terem cuidado de mim durante toda a minha infância. À minha amada tia, Graça Maria, pela alegria que transborda em seu olhar. Aos meus irmãos Carlos Lélis e Felipe Rodrigues por toda parceria e amor envolvido. Ao meu falecido tio Antônio Carlos que agora está no céu descansando e, provavelmente, inventando alguma bugiganga ao lado de Deus. Obrigado “Totó”, pelas inúmeras vezes que me fez sorrir me mostrando que a vida deve ser levada com leveza e muita criatividade. Obrigado, de coração, Família Campos Santos.

À Marcelo Cunha, Márcia, Marcelo e Maria Ibiapino. Sem vocês eu não conseguiria escrever uma página sequer desta pesquisa. Nossas famílias se encontraram nessa vida para

que pudéssemos evoluir. Eu não seria metade do homem que sou hoje se não fossem nossos momentos turbulentos, mas, também de muita alegria. Jamais esquecerei do acolhimento e do carinho que me deram e que ainda me dão. Agradeço à Mirela Ibiapino, que é a pessoa mais amada pela minha filha nesse mundo. À agradeço por ter me tornado pai e por ter sido meu porto seguro em incontáveis vezes. Obrigado pelas leituras e pelas revisões historiográficas e ortográficas feitas nos meus trabalhos científicos. Aprendi a escrever de forma descente graças a você e à sua objetividade. Dedico cada vírgula desta monografia a cada noite mal dormida, e a cada sacrifício feito por vocês para cuidarem da Victória. Obrigado, de coração, família Ibiapino Marques Cunha.

À minha querida sogra, Fernanda Carvalho, por todo amor, carinho e por ter colado no mundo duas pessoas que transformaram, para melhor, o meu ano de 2021. Ao meu cunhado Victor que, mesmo com pouca idade, já demonstra ter um futuro brilhante pela frente. Espero que ele um dia possa ler este parágrafo para compreender o quanto é importante para mim. Ao amor da minha vida, Ana Beatriz Carvalho, minha linda e meiga namorada. Te agradeço, meu amor, por todo apoio que me destes nos últimos meses. Obrigado por aguentar minhas chatices e meus insuportáveis momentos de mau humor. Saiba que “é tão difícil ficar sem você. O teu amor é gostoso demais. Teu cheiro me dá prazer. Quando estou com você. Estou nos braços da paz”. Obrigado, de coração, família Carvalho.

Aos meus amigos e companheiros do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA): Victória, André de Menezes, Werbeth Belo, Raúl, Júnior e Eduardo. Obrigado por sempre estarem presentes nos momentos mais cansativos que passei nessa trajetória acadêmica. Sem sombra de dúvidas vocês foram essenciais para que essa monografia fosse concluída.

Aos meus companheiros do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). Em especial, à Raniele Alves, Luana dos Anjos, Victor Sallas, Ruan Fernandes, Thyanne Cristine e Priscila Piccolo.

À uma das mulheres mais corajosas, inteligentes e dedicadas que conheço, minha orientadora Profa. Dra. Monica Piccolo de Almeida Chaves.

Ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Por fim, agradeço à Vitor e Victória. As crianças mais incríveis do mundo. Vocês dois me fizeram amadurecer enquanto ser humano, e isso também me fez ser um profissional mais

capacitado. Esse trabalho será o primeiro de muitos que farei na minha carreira. Isso acontecerá pois vocês são e sempre serão a minha maior motivação. Guardarei esta mensagem para que um dia leiam e entendam os motivos que me fizeram ser ausente nas brincadeiras e farras em família. No futuro entenderão que todas as renúncias feitas foram tomadas com o objetivo de entregá-los uma vida melhor. Eu amo vocês “mil milhões”.

RESUMO

Com o intuito de propor novas luzes aos debates historiográficos sobre os conflitos rurais em tempos de Ditadura Empresarial Militar brasileira, esta pesquisa visa historicizar a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 a 1974. Busca-se dialogar com um passado que se perpetua em muitas memórias e que foi negado com “verdades absolutas” legitimadas por uma Abertura Política lenta, gradual e segura de uma Ditadura que para muitos ainda não acabou. Trata-se de um trabalho sobre a História do Tempo Presente de um período marcado por acontecimentos traumáticos em que muitos de seus protagonistas foram silenciados por uma história tradicional e pelo ocultamento de documentações a respeito da repressão cometida pelas forças oficiais do Exército brasileiro. Os objetos deste estudo são a historiografia sobre a Guerrilha do Araguaia e os jornais *A Classe Operária*, órgão central do PC do B, e *Jornal do Brasil*, órgão informativo de postura conservadora e católica, que defendia a iniciativa privada. Os impressos foram investigados dentro de um recorte cronológico de 1972 a 1979, mediante os métodos historiográficos propostos pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato. A proposição central deste trabalho parte da hipótese de que ambos os jornais serviram como Aparelhos Privados de Hegemonia contrários à Ditadura. Vale ressaltar que esta última ponderação, bem como a estrutura autoritária brasileira, foram problematizadas por meio das teorias do “Estado de Exceção”, de Giorgio Agamben, e do “Estado Ampliado”, de Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; A Classe Operária; Jornal do Brasil; Ditadura Empresarial Militar brasileira.

ABSTRACT

With the aim of proposing new insights into the historiographical debates about rural conflicts in times of Brazilian Military Business Dictatorship, this research aims to historicize the Guerrilha do Araguaia, which took place between 1972 and 1974. It seeks to dialogue with a past that is perpetuated in many memories, and that was denied with “absolute truths” legitimized by a slow, gradual and sure Political Opening of a Dictatorship that for many is not over yet. It is a work on the History of the Present Time of a period marked by traumatic events in which many of its protagonists were silenced by a traditional history and by the concealment of documentation regarding the repression committed by the official forces of the Brazilian Army. The objects of this study are the historiography about the Guerrilha do Araguaia and the newspapers *A Classe Operária*, central organ of PC do B, and *Jornal do Brasil*, an informative organ with a conservative and Catholic stance, which defended the private sector. The printed matter was investigated within a chronological period from 1972 to 1979, using the historiographical methods proposed by the historian Maria Helena Rolim Capelato. The central proposition of this work starts from the hypothesis that both newspapers served as Private Apparatus of Hegemony against the Dictatorship. It is worth mentioning that this last consideration, as well as the Brazilian authoritarian structure, were problematized through the theories of the “State of Exception”, by Giorgio Agamben, and the “Extended State”, by Antonio Gramsci.

Keywords: Araguaia Guerrilla; The Working Class; Journal of Brazil; Brazilian Military Business Dictatorship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Levantamento de obras sobre a Guerrilha do Araguaia*	99
Tabela 2 - Levantamento de artigos sobre a Guerrilha do Araguaia*	103
Tabela 3 - Levantamento de reportagens do jornal “A Classe Operária” sobre Guerrilha do Araguaia (1971-1976) *	106
Tabela 4 - Levantamento de reportagens do “Jornal do Brasil” sobre a luta pela terra na Amazônia Mato-Grossense (1971-1976) *	110
Tabela 5 - Levantamento de reportagens do “Jornal do Brasil” sobre disputa pelo minério no município de Xambioá e a guerrilha do Araguaia (1971-1979) *	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte do cordel “Aos Nativos”, do jornal “A Classe Operária”63

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CELG – Companhia Energética de Goiás
CGI – Comissão Geral de Investigações
CIE/CIEX – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CO – Classe Operária
COD – Centro de Operações de Defesa Interna
CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
DOI – Destacamento de Operações e Informações
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DSND – Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento
CSN – Conselho de Segurança Nacional
EsNI – Escola Nacional de Informação
ESG – Escola Superior de Guerras
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JB – Jornal do Brasil
MDB – Movimento Democrático Nacional
M-26 – Movimento 26 de Julho
OBAN – Operação Bandeirantes
OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCC – Partido Comunista Chinês

PCUS – Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PEI – Política Externa Independente

PIN – Plano de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SNI – Serviço Nacional de Informação

SISNI – Sistema Nacional de Informação

SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna

STF – Supremo Tribunal Federal

TRF – Tribunal Regional Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNE – União Nacional dos Estudantes

ZDI – Zona de Defesa Interna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	17
1.1 - Os desafios da História Política do Tempo Presente	17
1.2 - O Estado Ampliado de Antonio Gramsci, e o Estado de Exceção de Giorgio Agambem.....	22
1.3 - O Jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa.....	29
CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA POLÍTICO-REPRESSIVA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA	32
CAPÍTULO 3 – A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A IMPRENSA BRASILEIRA (1972-1976)	49
3.1 A historicidade do Jornal “A Classe Operária” e outras ponderações	50
3.2 A historicidade do “Jornal do Brasil” e outras ponderações.....	52
3.3 A orientação e estratégia guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PC do B)...	53
3.4 O protagonismo dos camponeses na região nortista do Brasil e o projeto desenvolvimentista da Ditadura Empresarial-Militar.....	64
3.5 O Estado em seu sentido restrito: As campanhas do exército brasileiro contra os guerrilheiros.	75
3.6 Entre leis e silenciamentos: A exceção em sua fase final.	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	98

INTRODUÇÃO

Para compreender a questão agrária nos seus vários desdobramentos históricos durante o século XX, é importante fazer uma análise profunda sobre a dinâmica das relações entre as estruturas latifundiárias sustentadas pelas forças do Estado que, por muitas vezes, lançou o aparato repressor sobre os movimentos sociais, e os grupos subalternizados que preconizaram a terra como meio de subsistência ou como pequena estrutura comercial. Dessa forma, discorrer sobre os desdobramentos de um acontecimento relacionado com a disputa pela posse da terra no Brasil torna-se de fundamental importância para o enriquecimento historiográfico sobre a temática.

A investigação feita nesta pesquisa é sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974, na região da selva amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, que interliga os estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Este projeto guerrilheiro ocorreu contra as forças armadas do exército brasileiro durante a Ditadura Empresarial Militar instaurada em 1964. A Guerrilha foi orquestrada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) com o objetivo de tomar o poder do Estado do controle das Forças Armadas, a partir de uma estratégia de combate voltada para a luta camponesa baseada nas Revoluções Chinesa de 1949, e Cubana de 1959 (CAMPOS FILHO, 2012; 2013). Patrícia Sposito Mechi (2013) salienta que o conflito entre comunistas e militares não foi alheio aos interesses dos camponeses, e por isso a história construída em torno da Guerrilha deve enaltecer as reivindicações dos trabalhadores rurais em relação à propriedade de suas terras, que foram disputadas pelos latifundiários da região. Essa especificação temática serve para que não seja enfatizada apenas a narrativa tradicional do protagonismo das forças antagônicas entre o exército e os militantes do PC do B.

Essa problemática foi a base das análises feitas nos jornais *A Classe Operária* e *Jornal do Brasil*, analisados a partir do recorte cronológico de 1972 a 1979. A utilização dessas fontes jornalísticas como objetos de pesquisa busca trazer à luz novas hipóteses para o debate histórico sobre a questão agrária no norte do Brasil. Esses dois veículos de comunicação foram instrumentos orgânicos manuseados para expressarem interesses privados sobre disputas político-sociais em decorrência da busca pela conquista do Estado brasileiro, por frações de classes burguesas e proletárias. É importante salientar que os jornais foram analisados tanto da perspectiva que os considera como documentos importantes para compreender o que aconteceu na Guerrilha, como objetos que sustentaram ideais e valores

ético-morais na sociedade civil a respeito deste conflito. A hipótese que norteia as problematizações dos seus discursos e narrativas sugere que ambos os jornais foram Aparelhos Privados de Hegemonia contrários à Ditadura brasileira.

Dessa forma, a pesquisa busca dialogar com um passado que se perpetua em muitas memórias e que foi negado com “verdades absolutas” legitimadas por uma Abertura Política lenta, gradual e segura de uma Ditadura que para muitos ainda não acabou. Trata-se de um trabalho sobre a História do Tempo Presente de um período marcado por acontecimentos traumáticos em que muitos de seus protagonistas foram silenciados por uma história tradicional e, pelo ocultamento de documentações a respeito da repressão cometida pelas forças oficiais do exército brasileiro.

Uma outra questão sobre a relevância deste trabalho pode ser observada na historiografia acerca da Ditadura que ainda é muito solidificada em percepções sulistas, isto é, em olhares que pautam processos históricos que aconteceram em uma zona espacial específica do Brasil, fazendo com que as demais regiões do país percam visibilidade sobre o contexto ditatorial.

Foi possível identificar que somente 27% das pesquisas científicas sobre a Guerrilha são oriundas de centros acadêmicos das regiões que foram palcos dos conflitos (11% do Norte e 16% do Nordeste). O sul e sudeste do país somam um total de 58% de toda a produção desenvolvida sobre a temática (11% do Sul e 47% do Sudeste), e o centro-oeste totaliza 16%. Isso demonstra que as instituições universitárias das regiões norte e nordeste não priorizam um assunto tão importante para se pensar os anos de autoritarismo brasileiro, e com isso acabam deixando em segundo plano um episódio que tende a ser esquecido, perdendo de vista partes importantes de uma memória ainda hoje disputada por homens e mulheres que perderam seus parentes no conflito, e pelo próprio Estado nacional que perpetua a injustiça frente a não criminalização dos atos ilegais cometidos por militares das Forças Armadas contra militantes e camponeses. Vale ressaltar que essa porcentagem se refere às produções de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e defesas de monografia. (ver Tabela. 1, página 99).

Também foi investigada a produção de artigos científicos por alunos (as) e professores (as) de várias regiões do país. Por conta de muitos trabalhos estarem localizados em revistas eletrônicas, ou em anais de simpósios nacionais de história, isto é, fora de delimitações físicas, foi estabelecido uma observação quanto a porcentagem de produções desenvolvidas nas últimas duas décadas, com recortes cronológicos de 5 em 5 anos. Dessa

forma os resultados foram: de 2000 a 2004, foram publicados 3 artigos; de 2005 a 2009 o número sobe para 10; em 2014 a marca chega a 20; e em 2019 foram feitas 24 produções. Além disso, essa análise também foi estabelecida pela identificação de quem produziu estas pesquisas, sendo averiguada a última instituição que a o autor (a) esteve presente no momento da publicação do ensaio.

Dessa forma os resultados foram: 17% para a região norte; 4% para a região nordeste; 4% para o centro-oeste e, 75% para a região sudeste. Isso demonstra uma nítida discrepância de produtividade entre o norte e o sul do Brasil (ver Tabela 2, página 103). Positivamente, esses dados também representam um aumento no interesse da comunidade científica sobre um contexto histórico que por muitos anos foi silenciado pelas restrições feitas às documentações ultra secretas do exército brasileiro.

Vale ressaltar que criticar a ausência de produções científicas das instituições universitárias do norte e nordeste do Brasil não significa desmerecer, ou promover um tipo de inquietação no que tange à produtividade das regiões sulistas. Todavia, essa constatação é necessária, pois a compreensão das particularidades histórico-regionais de todo o Brasil é uma das principais tarefas dos historiadores contemporâneos, principalmente dos pesquisadores nortistas que são historicamente desvalorizados na medida em que a História Nacional silencia o que acontece fora do eixo sul-sudeste.

Dessa forma, buscamos ajudar na desconstrução de uma História Nacional a respeito do período ditatorial que em muitos momentos foi alicerçada em perspectivas regionalizadas, e que generalizaram os acontecimentos históricos a partir de especificidades locais. Por conta disso, é muito importante criticar entidades, partidos políticos e até governos que menosprezam as histórias rotuladas como “subalternizadas”. Mais necessário ainda é desenvolver pesquisas sobre aquilo que não está explicado, ou que é ocultado por motivos de interesses políticos. Esse trabalho visa enaltecer a nossa própria identidade enquanto agentes ativos de uma sociedade muito solidificada em questões agrárias.

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo buscamos definir as concepções teórico-metodológicas utilizadas nesta pesquisa para compreender a Ditadura Empresarial Militar brasileira¹, e o processo de luta política travada entre os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), militares das forças armadas, e os camponeses que viviam no palco do conflito, durante a Guerrilha do Araguaia.

Assim sendo, será discutido a seguir temas como: o uso da História Política do Tempo Presente, as teorias do “Estado Ampliado” de Antonio Gramsci, e do “Estado de Exceção” de Giorgio Agambem. Também será problematizado os métodos e recursos necessários para o desenvolvimento da investigação historiográfica baseada nos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil”.

1.1 – Os desafios da História Política do Tempo Presente

Quando a dimensão da História Política for mencionada neste trabalho é importante que seja compreendida como um produto da dialética relação entre os sujeitos históricos - sejam eles pertencentes às frações de classes dominantes, ou dominadas - e as disputas político-sociais nos conflitos que envolvem a dominação e direção do Estado. Em suma, as lutas de classes são os estímulos desta pesquisa que busca compreender o Estado brasileiro. Rejeita-se aqui a tradicional historiografia positivista do século XIX, que fez uma observação dos conflitos sociais a partir de “cima para baixo”, isto é, analisando as classes subalternizadas mediante as ações das frações de classes dominantes.

Uma das grandes questões que este trabalho pode suscitar e contribuir para as análises historiográficas recentes são os instrumentos historiográficos utilizados para analisar a História do Tempo Presente, isto é, os campos e métodos de observação do historiador que investiga os acontecimentos próximos de sua própria vivência, na medida em que os eventos do passado estudado podem ser compreendidos como monumentos cercados de ressentimentos e paixões afloradas, nas quais os historiadores tendem a se debruçar na arriscada tarefa de se imergir no confronto entre o “(...) conhecimento histórico e os

¹ O termo “Ditadura Empresarial Militar” é um conceito proposto pelo cientista político René Dreifuss (1981), que define o regime autoritário brasileiro, instaurado em 1964, como um projeto de caráter burguês, direcionado por tecnoempresários que se utilizaram das Forças Armadas brasileiras para blindar as medidas político-econômicas voltadas para o capital multinacional e associado. Por isso o sentido “Empresarial” e “Militar” da ditadura. A força coerciva do exército brasileiro é compreendida como parte fundamental, mas não única, da organicidade do projeto hegemônico ditatorial. Essa questão será melhor discutida no capítulo 2 deste trabalho.

testemunhos dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (FICO, 2012, p. 43).

Essa particularidade, que distingue a História do Tempo Presente das demais abordagens de investigações historiográficas, precisa ser bem delineada nos processos de análise das fontes históricas, tendo em conta que se tratam de objetos mergulhados “em uma mesma temporalidade” do historiador que “por assim dizer, não terminou” (FICO, 2004, p. 45). Percebe-se que a ausência do recuo temporal para observar os acontecimentos do passado recorre a uma questão necessária e ainda polêmica a ser discutida, principalmente quando é proposto a sua diferenciação com a ideia de perspectiva.

As investigações que vão em direção a um determinado momento histórico distante foram impregnadas de “verdades” positivistas que consolidaram, até o final do século XX, um objetivo historiográfico que sempre buscou a fictícia neutralidade ou imparcialidade do historiador, fosse pelos objetos analisados, fosse pelas considerações por eles obtidas, “(...) mesmo sendo evidente que o recuo temporal não conduz necessariamente a uma análise isenta de perspectiva, já que se pode analisar um objeto muito recuado no tempo a partir de diversos enfoques” (FICO, 2012, p. 46).

Fico (2012) explica sobre o momento em que o historiador do Tempo Presente passou a ter legitimação para que suas observações não fossem erroneamente julgadas como tendenciosas e, portanto, mal vistas diante do cientificismo adotado pela comunidade acadêmica que regia a historiografia até o momento histórico mais recente.

O autor destaca o que o uso do relato testemunhal das conflagrações cometidas durante a Primeira Guerra Mundial tornou-se “(...) um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos” (FICO, 20014, p. 47), na medida em que introduziu a necessidade de preservação dos documentos e depoimentos dos indivíduos envolvidos neste primeiro grande contexto de crise humanitária do século XX. Já no segundo grande contexto, após a Segunda Guerra Mundial, a legitimação da análise acerca dos acontecimentos deste período foi proposta através do “(...) recursos às fontes orais e à temática dos eventos traumáticos (...)” que tornaram “(...) a questão do testemunho proeminente” (FICO, 2012, p. 47). Obviamente que esse “divisor de águas” da investigação histórica com o recuo temporal encurtado não foi aceito por grande parte dos historiadores, no entanto, essa aproximação também se tratava de uma causa ética-moral, na medida em que buscavam discutir sobre um assunto referente ao nazismo, ao racismo, ao antissemitismo, entre outras questões “traumáticas”, que justificaram o debate como uma forma de não silenciamento.

Também podemos fazer luz às ideias de Joffily (2013), quando a autora nos instiga a pensar sobre os métodos de observações utilizados nas fontes históricas que tratam de acontecimentos históricos recentes. Ela discorre sobre a afirmação de Antonie Prost, quando este enfatiza que “A história afirma o que é verdadeiro; no entanto, suas verdades não são absolutas” (PROST, 2008, p. 257 *apud* JOFFILY, 2013, p. 2). Assim sendo, a pesquisa e a análise histórica assumem “uma contradição constitutiva da disciplina” (JOFFILY, 2013, p.2). A “noção de verdade” colocada pela autora reflete aquilo que Carlos Ginzburg (1993) e Prost (2008) assimilaram como sendo um produto dos métodos utilizados pelo historiador, que se mostram necessários para a comprovação de uma narrativa histórica, alicerçada sob as provas encontradas, e sob a “verdade” construída perante tais, desde que siga o rigor metodológico.

Vale ressaltar que tanto Carlos Fico (2004) como Mariana Joffily (2013) discorrem especificamente sobre as questões historiográficas da História do Tempo Presente, relacionando-as com o caso da Ditadura Empresarial Militar brasileira instaurada em 1964. Ambos problematizam a lei 12.527 de acesso à informação, sancionada em novembro de 2011, na qual:

(...) estabeleceu um quadro legal de redução dos prazos de sigilo e impediu a restrição de acesso a documentos que “versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos” (Seção I, parágrafo único) ou que envolvam “ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância” (Seção V, parágrafo 4º) (JOFFILY, 2011, p. 1).

A partir desta Lei, o acesso à documentação (criada pelos militares sobre os grupos e indivíduos que lutaram contra a Ditadura brasileira) ficou mais acessível ao passo que abriu um campo de discussão sobre o papel do historiador na análise destas novas fontes ricas em informações que, sem o rigor metodológico adequado, certamente poderia suscitar mais problemas do que soluções sobre o período de repressão instaurado no Brasil. Sobre esta ponderação, Joffily (2011) destaca sete questões importantes sobre os usos e abusos destes novos possíveis objetos de análise.

Em primeiro lugar, a autora explica que estes documentos foram desenvolvidos “no âmbito de atividades persecutórias a sobrevalorizar a suspeita (...) pois a investigação não parte de uma acusação concreta, mas de uma presunção de culpa, que guia os policiais na busca de provas para confirmar as suspeitas e condenar o suposto culpado” (JOFFILY, 2011, p. 3). A autora destaca esta tendência de abordagem dos militares como um tipo de “Defeito Profissional”, haja vista que muitos inquéritos e interrogatórios foram justificados sob o

prisma de que as instituições, e os valores cívico-morais estavam sendo ameaçados por interesses subversivos. Além disso, os ditadores, quando não satisfeitos com as respostas pretendidas, afirmavam que todos os opositores à Ditadura interrogados estavam mentindo, a partir de uma conduta que protegia seus valores morais ligados à resistência.

Em segundo lugar, Joffily (2001) pondera que a militância “subversiva” era direcionada para a não confissão das ações oposicionistas à Ditadura, na medida em que “(...) muitos presos políticos desenvolveram artimanhas, nos interrogatórios, como contar uma história plausível, mas total ou parcialmente falsa (...) para ganhar tempo enquanto a equipe de busca ia verificar sua existência (...) (JOFFILY, 2011, p. 4).

Em terceiro lugar, o contexto da Guerra Fria aticava os achismos dos militares sobre os seus rivais na luta diária. Deve ser compreendido que as ações da esquerda armada, de fato, pressupunham agir com medidas mais agudas e propensas à instauração de um sistema socialista no Brasil. Porém, a efetividade de tais artimanhas nunca gozava de recursos bélicos, e até de pessoal, para pensar em uma real tentativa de insurreição que se agigantasse contra as Forças Armadas dentro dos contornos geográficos e sociais do país.

Em quarto lugar, “(...) ao assumir a confissão como prova suprema, os agentes repressivos empregaram sistematicamente a tortura para a obtenção de informações, o que não raras vezes produziu depoimentos falsos e distorcidos (...) (JOFFILY, 2001, p. 5). Essas informações “confiscadas” à força pelos algozes, só eram ditas, muitas vezes, em decorrência da necessidade de o oprimido satisfazer o seu opressor, com o intuito de fazer a tortura terminar.

Em quinto lugar, “(...) há a tendência de enfatizar o perigo representado pelos oposicionistas como mecanismo não apenas de autossustentação do regime, como de autojustificativa do próprio aparelho repressivo” (JOFFILY, 2001, p. 5). Nesse quesito, o “inimigo interno” superestimado torna-se crucial para que as engrenagens dos aparelhos repressivos da Ditadura sejam justificadas. A autora destaca, bem como iremos demonstrar nas páginas a seguir, que a criação dos aparelhos informativos e repressivos foram elaborados a partir de uma suposta ameaça muito perigosa para a “moral e bons costumes da nação”.

Em sexto lugar, os documentos disponibilizados pelos militares não registraram a totalidade das ações desenvolvidas por aqueles que transcreveram tais fontes. Essa obviedade é fruto de uma transição política lenta, gradual e segura, favorável aos militares que já tinham noção da necessidade de restabelecer uma narrativa histórica omissa às torturas cometidas por eles. Assim destaca Green (2007), citado por Joffily (2001):

Os gritos de dor causados pelos choques elétricos no corpo dos prisioneiros não aparecem nos registros policiais. Na verdade, uma leitura superficial dos documentos poderia dar a impressão de que os policiais haviam tido interações corteses e bastante bem-educadas com os detidos, esclarecendo questões em entrevistas subsequentes até poderem reconstituir uma narrativa final e coerente e decidir pelo indiciamento ou não. Alguns relatórios parecem tão inocentes que se poderia imaginar o policial oferecendo um cafezinho antes de um interrogatório de seis ou sete horas, ao fim do qual o prisioneiro confirmou seu depoimento e “nada mais tinha a declarar”. Em suma, os policiais haviam apagado todos os sinais de tortura. (GREEN, 2007, pp. 206-207 *apud* JOFFILY, 2007, p. 6).

Por fim, a autora destaca que a “(...) documentação disponibilizada ao público está cheia de lacunas, pois é uma tendência geral dos regimes autoritários, em situações de transição política, a destruição de documentos comprometedores (...)” (JOFFILY, 2007, p.7). Joffily (2011) ainda destaca o exemplo dos casos arquivísticos do DOPS de São Paulo, extinto em 1983, sendo o seu acervo levado para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu fechado até 1991, quando foi disponibilizado ao Arquivo Público de São Paulo. Joffily destaca que “há fortes suspeitas de que, no período em que esteve sob a guarda da Polícia Federal, o arquivo tenha sido alvo de depuração por parte de agentes ligados aos antigos órgãos repressivos” (JOFFILY, 2011, p. 6).

Essas sete ponderações de Joffily (2011) serviram para pensar os usos e abusos da imprensa brasileira no que se refere às narrativas impregnadas nas páginas dos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil”, com o objetivo de compreender as singularidades das ações dos militares, militantes e camponeses que participaram direta e indiretamente da Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 a 1975. Ou seja, o método utilizado pela autora para indagar os documentos revelados pela lei 12. 527 alicerçaram parte dos questionamentos feitos aos impressos destacados.

Portanto, destaco que, de acordo com os caminhos propostos por Joffily:

Em primeiro lugar, é importante entender que ambos os periódicos, principalmente o “Jornal do Brasil”, estavam com suas atividades investigativas e informativas restritas em decorrência da censura sofrida. Essa censura certamente forjou os embates políticos encontrados nos impressos, que em muitos casos tiveram que consolidar uma ideia pautada pela Doutrina de Segurança Nacional (que será posteriormente explicada) para os editoriais fossem publicados.

Em segundo lugar, as ações subversivas dos militantes do PC do B serão problematizadas a partir dos contornos político-sociais que elas provavelmente alcançaram,

isto se aplica aos textos do jornal “A Classe Operária”, pois deve ser ressaltado que em momentos de disputas de narrativas, as paixões afloradas nos discursos podem transformar uma pedra atirada numa viatura policial em uma metralhadora carregada de sentimentos revolucionários.

Em terceiro lugar, buscamos questionar as próprias informações expressas nos dois impressos. Elas apresentam correspondência com os acontecimentos históricos? Isto é, qual é o objetivo construir essa “verdade”? Por quais motivos estas informações foram publicadas? Será que os editores destes jornais (apoiadores da Ditadura, ou da causa revolucionária) querem que os seus inimigos entendam a conjuntura política nacional e de Guerrilha de forma incorreta? Quais as controvérsias encontradas entre o que explanam sobre os acontecimentos, e o que realmente compreendem sobre estes acontecimentos? É importante salientar que o jornal “A Classe Operária” é uma documentação rica em constatações sobre as estratégias guerrilheiras do PC do B. Dessa forma, sabendo a dimensão do aparelhamento repressivo e informativo da Ditadura, qual a possibilidade de os comunistas forjarem falsas informações a respeito dos conflitos armados?

Em quarto lugar, destaco que a documentação que foi analisada neste trabalho certamente está repleta de lacunas. Da mesma forma que os métodos utilizados para investigar tais incompletudes também devem estar cercados pela imaturidade do pesquisador que dirige esta investigação. Cabe aqui destacar a total honestidade intelectual desta pesquisa, que não busca fechar nenhuma discussão sobre os jornais mencionados, nem sobre a Guerrilha do Araguaia, mas, possibilitar que novas hipóteses sejam construídas a partir dos problemas propostos.

1.2 – O Estado Ampliado de Antonio Gramsci, e o Estado de Exceção de Giorgio Agamben.

Os discursos que serão posteriormente abordados neste trabalho perpassam por uma análise teórica fundamentada no pensamento do escritor e cientista político Antonio Gramsci, pensador italiano que desenvolveu uma análise referente ao Estado, compreendendo-o em dois âmbitos fundamentais: a dialética entre os planos do consenso e da coerção. Essas duas formas de enxergar os conflitos político-sociais é o alicerce teórico que explica as contradições de um Estado capitalista de tipo avançado a partir de sua teoria Ampliada. Gramsci é um dos escritores marxistas mais renomados e originais que, segundo Carlos

Nelson Coutinho (1989), conseguiu trazer importantes renovações ao marxismo. Tudo isso graças à sua teoria do “Estado Ampliado”.

Para que se possa dialogar com as ideias centrais dessa concepção inovadora de Estado, é importante entender que a partir das teorias de Karl Marx o uso da coerção, isto é, o uso da força do Estado, era a noção máxima que os teóricos adeptos ao marxismo tinham sobre o funcionamento e a dominação das estruturas estatais. Ou seja, as mobilizações sociais em apoio e em oposição às monarquias, impérios, repúblicas com poderes centralizados, e aos novos Estados capitalistas liberais, eram pouco analisadas, na medida em que população era mais enxergada enquanto instrumento final de um Trabalho de Massas doutrinário.

Marx, Engels e Lênin examinaram também a estrutura do Estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, o Estado capitalista liberal) faz valer essa natureza de classe (COUTINHO, 1989, p.74).

Desta forma, a teorização Marxista Clássica sobre o Estado afasta a totalidade deste do conceito de sociedade civil (consenso), entendendo-o como “o conjunto de aparelhos repressivos” (COUTINHO, 1989, p.74). Essa perspectiva (fruto do tempo histórico vivido por Marx, no momento em que a sociedade civil não possuía uma atividade política tão propícia para tamanha compreensão) foi fortemente contra argumentada por Gramsci, pois, segundo sua teoria, existem fatores sociais e culturais que vão além da estrutura materialista (econômica) e coerciva que concretizam o uso da dominação de uma determinada fração de classes sobre as outras, sendo este, o papel principal do Estado; a condicionalidade dos interesses de uma fração de classes sob os sacrifícios de outras. Nesse sentido, existe uma importante questão que possibilita a consolidação de uma hegemonia: a esfera ideológica de determinadas frações dominantes. Assim sendo, a ideia de dominação é compreendida a partir dos meios consensuais (sociedade civil) e coercivos (sociedade política). Ou seja, o Estado é força, ao mesmo tempo em que se manifesta como consenso.

As ideias que coadunam os posicionamentos políticos desses dois pensadores referem-se à percepção sobre o contexto social que ambos estavam inseridos, com o intuito de compreender como a fração burguesa dominante conseguiu consolidar e manter sua dominação sobre a classe oprimida. As saídas para a desestruturação dessa rede opressora possuem duas variáveis com estratégias distintas. Para Marx, fazia-se necessária a utilização da Guerra de Movimento (termo utilizado por Gramsci para compreender as lutas de tipo

Oriental²) para se chegar ao período da Ditadura do Proletariado e assim dar continuidade ao processo de formação da sociedade comunal. Para Gramsci, a Guerra de Movimento, tal como aconteceu na Revolução Russa de 1917, não servia para o contexto das sociedades de tipo Ocidental, onde se tinha como característica um sistema capitalista de tipo avançado, ou seja, com uma sociedade civil mais articulada, em que a luta política destes sujeitos também se sobressaia diante dos embates militares.

(...) a luta política é muitíssimo mais complexa: em certa medida pode ser comparada às guerras coloniais ou às velhas guerras de conquista, quando o exército vitorioso ocupa ou se propõe ocupar permanentemente todo ou uma parte do território conquistado. Então o exército vencido é desarmado e dissolvido, mas a luta continua no terreno político e da preparação militar (GRAMSCI, 1988, p. 68).

Dessa forma, o teórico dos Cadernos dos Cáceres percebe que para tirar o poder hegemônico da fração burguesa dominante era necessária uma análise histórico-regionalista, compreendendo as conjunturas dessa sociedade e verificando seus particularismos (essa percepção é fruto da influência de Lenin nos escritos do filósofo italiano). Com isso, Gramsci organiza o conceito de Guerra de Posição, exemplificando a situação da Itália mediante a consolidação da hegemonia fascista de Mussolini. Nessa perspectiva, o autor afirma que “a sociedade civil se transformou em uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 1988, p. 73).

A “generalização” de Marx e o “regionalismo” de Gramsci são dois pilares fundamentais de suas teorias que diferenciam as suas observações sobre o Estado, embora Marx seja mal compreendido em muitos estudos que esquecem a perspectiva dialética de suas teorias. Além disso, o filósofo dos Cáceres percebeu que essas sociedades de tipo ocidental eram compostas por duas estruturas que estão intrinsicamente ligadas: as estruturas civil e política.

Ambas (as sociedades civil e política) em conjunto, formam “o Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)”; o Estado que, em outro contexto,

² Os Estados de tipo Oriental são denominados por Gramsci como aqueles que ainda não possuem um capitalismo de tipo avançada.

Gramsci define também como “sociedade política + civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (...) (COUTINHO, 1989, p. 77).

A sociedade civil passa a ser a “mediadora entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1989, p.73). A partir dos “Aparelhos Privados de Hegemonia”, isto é, “(...) os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso “privado”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1989, p.76), consolidou-se a ênfase de Gramsci sobre o teor ideológico emanado pela sociedade civil.

A sociedade civil formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revista, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.) (COUTINHO, 1989, p.76).

É a partir deste consenso que se torna viável a manobra de um Projeto de Hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia, além dos aparelhos coercitivos do Estado, são instrumentos que possuem o objetivo de colocar os processos políticos de frações dirigentes e dominantes, em condição de hegemonia. O poder coercitivo terá a função de revestimento dessa etapa consensual, sendo a sociedade política responsável por essa engrenagem repressiva, utilizando-se dos meios burocráticos executivos e da polícia-militar para que se reafirme a dominação, caso haja um fracasso espontâneo do consenso.

Para além de Gramsci, Giorgio Agamben também estabeleceu na sua obra “Estado de Exceção” (2004) uma reflexão fundamental para este trabalho, na medida em que desenvolvemos uma investigação sobre um regime ditatorial que foi instaurado sob a justificativa da *necessidade* de resgatar a “normalidade” de um país mergulhado em uma crise política e econômica. No Brasil, coube às Forças Armadas estabelecer um caminho que deveria levar o povo brasileiro a “reviver” momentos de suposta tranquilidade política, econômica e social. É importante lembrar que o Exército Nacional era apresentado no período pré-golpe como a última reserva da força moral e cívica do país.

Agamben considera ser comum, nos Estados do mundo ocidental, a adoção de uma “exceção” que objetiva restabelecer uma suposta ordem e segurança para o Estado em momentos de crises político-sociais. A ideia de “exceção” é entendida como uma estrutura

construída em situações nas quais a “regra” não poderá alcançar os resultados de coesão social necessários no contexto de crise.

A esta “regra” aplica-se a ideia de “normalidade”, que é encontrada nas estruturas da Democracia ocidental, legitimada pela soberania do povo, e pela divisão igualitária das forças políticas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Já a “exceção” refere-se às ações políticas do poder executivo que são tomadas quando o Estado se encontra em uma situação de desarmonia, isto é, afetado por crises que podem ter as mais variadas características (econômica, social, política, ideológica), dependendo do ângulo que se busca observar o Estado e os grupos políticos que o querem dirigir através de um projeto hegemônico.

A “exceção”, portanto, trata das medidas ditatoriais, ou seja, do estabelecimento de um regime forte e comandado por uma unidade política bem delineada por uma fração de classes dominantes que possua interesses em comum, e que pretende instaurar uma coesão no Estado até que os ânimos políticos, econômicos e sociais voltem à normalidade. Agamben exemplifica esse Estado de Exceção a partir da relação que este conceito possui com a ideia de guerra civil, trazendo à luz deste debate o caso do Estado Nazista.

Entre os elementos que tornam difícil uma definição do estado de exceção, encontra-se, certamente, sua estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência. Dado que é o oposto do estado normal, a guerra civil se situa numa zona de indecidibilidade quanto ao estado de exceção, que é resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos. Exemplo de guerra civil legal é o Estado Nazista, estado de exceção que durou 12 anos. (AGAMBEN, 2004, p.12).

O debate desenvolvido no trabalho de Agamben (2004) é colocado sob a perspectiva do campo do Direito, principalmente quando ele discute se a origem do Estado de Exceção está dentro ou não da lei, e se esta lei possui forma “legal” perante as normas estabelecidas pelos acordos constitucionais que estruturam o Estado ocidental. Essa discussão torna-se de extrema importância para o presente trabalho quando observamos, no caso ditatorial brasileiro, a criação de uma nova Constituição em 1967 e o estabelecimento de Decretos-Leis (também chamados de Atos Institucionais) como instrumentos de legitimação da ausência de direitos da população, e do enfraquecimento dos poderes legislativo e judiciário em prol do fortalecimento do poder executivo, que Agamben considera ser um poder soberano dentro do Estado de Exceção.

Sendo a “exceção” justificada pelas necessidades de restabelecer a harmonia dentro do Estado, isto é, pelas necessidades de sair da crise em que o Estado se encontra para que ele não entre em colapso, a criação de leis torna-se um mecanismo de manutenção deste Estado, demonstrando que os ditadores se preocupam com sua integridade. O acordo selado entre a população e o corpo político que dirige e organiza as estruturas estatais não pode ser desfeito, caso isto ocorra, a crise não será mais dimensionada pelas disputas pelo poder dirigente e hegemônico do Estado, mas, pelo próprio significado que ele possui para os cidadãos. Dessa forma, ao estabelecer um caráter “legal” para os regimes ditatoriais, os ditadores preservam aquilo que os permite governar: a existência do próprio Estado. Assim sendo, o Estado de Exceção é definido por Agamben “(...) não simplesmente para salvaguarda da segurança e da ordem pública, mas para a defesa da ‘constituição liberal-democrata’. A democracia protegida torna-se, agora, a regra sem regra.” (AGAMBEN, 2004, p.30).

Para Agamben (2004), o Estado de Exceção existe mediante a criação de leis que não são construídas dentro do estado normal, de acordo com o ordenamento jurídico estabelecido pelas democracias ocidentais. Ou seja, quando um ditador assume o poder do Estado é comum que sejam elaboradas leis a partir da exclusão de outras leis para que a Ditadura seja legitimada. No entanto, ao buscar a legitimação do novo poder instaurado faz-se exatamente o contrário, na medida em que é proposto a deslegitimação daquilo que outrora foi constituído pelos cidadãos e pelos três poderes. A exclusão das leis anteriores é feita de forma ilegal, mas dentro da lei e da constituição recém-constituídas para que o Estado não entre em decadência.

Essas leis são regidas pela justificativa da *necessidade*, causada em decorrência da crise, e serve para que os poderes do soberano (aquele, ou aqueles que dominam o poder executivo) ganhem limites ainda maiores, diminuindo os direitos dos cidadãos. A aplicação destas leis, no entanto, torna-se indiferentes ao direito, e por isso Agamben utiliza-se da expressão “Força de lei”, para explicar que embora as medidas legislativas ganhem uma conotação de legitimidade das ações coercivas do Estado de Exceção, e da retirada dos direitos dos cidadãos, estas não podem ser encaradas como “leis” verdadeiramente constitucionais, sendo ponderadas apenas a sua “força”, que é gerida pelos “plenos poderes” do soberano.

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-realiza (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a consequente

constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real (AGAMBEN, 2004, p. 63).

Dessa forma, Agamben observa que é o soberano quem estabelece as leis, que não podem ser consideradas como tais, mas que possuem forças nas quais permitem ao ditador ter uma falsa legitimidade no exercício de sua governabilidade. Além disso, é do discurso deste soberano (aqui também rotulado de ditador, para a maior aproximação da linguagem conceitual de Agamben com o debate esta pesquisa), que surge a falsa concepção de “necessidade”, haja vista que o “necessário” tende a ser confundido pelo povo com a ideia de “constitucional”. Portanto, o intuito de regenerar os “bons costumes”, e as estruturas econômicas do Estado nada mais é do que um interesse próprio do ditador, ou dos outros indivíduos que dividem a dominação, que se colocam como únicos sujeitos capazes de “mudar” a situação política do país.

A ação dos que exercem a soberania, isto é, as classes hegemônicas que dominam e dirigem o poder do Estado, utilizam-se da norma constitucional para que seja possível definir o pertencimento das leis criados pela Ditadura dentro da norma jurídica. No entanto, isto não é possível, pois trata-se de uma ação inconstitucional, mas que demonstra que as ações legislativas tomadas pelo poder executivo fazem parte da própria constituição. Ou seja, os Decretos-Leis implantados na Ditadura são considerados, dentro do Estado de Exceção, como instrumentos ilegais que possuem Força de Lei, e que por terem sido criados mediante a necessidade de exclusão da norma jurídica normalmente válida, demonstram que o poder exercido pelo soberano (a partir da Força de Lei) está dentro da norma jurídica, pois foi por este poder que ela foi anulada, para então ser possível a vigência das lei estabelecidas pelo ditador que não possuem caráter legal, mas, que possuem a *força* atribuída pelo soberano para que sejam aplicadas.

(...) a teoria do estado de exceção pode ser apresentada como doutrina da soberania. O soberano, que pode decidir sobre o estado de exceção, garante sua ancoragem na ordem jurídica. Mas, enquanto a decisão diz respeito aqui à própria anulação da norma, enquanto, pois, o estado de exceção representa a inclusão e a captura de um espaço que não está fora nem dentro (o que corresponde à norma anulada e suspensa) ‘o soberano está fora [steht ausserhalb] da norma jurídica normalmente válida e, entretanto, pertence

[gehorf] a ela, porque é responsável pela decisão quanto à possibilidade da suspensão in tolo da constituição. Estar fora e, ao mesmo tempo, pertencer; tal é a estrutura topológica do estado de exceção, e apenas porque o soberano que decide sobre a exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser, é que ele pode ser definido pelo oximoro êxtase-pertencimento. (AGAMBEN, 2004, p. 56-57).

As novas Constituições e os Decretos-Leis estabelecidos pela Ditadura Empresarial Militar brasileira serão detalhadamente explicadas nos próximos capítulos deste trabalho.

1.3 – O Jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa.

De acordo com a historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988), a utilização do jornal feita pelos historiadores como fonte de pesquisa histórica, até meados do século XX, era possibilitada e questionada a partir de duas posturas metodológicas que consideravam tal tipo de documento como repositório da verdade, ou, como meio de comunicação suspeito e incapaz de projetar quaisquer hipóteses sólidas sobre as dinâmicas sociais do passado (CAPELATO, p. 21, 1988). Nessa perspectiva, a dinâmica pluralista dos periódicos, com os seus mais variados interesses classistas, tornava-se silenciada e substituída por uma relação antagônica entre o “falso” e o “real”.

A partir da década de 1970, alguns historiadores formularam uma modelagem teórico-metodológica em relação ao uso das fontes históricas enquanto objeto de pesquisa. Na França, o movimento dos Annales trouxe à tona uma maneira de usar os recursos jornalísticos a partir de uma nova abordagem histórico-crítica que foi na contramão da simplória utilização do século XIX. Nessa ampla inovação investigativa sobre vários usos e abusos de tipologias documentais, pôde-se observar uma “(...) ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica, e nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias (...) até imagens iconográficas, de canções aos testemunhos, de diários particulares anônimos aos jornais (...)” (LAPUENTE, 2015, p.3).

A objetividade deste tipo de “fazer historiográfico” tornou-se uma polêmica extremamente debatida entre os profissionais da história, porque a tradição positivista do século XIX, que consolidou o trabalho do historiador como um tipo de constatação da verdade, promoveu um sentimento de receio nas novas produções historiográficas. A não oficialidade dos objetos jornalísticos, e a nitidez dos sentimentos pessoais e coletivos por ele emanados, causou uma barreira indigesta a ser quebrada pelos pesquisadores. Dessa forma, Capelato (1988) explica que o trabalho de investigação histórica feita a partir dos

jornais precisa ser muito bem delimitado e revisado, para que seja possível a consolidação de um produto final que se aproxime ao máximo da objetividade, mesmo que seja impossível alcançar a total clareza sobre os fatos do passado.

Para ser mais didático, o jornal enquanto fonte é utilizado para compreender os acontecimentos históricos e seus vários desdobramentos ao longo do tempo, a partir de fragmentos que possam sugerir teses que iluminem o passado. Já o jornal enquanto objeto torna-se um instrumento do fazer historiográfico que instiga o historiador a pensar a sociedade a partir da historicidade do próprio impresso, ou seja, de quem o mantém, e de quem os edita. Essa objetividade mencionada refere-se à análise do jornal enquanto documento repleto de valores e princípios que nos ajudam a entender as sociedades. Trata-se de uma análise sobre o passado a partir de informações construídas e sobre o próprio passado, mas também sobre as versões e controvérsias sugeridas por intelectuais que mantiveram este meio de comunicação a partir de interesses particulares.

Dessa forma, Capelato (1988) explica que é papel do historiador saber quem são os proprietários dos jornais, a quem eles se dirigem e quais os interesses políticos que podem ser destacados nas páginas dos impressos. Para tanto é necessário compreender também a materialidade deste tipo de documentação, observando a linguagem adotada sabendo para qual classe social eles se dirigem, além de investigar a qualidade da diagramação para compreender em quais condições físicas eles eram produzidos e quais eram os recursos financeiros disponíveis para tais produções. Tudo isso faz parte de um método de análise que torna o jornal mais objetificado, ou seja, mais concreto na investigação do historiador.

Capelato (1988) considerou o conceito de *Grande Imprensa* para se referir àqueles jornais visam construir consenso em torno da sociedade civil, na tentativa de angariar privilégios políticos e lucrativos. Essa iniciativa acaba confundindo as noções cívicas dos cidadãos com as do dono do jornal, e possibilita a manipulação de opiniões públicas que permitem a ascensão, estabilidade e degradação de determinados grupos sociais dominantes, ou dominados.

Na grande imprensa, onde mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir. O periódico que se destina a um público de elite caracteriza-se, geralmente, pela apresentação sóbria, como é o caso de O Estado S. Paulo e Jornal do Brasil. Os que se dirigem a outras faixas de mercado apelam, em maior ou menor grau, para

ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc. (CAPELATO, 1988, p. 15).

Nessas condições, as pontuações de Antonio Gramsci (1988) ganham contornos importantes no momento em que o jornal pode ser considerado um *Aparelho Privado de Hegemonia*, ou, de *Contra Hegemonia*. Em relação às questões acerca da Ditadura Empresarial Militar, os periódicos que fizeram excessivos posicionamentos positivos sobre o regime ditatorial podem ser considerados como aparelhos que buscaram construir consenso social, isto é, que moldaram a opinião coletiva da sociedade de apoio ao golpe de Estado de 1964.

É importante salientar que o jornal “A Classe Operária” está aquém de interesses lucrativos e por isso as ponderações teóricas sobre a *Grande Imprensa* não podem ser aplicadas na sua análise. Este impresso possui uma estrutura jornalística diferente de todas as outras investigadas neste trabalho, em decorrência do contexto e da necessidade histórica em que ele foi produzido. Enquanto o “Jornal do Brasil” possuía uma estrutura empresarial com intenções lucrativas bem estabelecidas, o “C. Operária” era considerado subversivo e ilegal devido a sua função de servir como Órgão Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) com o objetivo de construir consenso e explicar os acontecimentos revolucionários para os seus militantes.

CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA POLÍTICO-REPRESSIVA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA

No início da década de 1960, o Brasil estava imerso em uma situação de contradições político-econômicas. Faz-se necessária uma problematização para que seja possível compreender o projeto ditatorial hegemônico instaurado em 1964.

Primeiramente, deve-se entender que as disputas políticas iniciadas no final dos anos 1960 ocorreram entre duas frações de classes dominantes do país: os grupos da burguesia tradicional, dos setores oligárquicos que apoiavam a permanência de uma república de tipo “populista”; e uma incipiente organização burguesa do bloco multinacional e associado que foi se tornando progressivamente uma poderosa frente coesa de manipulação capitalista. Essa disputa pelo poder nasceu diante das políticas econômicas adotadas desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual “elegu-se o setor produtivo de bens de consumo duráveis (ou Departamento III) como o setor de ponta da acumulação” (MENDONÇA, 1986, p. 45), tornando os investimentos industriais em algo extremamente vantajoso para a classe burguesa do bloco multinacional e associado, que tinha na sua frente um mercado nacional cativo de disputas mercadológica-industriais, já que o Brasil se caracterizava naquele período pela sua essencialidade rural.

Para projetar a política desenvolvimentista de Kubitschek, propagandeada por ele como uma ação que visava industrializar o país em um período de cinco anos (o famoso *slogan* “50 anos em 5”), foi criado o Plano de Metas do governo, que objetivava a “curto prazo, acelerar o processo de acumulação capitalista, pela ampliação da produtividade dos investimentos realizados e por realizar. A médio prazo, buscava-se atingir a elevação do nível de vida da população, superando a miséria pelo estabelecimento de um novo modo de viver” (MENDONÇA, 1986, p. 51). Mendonça (1986) cita que esse projeto desenvolvimentista se voltou para os setores da energia, dos transportes, da alimentação e indústrias de base. Além disso, também potencializou a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro, instituindo uma política estatal “na formação interna de capitais”, e orientando a canalização de recursos privados para áreas estratégicas (MENDONÇA, 1986, p. 53). Criava-se então a base da estrutura político-econômica de uma fração da classe dominante que foi posteriormente composta por “profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais” (DREIFUSS, 1981, p.104), que após os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) fomentaram o projeto hegemônico ditatorial instaurado em 1964.

Contudo, essa nova organização econômica, articulada principalmente para o setor industrial e comercial, e que menosprezou o setor alimentício, potencializou um elevado índice de miserabilidade social, que pode ser observada a partir das taxas inflacionárias que chegaram a 24,3% em 1958; 30,5% em 1959; 47,7% em 1960; 51,3% em 1962, e 81,3% em 1963 (SILVA, 2000, s/p). Desse modo, é possível compreender que as classes mais pobres do Brasil sofreram um duro golpe diante de políticas econômicas que privilegiaram a desigualdade social, sendo este fardo carregado para proporcionar o enaltecimento do crescimento industrial.

Quando Jânio Quadros assumiu a Presidência da República ele articulou uma estratégia econômica que visava diminuir a inflação através do equilíbrio do balanço de pagamentos, ou seja, através de uma alternativa econômica ortodoxa não caracterizada pela emissão monetária. No entanto, em troca de apoio político, Quadros fomentou uma nova ação econômica caracterizada pela concessão de créditos estrangeiros, o que não permitiu a queda inflacionária desejada, e ainda lhe deixou em uma profunda “saia justa” com os setores da burguesia e do proletariado nacional, que o rotularam como entreguista diante da dependência que o Brasil se encontrava em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (SILVA, 2000, s/p). É nessa conjuntura que Quadros adere a uma “Política Externa Independente”, isto é, que consistia “em um não alinhamento automático no conflito que opunha os blocos capitalista e socialista” (SILVA, 2000, s/p). Essa reorientação o caracterizou como um líder que feria os “ideais cristãos e democráticos”, mediante a irritação dos Estados Unidos que comparou aquele posicionamento dirigente como sendo uma ação parecida com a “questão socialista cubana” (SILVA, 2000, s/p).

O governo foi progressivamente esvaindo-se de uma política coesa, e nem a direita, nem a esquerda nacional, via naquele governo algo de “esperançoso”. Jânio Quadros renunciou em agosto de 1961 em uma tentativa de insuflar seu apoio popular, cabendo-lhe apenas enxergar uma nação que não foi às ruas pedir o seu retorno. Em contrapartida, o agora ex-presidente conseguiu mergulhar o Brasil em um clima de convulsões políticas acirradas em um contexto de bipolarização mundial, pontuada pela Guerra Fria entre o liberalismo estadunidense e o socialismo soviético. Isso porque a sua postura “confusa” e peculiar de diplomacia havia lhe dado rótulos ambíguos de defensor do liberalismo ortodoxo e de promissor aderente às questões socialistas.

Em 1961, João Goulart assume a presidência da República mediante um regime parlamentarista. Em meio à crise política deixada após a renúncia de Quadros, Goulart

precisava articular uma estratégia de controle inflacionário que atendesse aos danos existentes, resultados das artimanhas econômicas deixadas por seus antecessores. A população intensificou os protestos, os operários organizaram sucessivas greves, e os camponeses se amotinaram nas lutas contra a opressão dos grandes latifundiários.

Mesmo com uma boa aprovação popular, Goulart precisava construir um projeto de governo que estivesse de acordo com as articulações conservadoras que compunham o poder dirigente, sem deixar de lado aquilo que lhe tornava forte enquanto liderança política: sua característica de “homem do povo” e apoiador das causas trabalhistas. Essa dualidade, no entanto, foi silenciada pelos seus opositores conservadores que logo o rotularam como um líder prevaricador, com pretensões socialistas. Vale lembrar que Goulart representava a ala mais progressista da sociedade, e que o seu governo pontuou questões muito custosas para os setores burgueses, mas, não é equívoco afirmar que seu projeto governativo também foi escrito mediante interesses das frações de classes dominantes, principalmente daquele primeiro grupo, anteriormente citado, dos setores oligárquicos.

Personificado pelo seu caráter populista, João Goulart lança sua tese de reafirmação democrática a partir das Reformas de Base, que eram centralizadas em: Reforma Agrária, que consistia na promoção da democratização das propriedades de terras inexploradas, ou exploradas que não tinham funcionalidade social, sendo tal proposta dificultada por questões constitucionais; Reforma Educacional, que consistia no estabelecimento de princípios mínimos da qualificação do ensino básico e acadêmico nacional, com metas que visavam diminuir o analfabetismo, além da reforma universitária que propunha abolir a cátedra vitalícia; Reforma Fiscal, com o projeto de aumentar a arrecadação fiscal, bem como limitar as expedições lucrativas ao exterior, o que poderia afetar diretamente as empresas multinacionais; Reforma Eleitoral, que previa a participação cidadã dos analfabetos e dos militares de baixa patente nos processos eleitorais, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enquanto instituição capaz de exercer funcionalidade nas estruturas democráticas; Reforma Urbana, que traçou metas para possibilitar a habitação digna para famílias que viviam à margem da sociedade; Reforma Bancária, que foi proposta com o principal intuito de conceder crédito aos produtores agrícolas (SILVA, 2000; SILVA, 2019; TOLEDO, 1982).

O projeto reformista aspirado por Goulart, oficialmente chamado de “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”, acalentou momentaneamente, e não amplamente, a ala progressista do Brasil, enquanto potencializou o acirramento de suas ideias

diante das frações de classes burguesas que não aceitavam tais medidas. Diante disso, o conservadorismo nacional suplantou na imagem política de Jango um viés de identificação às prerrogativas comunistas. Depois da gigantesca manifestação de apoio ao então presidente no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foi organizada, em 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que orquestrou e fortaleceu a narrativa de combate às intenções reformistas criticadas pela classe média brasileira a partir de gritos de ordem e cartazes levantados que afirmavam a suposta ligação do governo com a “demonizada” corrente comunista.

Como salienta Motta (2000) “(...) houve grupos e indivíduos que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder. E mais, seus temores não eram absurdos, como muitas vezes se supõe” (MOTTA, 2000, p. 10). O autor enfatiza, ainda, que no Brasil já havia uma corrente anticomunista estruturada desde os anos de 1930, que acabou se intensificando com o governo de Jânio Quadros e - finalmente, na ascensão de João Goulart ao poder - que não promoveu nenhum desligamento abrupto na parceria Brasil/Estados Unidos, mas que também demonstrou simpática relação diplomática com governos erguidos em tons socialistas, como foi o caso de Cuba, em detrimento de uma “Política Externa Independente” que visava arrecadar apoio ao projeto de desenvolvimento econômico nacional (VIANA, 2009, p.5). Tal fato representou um intenso desconforto nos grupos anticomunistas que obviamente apoiavam a ofensiva norte-americana de erradicar o comunismo do continente, eles se alucinavam diante de qualquer cumprimento de mãos com agentes políticos socialistas, visto que se tratava do período da Guerra Fria, momento em que as tensões estavam em plena ebulição.

Motta (2000) ainda mostra a preponderância do consenso na sociedade civil no que se refere à antipatia a tais medidas governativas de Jango. O autor relata a participação de certos movimentos anticomunistas, que foram incitados por parlamentares, pela igreja ou por organizações femininas conservadoras, e que acabaram potencializando uma mobilização contra o “espectro socialista” que rondava nos territórios latino americanos: a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN), o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), a Liga Cristã contra o comunismo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE - Guanabara), a União Cívica Feminina (UCF - São Paulo), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF - São Paulo), a Liga da Mulher Democrática (LIMDE -

Minas Gerais), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG Rio Grande do Sul) e a Cruzada Democrática Feminina (CDF Pernambuco), entre outras (MOTTA, 2000).

Em relação a tais movimentos, deve-se expor que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não simbolizava ameaça ostensiva contra as estruturas democráticas nacionais, tanto pela sua adesão à política reformista que incitava o apoio à burguesia industrial – em detrimento da essencialidade rural do país que impedia a sociedade de passar pelo processo atenuante da opressão ao proletariado – como pela posterior cisão interna que dividiu o PCB em dois setores: o já mencionado reformista, e outro radical, que originou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fato é que estes dois importantes canalizadores de mobilizações socialistas, o PCB e o PCdoB, estavam mergulhados em uma situação de precariedade em suas estruturas, em decorrência de anos vivendo na ilegalidade em detrimento de uma forte opressão marcada principalmente no governo getulista (SILVEIRA, 2013).

Além disso, é importante acentuar que em 1963, Goulart eliminou os subsídios do trigo e do petróleo, trazendo à tona um aumento de 40% no preço do transporte e 177% do trigo e do pão, algo que lhe trouxe profunda insatisfação das classes média e baixa do país, bem como de parte da esquerda nacional (TOLEDO, 1982). Essa política econômica liderada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, também foi marcada pela diminuição dos subsídios de manutenção dos latifundiários, que além dos grandes proprietários de terras, também foi criticada por setores esquerdistas que queriam a total extinção da manutenção dos latifúndios. Toledo (1982) propõe que o governo de Jango não se aliou de forma nuclear com os setores progressistas, tampouco com as frações de classes burguesas, assim sendo, tratou-se de um governo populista de esquerda que visava reverter aquela situação de crise econômica aguda a partir de discursos emocionantes, que solicitava a colaboração de todos os indivíduos brasileiros mediante um desafio patriótico.

Esse patriotismo, no entanto, também era proclamado por setores das forças armadas do exército brasileiro, que desde 1961 já demonstravam insatisfações com a posse presidencialista de João Goulart. Não foi à toa que os três ministros militares da marinha, exército e aeronáutica manifestaram-se contra o seu governo, impedindo-o de exercer poderes reais na esfera executiva até 1963. É importante salientar que desde a Proclamação da República em 1889, o exército nacional é consagrado enquanto força de restauração política e social do Brasil em tempos de crise ou indecisões na diligência do Estado, cabendo a esta instituição um protagonismo que não pode ser deixado de lado, no que se refere à construção

do projeto de hegemonia consolidado em 1964. Isto é, a partir do embasamento teórico exposto ao longo deste trabalho, é defendida a tese proposta pelo cientista político René Dreifuss (1981), de que a Ditadura não foi imposta de forma repentina e imediatista somente pelos militares, mas, de maneira bem construída, articulada e aliançada com setores da sociedade civil, com o objetivo de possibilitar não apenas o controle do poder executivo, como também a dominação das mentes e dos corações dos indivíduos que compunham a força total do Estado brasileiro.

Essa dominação, no entanto, não pode ser creditada apenas à estratégia intelectual das frações de classes burguesas interessadas no golpe, como também, deve ser percebida na articulação coerciva dos generais que entendiam como o poder político nacional funcionava, e que ao longo da Ditadura impuseram uma gigantesca estrutura de informação e repressão que foi capaz de impedir qualquer tipo de ameaça ao projeto ditatorial. Trata-se de uma organização dialética entre força e consenso, ou seja, entre as organicidades dos birôs empresarial e político do país, com as organicidades dos grupos militares reservados a uma tradição de proteção dos valores patrióticos, não sendo estes isentos de valores classistas, e muito menos de intelectualidade orgânica.

A partir das exposições de Dreifuss (1981), percebe-se que as frações burguesas dominantes, que se insuflaram durante o momento de desenvolvimento industrial cometido a partir do governo de Kubitschek, não apenas surfaram nas águas inquietantes das crises político-econômicas durante o governo de Quadros e Goulart, como também projetaram demasiados ataques à governabilidade de Jango, a partir da organização de estratégias de construção de consenso, oriundas de órgãos de pesquisas e de difusão publicitária contra o governo.

Dreifuss (1981) pontua sobre a criação em 1959 do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como órgão anticomunista articulado para deflagrar críticas sobre a postura populista de Kubitschek, e posteriormente à de João Goulart. Além desta organização, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, também tinha como objetivo enfraquecer as políticas desenvolvidas nos 1960, através do levantamento de dados estatísticos que projetavam a “impopularidade” das ações governamentais. Esses dois *Aparelhos Privados de Hegemonia* tinham como alvo a classe média e baixa da população. Cadernudo (2009) e Corrêa (2005), também ratificam a importância das campanhas publicitárias dos filmes anticomunistas, promovidos e patrocinados pelo IPES, principalmente sob a direção de Jean Manzon, o qual propunha na estética de suas produções

cinematográficas o ideário liberal como caminho para alcançar a estabilidade político-econômica tão desejada para o Brasil. Dessa forma, Dreifuss salienta que essa complexa relação entre militares e empresários foi organizada em diretrizes e estratégias políticas estabelecidas na ação pública após a tomada do poder.

O complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. Concomitantemente, é feita a descrição da organização internacional desses intelectuais orgânicos, sua formulação de diretrizes políticas, seus canais de tomada de decisão e suas estratégias de ação pública e reservada, direta e indireta. O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais (DREIFUSS, 1981, p.161).

Em 31 de março de 1964 a situação era calamitosa para as frações de classes que apoiavam o governo Goulart e os ideais mais progressistas e revolucionários da esquerda mais radical, pois grande parte da população já tinha consentido apoio aos ditadores, na medida em que o exército brasileiro se inflamou enquanto instituição detentora da moral e dos bons costumes cristãos. Dessa forma, João Goulart foi deposto do poder executivo, e o então presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazilli, assumiu o cargo de presidente interino. Os militares instauraram um Comando Revolucionário liderado pelo general Costa e Silva, que cassaram os mandatos de quarenta e um deputados federais após a implantação dos primeiros Atos Institucionais que deram aos militares o poder de suspender direitos políticos, determinar eleições indiretas, entre outros arbítrios (SKIDMORE, 1998).

Entre 1964 e 1967, a partir de um acordo entre a cúpula militar, o Brasil foi presidido pelo então Chefe do Estado Maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que decretou sozinho quatro Atos Institucionais, sendo considerados “leis com eficácia constitucional, que os militares golpistas se auto investiram, revogando de plano no ato nº 1, praticamente toda a Constituição de 1946” (SILVA, 2001, p. 284).

O Ato Institucional número 1, vigorado em 9 de abril de 1964, estabeleceu as balizas institucionais primárias que orquestraram os manejos político-arbitrários das frações de classes dominantes sustentadoras da Ditadura. O conceito de “Revolução” é imposto no texto do Ato supracitado como uma característica do novo regime em vigência, enquanto movimento de “salvação nacional”, em detrimento da “perdição” do antigo governo que “se dispunha a bolchevizar o País”, ao mesmo tempo que coaduna o discurso que caracteriza o Poder Constituinte como sendo uma estrutura legitimada pela própria Ditadura, e que legitima

a continuidade do processo ditatorial, pois segundo os militares “nela (a Revolução) se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita as normas jurídicas sem que nisto seja limitada normatividade anterior à sua vitória” (AI-1, 1964)

O AI-1 também buscou demonstrar uma suposta não radicalidade na diligência ditatorial, suavizando os ímpetus jurídicos que estavam imersos em um silenciamento, ora constituído pela Ditadura, ora aceito pelos próprios representantes do poder judiciário. Este Ato inicial salientava a “falta de excessos”, isto é, a manutenção de valores democráticos ainda pertencentes à antiga estrutura governativa, mas, que na prática, nada alterava o fato de que tal ação referia-se à tentativa de legitimar uma Ditadura. Como discutido no capítulo anterior, Agamben (2004) explica que este tipo de construção jurídico-normativa faz parte de uma estratégia de dominação que preza pela solidez do Estado enquanto instituição que permite a existência de um regime autoritário. Trata-se, portanto, de um Ato Institucional que vai além da mera justificativa golpista e ratifica a complexidade da inconstitucionalidade mediante uma ação constitucional, isto é, a “regra fora da regra”, com o objetivo de proteger o *status quo* do tabuleiro político que pode, ou não, ser democrático, mas que precisa existir em detrimento de uma ameaça anarquista (em último caso) e, principalmente, em decorrência de uma ameaça revolucionária promovida pelas frações subalternizadas.

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação (BRASIL, 1964).

Em 14 de abril, de 1964, as Forças Armadas instituíram o Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 8, no qual estabeleceu algumas das principais prerrogativas institucionais para a edificação dos sistemas informativo e repressivo da Ditadura. No AC-8 é salientado que o exército precisava implantar novas políticas de contenção à desordem nacional “(...) a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades (...) que definem os crimes militares

e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social” (AC-8, 1964 *apud* GOMES; LEMA, 2014).

A partir dessas conjunturas é iniciada a organização de uma vasta e complexa rede de informação e repressão que visou desarticular qualquer tipo de ação contra hegemônica à Ditadura. No dia 13 de junho, de 1964, por meio da Lei nº 4 341, foi criado por Castelo Branco, sob idealização e liderança do general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informação (SNI), que funcionou como órgão de orientação técnica e espionagem ligado diretamente ao poder executivo. A funcionalidade do SNI era dividida em três importantes dimensões: assessorar o poder executivo, a partir de relatórios sobre questões políticas e econômicas do Brasil; identificar potenciais inimigos do regime; orientar e instruir a estrutura ditatorial, a partir da “formação e orientação dos agentes da repressão – orientá-los quanto suas ações e recrutar informantes para atuar nas várias instâncias da sociedade” (SILVA, 2019, p. 427). A organicidade deste instrumento informativo era ramificada entre agências regionais, a partir da criação das Divisões de Segurança e Informações (DSI), que foram instituídas pelos ministérios civis, e da criação das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público, como por exemplo, nas universidades federais e estaduais (FICO, 2001).

Em 27 de outubro, de 1965, entra em vigor o Ato Institucional número 2, delegando ao comando Executivo o aumento de seu poder nas cassações políticas, na medida em que poderia “suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 1965). O AI-2 solidificou a noção arbitral da Ditadura, que foi supostamente “legitimada” pelas peças legais decretadas, dirigindo-se à nação como uma “Revolução” projetada para “atender às aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão” (BRASIL, 1965). Fragoso (1983) salienta que foi a partir deste Ato que foi inserida na jurisprudência do país a ação de julgamento pela Justiça Militar, “como reação ao comportamento dos tribunais civis, notadamente o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de pessoas acusadas de crimes políticos” (FRAGOSO, 1983, p. 2). No AI-2 também é elevado o número de ministros que compunham o Supremo Tribunal Federal, de onze para dezesseis, além de introduzir novamente a imagem do juiz federal, nomeado pelo próprio presidente da República (BRASIL, 1965).

O Ato Institucional nº 4, de dezembro de 1966, convocou “o Congresso Nacional para apreciar o projeto de Constituição proposto pelo presidente”. Em 1967, no

governo do general Arthur da Costa e Silva, o projeto constitucional entra em vigor, sendo caracterizado pela sua preocupação com a segurança nacional, com o aumento dos poderes da União e do poder executivo, com um sistema tributário nacional e a discriminação de rendas, “propiciando a técnica do orçamento-programa e os programas plurianuais de investimento”, além de diminuir “a autonomia individual” suspendendo “direitos e garantias constitucionais, no que se revela mais autoritária do que as Constituições anteriores, salvo a de 1937”, sendo “menos intervencionista que a de 1946” (SILVA, 2012, p. 87, *apud* BRECHARA; RODRIGUES, 2015, p. 598).

Ainda em 1967, a partir do Decreto-Lei nº 314, é instituída a Lei de Segurança Nacional, que fincou medidas de preservação da ordem pública, na medida em que a segurança do país era caracterizada como um monumento que deveria ser protegido por “toda pessoa natural ou jurídica”, condenando assim, “toda propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a Constituição” (BRASIL, 1967).

De acordo com essa doutrina o “objeto de proteção jurídica passam a ser certos objetos nacionais permanentes, entre os quais se incluem a paz pública e a prosperidade nacional, elementos que levam a confundir a criminalidade comum com a criminalidade política” (FRAGOSO, 1983, p. 1). Nesse mesmo ano foi criado, pelo Decreto nº 60 664, o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão idealizado pelo coronel Adyr Fiúza de Castro. Nessas circunstâncias foram criadas estratégias para “grampear telefones e inserir oficiais nas universidades para agirem como estudantes e simpatizantes de esquerda” (SOUSA, 2019, p. 427).

Nesse mesmo ano foram instituídas, pelo Decreto-Lei nº 348, as novas competências e os funcionamentos do Conselho de Segurança Nacional (órgão criado pelo artigo 162 da Constituição de 1927), que foi organizado com a finalidade de assessorar o “Presidente da República na formulação e na conduta da Política de Segurança Nacional” (BRASIL, 1968). A partir desse momento iniciava-se a fase mais audaciosa da organização estrutural da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). É necessário enfatizar que esta doutrina foi articulada pela Escola Superior de Guerras (criada em 1949) e regulamentada pelo Decreto-Lei 53 080, de 1963, que dirigiu e planejou a segurança nacional associando-a ao projeto desenvolvimentista implantado como plano de modernização nacional vinculado ao capital multinacional-associado.

O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais responsáveis pela estruturação teórica da Política de Segurança Nacional, que dividiu as estratégias de coesão da Ditadura entre quatro perspectivas: política, no que se refere ao fortalecimento das alianças empresarial, cívica e militares para a coerência interna, e de cooperação externa, na medida em que se projetou um inimigo espectral, suplantado pelos ideais socialistas, bem como de um inimigo interno caracterizado por silhuetas revolucionárias contrárias ao regime; econômica, com objetivo de reforçar as estruturas financeiras nacionais mediante o fortalecimento da política de alianças com o capital estrangeiro; militar, com a emergência de estabelecer uma corrente de pensamentos que introduzisse no sujeito a vontade de lutar por uma causa maior, bem como de proteger a coesão interna das forças coercivas; e a psicossocial, a fim de fortalecer o pressuposto de que a Ditadura era a única fonte de reserva moral da nação, diante de uma guerra ideológica travada em um cenário mundial, sendo esta política travada no cenário cultural, educacional, e nas diversas estruturas de dinâmicas sociais (SILVA, 1981 *apud* GONÇALVES, 2011, p. 7; ALVES, 1984, p.35).

Vale destacar que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi progressivamente estruturada a partir da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), somada às reformas econômicas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implicando na “constituição do novo Estado” instrumentalizado pela “rede de informação necessária ao controle do inimigo ‘interno’ e o assentamento das bases do modelo econômico” (ALVES, 1984, p. 71). Além disso, essa organização foi continuamente alicerçada através de novos instrumentos teóricos e técnicos ao decorrer da Ditadura, que não serão trabalhadas de forma profunda neste trabalho, cabendo aqui apenas expor de forma cronológica as balizas estruturais da Doutrina.

Ainda 1968 a Ditadura é ostensivamente enrijecida com a instauração do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968. De modo geral, o AI-5, deu amplos poderes ao Presidente Costa e Silva de:

- a) fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; b) cassar mandatos eleitorais de membros dos poderes Executivo e Legislativo em todos os níveis; c) suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; d) decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967 (TORRES, 2018, p. 128).

O Ato também suspendeu a garantia de *habeas corpus* a crimes cometidos contra a Segurança Nacional, ou seja, alguns cidadãos brasileiros foram acusados de praticarem atos

que feriam as condições de proteção à pátria, aos valores anticomunistas, e à honestidade com as instituições militares. Isso possibilitou que muitos civis fossem presos ilegalmente sem terem direito à defesa jurídica pelas acusações sofridas pelo Estado brasileiro. O Supremo Tribunal Federal (STF) (que era a instituição responsável pela emissão de liberdade mediante a solicitação do *habeas corpus*, em casos que não fossem possíveis o julgamento e sentenciamento na primeira instância) teve seu poder ainda mais enfraquecido, cabendo somente à Justiça Militar a autoridade de libertar os presos políticos acusados por atitudes, classificadas pelos próprios militares, como subversivas.

Torres (2018) destaca que “a aceitação da situação golpista pelo Judiciário pode ter se tornado, no contexto da decretação do AI-5, uma arma contra ele próprio” (TORRES, 2018, p. 128). O autor argumenta tal questão na medida que em 1968 três ministros do STF foram cassados do exercício de suas funções. Citando Silva (2013), Torres (2018) pontua que um dos ministros cassados pela Ditadura, o juiz Evandro Lins e Silva

(...) comenta que o General Castelo Branco, em sua primeira visita ao Supremo depois do golpe, cumprimentou cordialmente os três ministros que seriam cassados anos depois, não dando a impressão de que os mesmos estivessem na mira dos golpistas (TORRES, 2018, p. 129).

Portanto, pode-se afirmar que a caminhada ditatorial à instalação do projeto hegemônico Empresarial-Militar foi “sutilmente” se alastrando pelas entranhas das estruturas democráticas, a partir do apoio de grande parte da população nacional, e mediante sagaz construção discursiva dos Atos Institucionais que fizeram acreditar na “despretensiosa” dominação empresarial-militar do Estado, em decorrência de um governo supostamente organizado para ser instituído e finalizado em um curto período de tempo.

Obviamente que o caráter reacionário da Ditadura não foi apresentado como característica da governabilidade dos generais, haja vista a substituição de tal perspectiva por outra mais acolhedora, como se os militares fossem os pais de uma nação ainda jovem que estava passando pelo estado da puberdade, sendo essa imagem moral e cívica difundida com tons de “regeneração” dos valores cristãos e nacionalistas de um país “ameaçado” por mobilizações oposicionistas às avessas, isto é, totalmente enfraquecidas, mas que potencializava a justificativa patriótica. O STF ameaçado e silenciado pela força e pelo consenso, tardiamente acordou para compreender que não se tratava apenas de empresários no comando, e que também não havia, naquela formalidade de Castelo Branco anteriormente

citada, alguma intenção de repartir o pedaço do bolo governativo de uma festa ao qual os ministros não foram convidados.

Pelo Decreto-Lei nº 898, de 19 de setembro de 1968, foi instituída a nova Lei de Segurança Nacional que compreendia e ratificava novas medidas de preservação do regime, destacando aquele momento como sendo de “emergência” diante da guerra psicológica das propagandas oposicionistas, além das já citadas estruturas política, militar e econômica, que foram construídas sob a justificativa de um inicial ataque à ordem nacional.

Nesse mesmo ano foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN) que, com apoio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, formulou uma organização especializada nos parâmetros brutais e repressivos contra os supostos “subversivos”. A operação foi subordinada à 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e ao Centro de Informação do Exército (CIE), que posteriormente articulou, mediante seu exemplo organizativo, o Departamento de Operações de Informações (DOI), responsável pelas ações coercivas no processo de busca e interrogatório, que Fico (2001; 2004) atribui ao desenvolvimento do “trabalho sujo” das torturas, e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que tinha a função de aglutinar e analisar as informações, mediando o trabalho burocrático dos dois órgãos (FICO, 2001; 2004). Como salienta Fico (2004), sobre o processo de institucionalização da OBAN, na subsequente criação dos aparelhos DOI-Codi.

(...) Como se sabe, esse sistema implantou uma polícia política bastante complexa no país — que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina — e foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio. Representou a vitória completa da antiga “força autônoma” (...) Assim, em função de suas necessidades intrínsecas, essa polícia política atuava com grande liberdade de ação, até mesmo porque não poderia ser de outra forma, sob pena de perder oportunidades, quebrar o sigilo de operações secretas etc. Mas não se deve confundir a independência operacional com que trabalhava a polícia política com uma suposta autonomia em relação aos oficiais-generais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou (FICO, 2004, p. 35).

Em 1969 foi criado o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), o qual aglutinou os DOI-Codi de cada comando militar, dividindo o Brasil em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI), que poderia ser coordenado tanto pelos militares, como pelos governadores, prefeitos, e outros representantes institucionais frente às regiões conglomeradas na estrutura desta autarquia. Nesse sentido, segundo Borges e Barreto (2016), esse sistema desarticulou as ações

contra hegemônicas da oposição ao regime ditatorial na medida em que consolidou um núcleo bem definido de estratégias e ações contrarrevolucionárias, que foi ganhando cada vez mais complexidade até se tornar um amontoado de órgãos interligados entre si, gerando e compartilhando informações de norte a sul do país, em um contexto histórico caracterizado pela estrutura analógica das burocracias de escritório.

(...) fortalecimento da Justiça Militar; criação da Comissão Geral de Inquéritos Policiais e Militares (IPMs), para centralizar a apuração de todos os delitos contra a segurança nacional, e dispositivos para a federalização das polícias militares estaduais, mediante submissão das mesmas ao Exército (BORGES; BARRETO, 2016, p. 118).

A partir de 1970, criou-se o SISNI (Sistema Nacional de Informação), tendo o SNI (Serviço Nacional de Informação) como seu principal órgão sistêmico. Dessa forma, com o aprimoramento de tal aparato repressivo-informativo, consolidou-se um sistema que comportou dentro de si todos os órgãos de informação que funcionavam em todo o território nacional, operacionalizando as mais diversas informações. Uma artimanha altamente articulada para que o teor repressivo da contrainformação fosse cada vez mais incisivo e ágil nas operações dos ditadores. Como salienta Quadrat (2000):

O SISNI era composto por todos os órgãos responsáveis pelo serviço de informação e contrainformação no país em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal). Assim sendo compunham o SISNI os seguintes órgãos: o SNI (Serviço Nacional de Informação), as DSIs (Divisão de Segurança e Informações), as ASIs (Assessorias de Segurança e Informações), o CIEx (Centro de Informações do Exterior do ministério de Relações Exteriores), FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídos em cada organização militar), o CIE (Centro de Informações do Exército), os adidos do Exército (ADIEEx), o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), os adidos aeronáuticos (ADIDAL), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os adidos navais (ADIDAL), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), os CODIs e os DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações Internas) e, em cada município, a Divisão Municipal (DM), subordinada ao DOPS (QUADRAT, 2000, p. 63).

Vale ressaltar que o sistema informativo não era composto por civis alheios às técnicas de espionagem. Por conta disso que em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), uma organização subordinada ao SNI que pretendia consolidar a formação de agentes

que possuíssem uma “correta mentalidade” perante a ação ditatorial, isto é, que fossem muito mais do que burocratas, e que acreditassem verdadeiramente nos propósitos ditatoriais deste projeto político-econômico. Por isso se fez necessário consolidar a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND).

Todos esses aparelhamentos informativos e repressivos começaram a passar por um processo de desmontagem a partir da década de 1970. Tratava-se do período de “Redemocratização” do país, também chamado de “Abertura Política”. Diferentemente de vários países do mundo que viveram períodos de governos ditatoriais, e que restabeleceram suas Democracias a partir da vitória da oposição a tais regimes, o Brasil teve suas estruturas democráticas restabelecidas pelos próprios agentes da Ditadura que um dia as suplantou, isto é, a “Democracia” não foi conquistada com a luta e resistência civil, mas, devolvida pelas forças armadas em acordo com uma nova aliança selada com os empresários responsáveis pela instauração do golpe em 1964.

No entanto, isso não significa que os movimentos de resistência não tenham sido importantes para este novo momento político nacional, haja vista que um dos motivos principais para a volta da normalidade constitucional foi o crescimento da força política que as mobilizações sociais contrárias ao regime começaram a ganhar em abrangência nacional. Esse processo que culminou para a volta do Estado de Direito foi marcado pela “lenta, gradual e segura”³ transição a partir de 1974, graças a um novo momento político, econômico e social que surgiu no Brasil derivado de algumas questões que, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), estão relacionadas com: I) a pressão política internacional, oriunda da ação do então presidente norte-americano Jimmy Carter, eleito em 1979, de colocar em sua pauta governamental posicionamentos como a defesa dos direitos humanos, quebrando um apoio histórico dos Estados Unidos com várias ditaduras na América Latina; II) o projeto de implantar no Brasil a volta do Estado de Direito, proveniente das ações dos Generais Geisel e Golbery, que já não enxergavam mais condições políticas e econômicas sólidas de manter o regime, sem que para isso não existissem riscos de uma contrarrevolução que ameaçasse o *status quo* do Estado brasileiro; III) o momento de maior organização e força política da oposição ao regime (ainda consentida), representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (SILVA, 2003, p.247).

3 No que se refere às duas formas clássicas de transição: umas, rápidas, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominadas de transição por colapso; outras lentas, graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças progressistas da oposição. Estas seriam denominadas de transições pactuadas (SILVA, 1990, p. 385 apud ARAÚJO, 2016, p.495).

Os movimentos em prol da Democracia gritavam “terra à vista”, vislumbrando a volta da liberdade tão abafada pelos ditadores. Entretanto, esse momento, frequentemente romantizado da história do Brasil, não passou de mais uma das inúmeras cartadas que a própria direita colocou na mesa, por isso o uso do termo “lento, gradual e seguro”. O processo de abertura política, desta maneira, não deve ser considerado como uma inclinação exclusivamente democrática, derivada tão somente da força de oposição ao regime Empresarial-Militar. Mas, sobretudo, da estratégia de manter e proteger os interesses das classes dominantes que se beneficiaram com o regime.

(...) a constitucionalização do país como resultado de uma lenta, gradual e segura distensão, que comportaria garantias básicas ao regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 64; proceder-se lentamente (aproximadamente 10 anos, garantindo a escolha segura do sucessor de Geisel) e a incorporação de uma Constituição sem que essa fosse fruto de uma constituinte. Em outros termos, reconstitucionalização sim, mas não exatamente uma redemocratização (CHAVES, 2015, p. 229).

A Lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979 (Lei nº 6.683), é um tópico que pode exemplificar essa abertura pactuada e conservadora (sendo esta, o primeiro marco jurídico que deu início ao processo de Abertura Política), a qual serviu para beneficiar, de forma restrita, a oposição, e principalmente para abrandar “aqueles que sustentaram a violenta ditadura militar” (CHAVES, 2016, p. 233). Esta Lei foi mais uma saída constitucional para legitimar a inconstitucionalidade repressiva do autoritarismo brasileiro. Ou seja, o “perdão” aos anistiados políticos da oposição não foi o verdadeiro protagonista nas comemorações sociais que se seguiram em todo o Brasil no início da década de 1980, mas, sim, o irônico silenciamento e esquecimento de grande parte da população em relação às torturas, desaparecimentos e prisões ilegais cometidas durante vinte e um anos.

Contudo, é digno de nota que, nesta aparente via beneficiária de mão dupla, os anistiados perseguidos políticos estiveram expostos à investigação, à julgamento, à condenação, para então serem anistiados. Já os agentes da repressão, por sua vez, obtiveram uma “anistia em branco”, por sua ocorrência à margem de qualquer verificação sobre o que de fato se está anistiando: uma anistia “em abstrato” ao completo abandono de qualquer procedimento ou processo, e ao impedimento de qualquer investigação ou punição, tirando a responsabilidade dos agentes da repressão por qualquer crime perpetrado durante a ditadura (ROSA, 2015, p. 2-3).

Dessa forma, o sentido de reconciliação, promovido pela Lei de Anistia serviu como estratégia para “evitar que a situação da crise política evoluísse para uma mobilização

revolucionária, contestando a ordem social, demonstrando-se uma preocupação principal para evitar o aprofundamento das cisões no interior do bloco dominante” (CHAVES, 2015, p. 233). Obviamente que toda essa trama em “busca de canalizar os anseios das mobilizações populares” (ARAÚJO, 2016, p. 236), não diminui a importância das manifestações daqueles que lutaram, morreram e/ou “desapareceram”, em prol do restabelecimento democrático, sendo estas questões, um dos pilares para o desenvolvimento desta pesquisa: trazer à tona as perversidades deste período nefasto para o Brasil, para que os erros do passado não nos assombrem no presente e futuro.

CAPÍTULO 3 – A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A IMPRENSA BRASILEIRA (1972-1979)

A partir deste capítulo discutiremos a sociedade brasileira entre os anos de 1972 e 1979, observando e pontuando questões centrais sobre a Guerrilha do Araguaia. As análises propostas nesta pesquisa foram alicerçadas pelas teorias do “Estado Ampliado” de Antonio Gramsci (1988), e do “Estado de Exceção” de Giorgio Agamben (2004). Além disso, o período ditatorial brasileiro foi compreendido pela perspectiva historiográfica “Empresarial-Militar” de René Dreifuss (1981), para pensar o Projeto Hegemônico burguês instaurado em 1964.

A questão metodológica e singular deste trabalho refere-se ao uso dos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil” para entender o conflito armado no Araguaia, que envolveu militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), militares das Forças Armadas, e camponeses que viviam nas regiões agrícolas onde a Guerrilha aconteceu. Esses impressos foram observados e problematizados enquanto fonte e objeto de estudo sobre os embates históricos e historiográficos relacionados com a temática.

A análise teórica da investigação considera esses periódicos como “Aparelhos Privado de Hegemonia”, na medida em que são propriedades particulares de indivíduos, grupos, ou instituições, com valores e perspectivas próprias sobre o contexto político-social que estão inseridos no espaço e no tempo, e que fazem parte de determinada fração de classe, possuindo laços de afinidade e de cooperação político-social com outras organizações e movimentos com projetos político-econômicos bem definidos.

Os tópicos seguintes foram divididos em ordem cronológica e por temáticas linearmente estabelecidas para que o leitor desta pesquisa possa compreender o Processo Histórico da Guerrilha do Araguaia, identificando as particularidades das estratégias de combate do Partido Comunista do Brasil (PC do B), das ações das Forças Armadas brasileiras, e do protagonismo dos trabalhadores rurais envolvidos pelas duas forças antagônicas supracitadas.

É importante salientar que as análises dos jornais foram feitas concomitantemente à explicação histórica e revisão historiográfica sobre a Guerrilha, haja vista que é de extrema importância a conexão entre a teoria, os embates historiográficos e a aplicação dos métodos de análise das fontes e objetos utilizados.

De acordo com as propostas metodológicas de Capelato (1989) é necessário compreender a historicidade dos impressos investigados, quem são seus proprietários e a qual

classe social eles pertencem, bem como os seus interesses público-privados em relação às matérias disponibilizadas para a Sociedade Civil.

Os jornais supracitados foram investigados de forma distinta quanto aos seus recortes temáticos e cronológicos. O “A Classe Operária” embasou questões históricas relacionadas ao período de 1972 a 1976, enquanto o “Jornal do Brasil” foi utilizado sobre os anos de 1971 a 1979. Essa diferença temporal é colocada de forma estratégica pois a Guerrilha foi um conflito sumariamente silenciado pelas forças do Estado, e dessa forma, os jornais da “Grande Imprensa” não sabiam, ou não puderam divulgar informações a respeito dos acontecimentos guerrilheiros. As notícias só começaram a ser divulgadas durante o processo de Abertura Política que foi intensificado em 1979. Nesse sentido, foram investigadas reportagens do “Jornal do Brasil” sobre questões agrárias que possuem aproximações com a guerrilha, mas não necessariamente acerca do conflito em si.

Somente a partir de 1978 que as observações sobre o conflito armado passaram a ser questões encontradas nas matérias do “JB”. O “A Classe Operária” talvez seja o único órgão de informação que tenha emitido notas a respeito da Guerrilha durante os acontecimentos na Selva Amazônica, por isso foi utilizado nas questões que aconteceram contemporaneamente aos confrontos.

3.1 A historicidade do Jornal “A Classe Operária” e outras ponderações

O jornal “A Classe Operária” foi utilizado nesta pesquisa como principal fonte documental a respeito da organização guerrilheira do PC do B, visto que este impresso era seu Órgão Central desde maio de 1925, data em que o jornal foi fundado. Os textos emitidos por ele foram escritos com o objetivo de difundir as ideias do Partido, de seu programa e, também, como ferramenta de estruturação partidária. Estas análises só foram possíveis mediante a disponibilização digitalizada das suas edições pelo site da Fundação Maurício Grabois (<https://grabois.org.br>)⁴.

De acordo com o texto de apresentação do jornal, exposto pelo Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois⁵, escrito pelo então editor José Carlos Ruy, o “A Classe Operária” surgiu devido uma sugestão da Internacional

4 “Esta apresentação eletrônica da coleção de A Classe Operária contém os exemplares que sobreviveram à fúria repressiva através das décadas. Ela foi possível graças ao historiador e militante comunista José Luiz Del Roio, ao IAP (Instituto Astrogildo Pereira) e ao CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP), instituição fez o tratamento da coleção sendo, atualmente, depositária para consultas” (RUY, s/d, online).

5 Disponível em: <https://grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo> . Acessado em: 10/10/2020

Comunista, enviada ao PC do B em 1923, que recomendava a transformação da revista “Movimento Comunista”, escrita por Astrogildo Pereira, em 1922, “para ser um instrumento de articulação para a fundação do Partido Comunista do Brasil” (RUY, s/d, online), com o objetivo de transformá-la em um jornal operário de massas.

Ruy explica que ao longo de toda a história do “C.O” no século XX, foram poucas as vezes em que o jornal esteve na legalidade, pois a falta de democracia no país impedia que o periódico circulasse de forma regular para as massas populares. As perseguições começaram durante o período da Primeira República brasileira, que foi encerrada em 1930. O periódico também “(...) viveu períodos de clandestinidade durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e de 1964. Nos anos de chumbo da Ditadura militar de 1964, A Classe Operária chegou a ser escrita no exílio e transmitida ao Brasil através da Rádio Tirana” (RUY, s/d, online).

Os editores mais conhecidos e mencionados do “A Classe Operária” foram Otávio Brandão, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, e Carlos Daniele. O objetivo primordial desses intelectuais orgânicos era discutir questões relacionadas à conscientização da classe proletária a partir de três balizas principais: “(...) a política do Partido; o Programa do Partido; a filosofia do partido, que é o marxismo leninismo” (RUY, s/d, online).

Com o levantamento historiográfico desenvolvido nesta pesquisa, percebemos a ausência deste periódico na base de documentos utilizados nos trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, será introduzida a seguir uma série de reportagens que elencam as estratégias guerrilheiras do PC do B, trazendo à luz muitas documentações que por vezes foram silenciadas pela “Grande Imprensa” nacional, e talvez despercebidas pelos pesquisadores e especialistas sobre o conflito.

Foi possível identificar várias tipologias de documentações expostas no corpo textual desse periódico, como cartas, mensagens direcionadas pela cúpula do PC do B aos guerrilheiros e, também, dos próprios guerrilheiros para os demais militantes espalhados pelo país, além de anexos com panfletos entregues aos camponeses durante o processo de construção de consenso que tinha o objetivo de fazer a comunidade agrária aderir à causa revolucionária.

Este jornal também foi avaliado quantitativamente a respeito das reportagens que mencionam questões envolvendo a Guerrilha do Araguaia. Assim sendo, em 1971 foi encontrada 1 notícia sobre este conflito (1,4% do total); em 1972, 18 notícias (24,7% do total); em 1973, 13 notícias (15,1% do total); em 1974, 12 notícias (16,4%); em 1975, 22 notícias (30,1% do total); e em 1976, 9 notícias (12,3% do total).

3.2 A historicidade do “Jornal do Brasil” e outras ponderações

De acordo com o verbete “Jornal do Brasil”, escrito pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira Montalvão, disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas⁶, o impresso supracitado possuía durante o século XX uma postura política de caráter liberal-conservador, católico, constitucional e defensor da iniciativa privada. A partir de 1961, com a chegada de Alberto Dines na organização editorial, a estrutura do “JB” passou por uma grande transformação, melhorando ainda mais a qualidade física e textual de suas edições.

No governo de Jânio Quadros o posicionamento do periódico foi de desapontamento. Em contrapartida, João Goulart obteve forte apoio deste impresso que buscou defender a legalidade constitucional de seu mandato. É importante destacar que houve um intenso embate entre o “Jornal do Brasil” e o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (inimigo político de Jango). Este chegou a censurar 90% das matérias do periódico, que logo fortaleceu suas alianças com o poder executivo.

O impresso apoiou a Política Externa Independente (PIE) proposta pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas, assim como fez ponderações positivas sobre as Reformas de Base. “(...) Entendia ainda que a reforma agrária não deveria restringir-se à mudança do regime de propriedade, mas também estender a legislação trabalhista ao trabalhador rural” (MONTALVÃO, s/d, online). As questões econômicas eram tratadas no periódico com posicionamentos progressistas ao nível político, mas, com “concepções ortodoxas e monetaristas (...) advogando medidas de austeridade para combater a inflação, o jornal apoiava as prescrições do Fundo Monetário Internacional” (MONTALVÃO, s/d, online).

Mesmo apoiando vários setores políticos progressistas, afirmando que algumas frações de classes da direita brasileira estavam promovendo uma força de exceção em 1964, o jornal se posicionou a favor da indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, “(...) alegando que o país precisava de um Executivo forte, que exercesse uma real autoridade” (MONTALVÃO, s/d, online). No governo de Costa e Silva o impresso voltou a atacar os militares e - a partir da chegada de Médici à presidência, com a proposta da política desenvolvimentista baseada na Doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento (DSND)- o jornal se posicionou novamente a favor da Ditadura. Em apoio à política econômica e financeira do ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, o “JB”

⁶ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/jornal-do-brasil> >. Acessado em: 19/03/2020

demonstrou que a vertente ideológica de seus editoriais passava pelo crivo dos interesses privados de seus proprietários. Isso aconteceu durante todo o período ditatorial.

Manuel Francisco do Nascimento Brito foi procurador do Banco do Brasil, integrou o conselho fiscal da Cruzeiro do sul (principal empresa acionista do “Jornal do Brasil”) e tornou-se, na década de 1970, o principal diretor do “JB”, tendo como característica política a moderação e a estratégia conciliatória.

O “Jornal do Brasil” nos possibilita uma reflexão sobre as percepções de uma grande parcela da sociedade civil brasileira, principalmente da região sudeste, sobre os acontecimentos da Ditadura Empresarial-militar. Suas páginas permitem compreender como foram articuladas as intenções do regime ditatorial sobre as seguintes questões: os conflitos entre posseiros e latifundiários em terras de cidades banhadas pelo Rio Araguaia e a participação da Igreja em tais entraves, tendo como perspectiva central a participação do bispo D. Pedro Casaldáliga e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), personalidade e instituição mais ativas na luta contra os maus tratos cometidos pelos fazendeiros contra os sertanejos, índios e posseiros do Mato Grosso e de regiões próximas do local do conflito analisado nesta pesquisa. Sobre os casos específicos da Guerrilha, foram investigadas reportagens a partir de 1979 que demonstram questões importantes sobre as ações de silenciamento e esquecimento cometidas após o massacre das Forças Armadas.

Quantitativamente, foram identificadas 27 reportagens sobre a luta pela posse da terra na Amazônia mato-grossense, com 3 reportagens encontradas em 1971 (10, 7% do total), 6 em 1972 (21,4% do total), 1 em 1974 (3,6% do total), 6 em 1976 (21,4% do total), 6 em 1978 (21,4% do total) e 5 em 1979 (17,9% do total). Além disso, também foram identificadas 52 reportagens sobre a disputa pelo minério no município de Xambioá e a Guerrilha do Araguaia, com 6 reportagens encontradas em 1971 (11,3% do total), 21 em 1972 (39,6% do total), 3 em 1973 (5,7% do total), 2 em 1975 (3,8% do total), 9 em 1976 (17% do total), 6 em 1978 (11,3% do total) e 6 em 1979 (11,3% do total).

3.3 A orientação e estratégia guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Já sabemos de forma introdutória que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi responsável por organizar a Guerrilha do Araguaia e que as Forças Armadas a combateu impiedosamente. É importante enfatizar novamente que este conflito aconteceu em um período marcado pelas disputas polarizadas da Guerra Fria, entre a União Soviética e os

Estados Unidos, que tentavam expandir, respectivamente, os sistemas socialista e capitalista pelo mundo.

Para facilitar a compreensão do leitor sobre o processo revolucionário brasileiro que culminou no confronto entre militantes, militares e camponeses, primeiramente faremos uma contextualização da estrutura partidária e das influências teórico-metodológicas que levaram o PC do B a direcionar seus militantes para o território nortista do Brasil, com o objetivo de conquistar o poder do Estado a partir de uma guerrilha camponesa. No artigo de Éder da Silva Silveira, titulado de “Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960” (2013), é possível entender como foram implantadas algumas estratégias da luta armada analisada nesta pesquisa.

Silveira (2013) explica que o movimento comunista do Brasil, em meados do século XX, foi sublinhado por discordâncias teóricas de intelectuais que possuíam concepções marxistas heterogêneas. Existiam dois grupos de pensadores comunistas que debatiam sobre os caminhos contrarrevolucionários que o Partido Comunista do Brasil (PCB) deveria trilhar. Esses embates metodológicos foram intensificados na década de 1950, quando os dirigentes partidários preferiram seguir uma oposição pacífica contra o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Dessa forma, o PCB tomou uma “(...) posição que defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek” (SILVEIRA, 2013, p.292).

Para que essa disputa interna do PCB faça sentido para o leitor deste trabalho, é importante que seja explicado quais os motivos que levaram os comunistas a apoiarem as classes burguesas do Brasil.

O sucesso da Revolução socialista, de acordo com a teoria de Karl Marx, depende do desenvolvimento do capitalismo nacional, ou seja, da consolidação das estruturas industriais e do enriquecimento das frações de classes burguesas, que proporcionarão um nível de desigualdade social responsável pela opressão e insatisfação da população subalternizada. As contradições envolvendo as classes mais abastadas e as mais pobres servirão como impulso da luta proletária contra os detentores dos meios de produção, isto é, contra os donos das fábricas e das grandes propriedades latifundiárias. Após essa etapa, o Partido Comunista nacional deverá conscientizar os indivíduos proletários sobre os problemas que eles passarão em decorrência de um Estado opressor. Posteriormente, os indivíduos conscientizados passarão a lutar de forma concreta contra os burgueses que direcionam e dominam o Estado. Esse novo

momento é nomeado por Marx de “Ditadura do Proletariado”, quando os subalternizados lutarão com recursos bélicos para tomarem posse dos meios de produção da sociedade (FERNANDES, 2012).

O Brasil estava em uma situação econômica essencialmente agrária durante a metade do século XX. Vale destacar que essa característica foi chamada erroneamente por alguns intelectuais de “feudal”, “semifeudal” ou “colonial”. Alguns teóricos como Caio Prado Jr. desmistificaram essa análise, salientando que o capitalismo foi implantado aqui desde a instauração da escravidão. Esse historiador utiliza o termo “sub-capitalismo” ao invés de “feudalismo” para explicar sobre a incompletude, mas não ausência, deste sistema político-econômico no país (REIS, 1999, s/p). Nesse sentido, sem o avanço industrial, as contradições políticas e econômicas que envolviam a burguesia e o proletariado nacional não poderiam ser perceptíveis para a classe dominada, que também seria incapaz de adquirir uma consciência de classe para iniciar o processo revolucionário.

Assim sendo, Pomar (2000) explica que existia uma relação ambígua entre as propostas revolucionárias dos dois grupos de intelectuais comunistas. Tinham aqueles que defendiam a aliança do proletariado com as frações da pequena burguesia, e que almejavam a radicalização do programa e da ação partidária e, também, os que estavam de acordo com as medidas adotadas pela direção pacifista do PCB.

(...) desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programa partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico” (POMAR, 2000, p.274, *apud* SILVEIRA, 2013, p.297).

Além dos desentendimentos internos do PCB, também aconteceu um problema de interesse global em relação às organizações partidárias comunistas que eram adeptas às diretrizes comunistas soviéticas. Em fevereiro de 1956 o então Secretário Geral da URSS, Nikita Krushchov, expôs no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) um relatório que denunciou diversos crimes cometidos por Josef Stalin contra seus opositores entre os anos de 1922 e 1953. Esse documento abalou de forma profunda o PCB, e dividiu as opiniões sobre quais diretrizes e princípios revolucionários o partido deveria seguir⁷.

⁷ Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda” brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Khrushchov (principalmente antes), geralmente estavam em consonância com as teses ou orientações

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (CCPCB), com a intenção de manter a unidade partidária, tentou abafar qualquer tipo de discussão que envolvesse o relatório de Krushchov, visto que o PCUS apoiava e dava contornos de coesão política para o PCB. Segundo o líder partidário, Luís Carlos Prestes “(...) a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas” (PRESTES, 1956, p.3, *apud* SILVEIRA, 2013, p.293). Essa tentativa de silenciar os debates internos transformou-se em uma situação insustentável para os militantes que discordavam da postura de Prestes quando “(...) em abril de 1957, o Comitê Central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema ‘Unidade Partidária e o fim dos debates divergentes’” (SILVEIRA, 2013, p.295), que proibiu qualquer atuação militante com posicionamentos pessoais que pudessem ameaçar a organização do PCB.

A partir dessa polêmica, envolvendo o escândalo de Stálin, algumas teorias criadas para explicar a história do PCB começaram a indicar que a fragmentação deste partido aconteceu em decorrência da aderência de alguns integrantes às concepções revolucionárias do Partido Comunista Chinês (PCC), haja vista que muitos militantes não queriam mais se envolver com as contradições ético-morais relacionadas ao governo soviético.

Silveira (2013) pontua que existem duas análises a respeito dos motivos que levaram o PCB a se fragmentar e que podem ser contestadas mediante uma rigorosa observação técnica sobre as documentações emitidas pelo próprio partido durante os anos de 1950 a 1964. Primeiramente o autor destaca que alguns estudiosos defendem que as principais divergências internas do PCB aconteceram entre uma ala do partido que defendia a linha ideológica chinesa contra outra que era a favor das orientações soviéticas. Também há quem acredite que o motivo mais sólido para a cisão do partido foi o conflito entre os grupos mais pacifistas, isto é, adeptos da Revolução Permanente, contra os que apoiavam o processo revolucionário baseado na luta imediata.

Entretanto, tais argumentações foram desconstruídas no texto de Silveira (2013) a partir do momento que “(...) entre 1956 e 1962, as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas (...)” (SALES, 2007, p.68-69,

da III Internacional e do PCUS. A III Internacional Comunista, conhecida também como “Comintern”, em seu 2º Congresso (1920), aprovou teses sobre a questão nacional e colonial que deram orientações aos “países coloniais e atrasados” sobre os caminhos a adotar para a realização da Revolução Socialista. A rigor, as orientações do Comintern definiam que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas” (SILVEIRA, 2013, p.296).

apud, SILVEIRA, 2013, p.299) e o partido (PC do B) não fez nenhuma opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho viável para atuação antes do golpe de 1964 (SALLES, 2007, p.69, *apud*, SILVEIRA, 2013, p. 300).

Por fim, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (CCPCB), liderado por Carlos Prestes, retirou do Estatuto partidário, durante o V Congresso Nacional do PCB, as concepções “marxistas” e “leninistas” e o apoio da URSS ao movimento comunista nacional. Também foram retiradas expressões como a “Ditadura do Proletariado” e o partido passou a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro, mas ainda com a sigla “PCB”. O objetivo desse grupo era legalizar esta instituição no Supremo Tribunal Eleitoral (STE) para concorrer às eleições futuras e manter a solidez da organicidade partidária.

Essas medidas desencadearam um grande conflito interno, decorrente de uma disputa pelo controle do partido. O grupo contrário à nova formulação do Estatuto era liderado por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, que em fevereiro de 1962 “(...) elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com a criação de outros estatutos, mantendo o nome original – ‘Partido Comunista do Brasil’ – porém, com a adoção de uma nova sigla: ‘PCdoB’. Nascia, assim, o PCdoB” (SILVEIRA, 2013, p.300).

A partir do rompimento com a via reformista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) utilizou a tática de guerra Revolucionária que foi conceituada e experimentada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) durante a Revolução de 1949, através da qual implantou o sistema socialista neste país. Esse novo caminho para a luta armada nacional foi trilhado pelos métodos de combate da Guerra Popular Prolongada idealizada principalmente por Mao Tsé-Tung.

A Guerra Popular Prolongada revisada e utilizada pelo PC do B na Guerrilha do Araguaia foi entendida por Valter Pomar (1980) como um estilo de combate que almejava primeiramente a conscientização das classes subalternizadas. Esse momento inicial refere-se à compreensão das causas revolucionárias e dos meios e métodos que essa classe proletária poderá utilizar para afrontar os opressores do Estado. Após a etapa de elucidação deste indivíduo sobre a sua importância dentro de uma luta coletiva, a Guerra Popular visava “infundir mais confiança às massas em suas forças, aumentar sua capacidade de luta e ajudá-las a compreender a necessidade de apelar para as armas como único meio de conquistar uma vida melhor” (POMAR, 1980, p. 108).

A organização do Partido Comunista Chinês (PCC) só conseguiu a conquista do Estado graças à tática de Guerrilha, isto é, ao combate caracterizado principalmente pelo uso

do exército informal e, sobretudo, pela utilização de táticas de guerra que visaram surpreender o inimigo a partir de situações adversas que envolveram tanto a região que era palco do conflito, quanto os recursos bélicos disponíveis para os revolucionários. Ou seja, durante a Revolução de 1949, o PCC tinha um arsenal de luta muito inferior aos obtidos pelo seu rival (o Partido Nacionalista Chinês - Kuomintang). Além disso, o Kuomintang era responsável pelo controle quase absoluto das zonas urbanas da China, e isso impossibilitava qualquer investida direta de Mao Tsé-Tung nessas regiões. Coube a este estrategista entender que a Revolução não poderia ser travada em solo de domínio inimigo e, por conta disso, foi idealizado o plano de conquistar o apoio dos camponeses que eram reprimidos pelos grandes proprietários de terras, conscientizando-os e armando-os para a caminhada que os levaria a dominar as zonas urbanas. Esse processo de luta foi caracterizado pelo envolvimento das massas, isto é, dos setores populares e camponeses, e pelo prolongamento das ações de convencimento e treinamento dos sujeitos camponeses para compreenderem e lutarem por uma causa socialista (FILHO, 2013; MECCHI, 2012; POMAR, 1980).

De acordo com Mechi (2012), alguns historiadores e cientistas políticos sugerem que o projeto revolucionário do PC do B era baseado nas teorias e métodos do PCC, mas, na prática, seguiu um percurso parecido com a tática de guerrilha do “Foquismo” cubano, que foi uma estratégia de luta armada caracterizada pela criação de vários “focos” guerrilheiros que se espalharam pela selva com o objetivo de surpreender o inimigo. Essa proposta indicava uma ação imediatista, e nisso se difere bastante do processo da Guerra Popular Prolongada que, como o próprio nome sugere, é uma artimanha lenta e gradual voltada primeiramente para a emancipação do camponês, e posteriormente para o embate contra as forças do Estado.

É interessante destacar que a Revolução Cubana de 1959 não foi idealizada por um partido comunista, já que o Movimento 26 de Julho (M-26) foi o responsável pela vitória dos soldados liderados por Fidel Castro e Che Guevara. Esse não alinhamento com a organicidade da ideologia comunista pode indicar os motivos que fizeram os militantes do PC do B não escreverem sobre as concepções guerrilheiras em Cuba, visto que poderia ferir a visão unitária do partido. No entanto, também é proposto por Mechi (2012) que os camponeses, durante a Guerrilha do Araguaia, foram aproveitados como elementos de apoio ao conflito, e não como agentes da Revolução, o que aproxima os embates do Araguaia ao “Foquismo” cubano. Essa questão é fundamental para compreender que os objetivos dos militantes brasileiros não estavam atrelados de forma direta com os anseios dos camponeses, mas, tão somente, com a busca de alcançar o poder do Estado brasileiro.

Em 1967 foi elaborada por Salvador Allende a “Declaração da Organização Latino-Americana de Solidariedade”, que foi respondida pelo PC do B com o texto “Alguns Problemas Ideológicos da revolução na América Latina”, produzido em 1968. Mechi (2012) pontua aspectos centrais sobre estas duas documentações que são muito importantes para entender a relação do movimento revolucionário da América Latina nas propostas de combate dos comunistas brasileiros.

Em primeiro lugar é importante destacar que a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) defendia que a tática de guerrilha era uma estratégia necessária para os processos revolucionários dos países americanos subdesenvolvidos e que a luta camponesa era fundamental para a conquista do Estado. Essa organização também acreditava que os movimentos esquerdistas não deveriam apoiar nenhum setor da burguesia. Para a OLAS não havia a necessidade de seguir um caminho “etapista” para a consolidação do poder, e embora fosse necessário o convencimento das massas, a estratégia de “foco” pontuava uma noção mais prática e objetiva da Revolução. Também era defendida a perspectiva continental do movimento revolucionário, na medida em que se buscava criar uma organicidade suprapartidária de coesão aos confrontos guerrilheiros da América Latina.

O PC do B concordava com as propostas guerrilheiras nas zonas agrícolas mencionadas pela OLAS, mas discordava em relação aos métodos que direcionariam a luta armada, destacando ser impossível o processo revolucionário sem o Trabalho de Massas que conscientizaria os trabalhadores rurais. Além disso, os comunistas também defendiam os ideais marxista-leninistas no que se refere às etapas que a Revolução deveria seguir até chegar na conquista do poder político-econômico do Brasil. Acreditava-se não ser possível o total afastamento de algumas frações de classes burguesas no projeto de implantação do sistema socialista. Essa questão ganha fôlego diante da necessidade de proteger as estruturas nacionais, que seriam temporariamente resguardadas pela pequena burguesia anti-imperialista, definida pelo PC do B como um organismo mais sólido e melhor provido de legitimidade social. Com relação à perspectiva continental da OLAS, o PC do B era contrário ao seu posicionamento, e respaldava seus métodos a partir de uma vanguarda partidária voltada para as fragilidades nacionais, e não internacionais.

Dessa forma, essas estratégias de combate de guerrilha, teoricamente fundamentadas pelo maoísmo, e praticadas de acordo com os métodos cubanos, foram consideradas as mais lógicas e acessíveis para o momento sociopolítico que o Brasil vivia em tempos de Ditadura e, também, pela situação desmantelada do PC do B, que vinha de uma cisão com PCB. Também

é importante fazer menção às décadas que o partido passou na ilegalidade política sem ter as condições básicas para construir uma coesão bélico-militar, ou seja, sem possuir armas, nem um grande número de pessoas dispostas a lutarem pela Revolução. Dessa forma, os centros urbanos, controlados pelas complexas organizações informativas e repressivas da Ditadura, somadas à grande quantidade de soldados disponíveis no serviço das Forças Armadas, tornava-se um espaço territorial impossível de ser conquistado pelos comunistas.

Em decorrência desses fatores adversos, a região escolhida pelo PC do B para lutar pelo domínio do Estado brasileiro é localizada em uma zona agrícola pertencente ao sudeste do Pará, norte de Goiás (atual estado do Tocantins), e oeste do Maranhão, que são territórios banhados pelo rio Araguaia, por isso o nome do conflito é chamado de “Guerrilha do Araguaia”.

Antes mesmo da instauração do golpe de 1964, o PC do B enviou alguns de seus dirigentes e militantes para serem treinados pelo Partido Comunista Chinês (PCC).

Destaco, por exemplo, alguns deles: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho (Juca), André Grabois (Zé Carlos), José Humberto Bronca (Zeca Fogoió), Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), Daniel Ribeiro Calhado (Doca), Divino Ferreira de Souza (Nunes, Goiano), Gilberto Olímpio Maria (Pedro, Pedro Gil), Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito) e Micheas Gomes de Almeida (Zezinho) (SILVA, 2017, p. 378).

A maioria dos soldados do PC do B na guerrilha do Araguaia eram provenientes da classe média brasileira, principalmente jovens universitários. De acordo com a tese de doutorado de Carlos Hugo Studart Corrêa, “Em algum lugar das selvas amazônicas: As memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)”, defendida em 2013, 81% dos combatentes eram membros da classe intermediária brasileira, e tinham entre vinte e vinte oito anos de idade. Sendo trinta e um universitários e seis estudantes secundaristas. Vale ressaltar que quase 10% dos universitários saíram da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Essa informação é fundamental pois os guerrilheiros exerceram funções diversas no convívio com os camponeses, e a medicina foi de suma importância para que os militantes tivessem a aceitação deles, haja vista que nas regiões da selva amazônica os recursos sanitários eram mínimos.

Silva (2017) explica que os guerrilheiros chegaram na zona de combate a partir de 1966, disfarçados de comerciantes, vendedores e pequenos proprietários de terras vindos de

São Paulo. Assim sendo, começaram a ser chamados comumente de “paulistas” pelos moradores locais, e logo se adequaram ao modo de vida daqueles que viviam na região.

(...) passam a viver de forma semelhante aos moradores da região sem despertar desconfiança deles quanto as suas atividades ligadas aos movimentos estudantis ou de esquerda, de forma geral. Tiveram que ressignificar seus valores, suas vidas, seus relacionamentos pessoais em prol da causa revolucionária (SILVA, 2017, p. 379).

A instalação desses militantes nas regiões camponesas não foi vista com estranheza por parte dos moradores locais, visto que nas décadas de 1950 e 1960 o índice migratório de trabalhadores rurais cresceu de forma intensiva nas regiões do norte do Brasil (MECHI, 2012). Ou seja, era comum a convivência deles com “estranhos” que queriam uma condição de vida melhor a partir do trabalho agrícola. Como já foi mencionado anteriormente, os guerrilheiros possuíam uma tática de convencimento das massas baseada nos preceitos da Guerra Popular Prolongada, que buscava conquistar o apoio dos camponeses no processo da luta revolucionária. Nesse sentido, Moura (1985), citado por Silva (2017), explana tópicos do documento “Diário da Guerrilha do Araguaia” no qual introduz uma série de medidas e regras no que se refere aos cuidados que os “paulistas” deveriam ter com os camponeses.

a) conhecer os problemas das massas e ajudá-las na medida do possível; b) respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas; c) não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado; d) não tratar as massas com arrogância; e) realizar a propaganda revolucionária entre as massas (MOURA, pp. 72-73, 1985 *apud* SILVA, p. 380, 2017).

No “Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia” (MOURA, 1985, p. 72 *apud* SILVA, 2017, p. 380) ficou nítido que os militantes deveriam manter um rígido comportamento orientado pelas diretrizes do PC do B, caracterizado por um modo de vida simples e com posturas de extrema obediência aos líderes dos destacamentos da guerrilha, além de manterem um forte espírito de grupo, confiança, disciplina. Os comunistas também poderiam ser punidos caso não respeitassem as regras estabelecidas.

Os atendimentos médicos, os trabalhos agrícolas e a promoção de ensino básico para os moradores da região foram uma das maneiras utilizadas pelos guerrilheiros para angariar a empatia dos camponeses. No que se refere à politização das massas, os comunistas entregavam folhetos com cordéis e criavam hinos inspirados na luta Revolucionária. Além de

utilizarem a espiritualidade do candomblé (religião de matriz africana adotada por muitos camponeses) como um recurso para mencionar a relação ético-moral que a Guerrilha teria no processo de emancipação dos indivíduos.

O jornal “A Classe Operária” também nos permite compreender sobre a tática de manipulação das massas do campesinato, desenvolvida com a criação de cordéis que buscavam enaltecer o combate que se seguiria nos anos de 1972 a 1974. Essa estratégia de alcance popular serviu como fonte importantíssima para que pudéssemos problematizar a construção de consenso em torno dos moradores locais. Na edição de nº 91, de novembro de 1974, são expostos dois poemas de “Primeiras Cantigas do Araguaia” de autoria do poeta Libério de Campos.

A estrutura do cordel foi tão bem pensada que o autor produziu dois tipos de poesias. A primeira era direcionada para os leitores mais eruditos, com uma abstração maior e sem o uso de rimas. E a segunda foi direcionada para os chamados “acabocladados”, com o uso de versos mais harmônicos e com uma concretude linguística mais acessível. A seguir a versão de maior erudição:

Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia

não
nas vossas mãos não tendes fuzis

tendes clarões
estrelas
pedaços de manhã

as vossas armas são como archotes
combatendo a noite

e porque
acendeis dia
nós vos amamos

nós vos amamos
- Que é preciso
o mais cedo madrugar

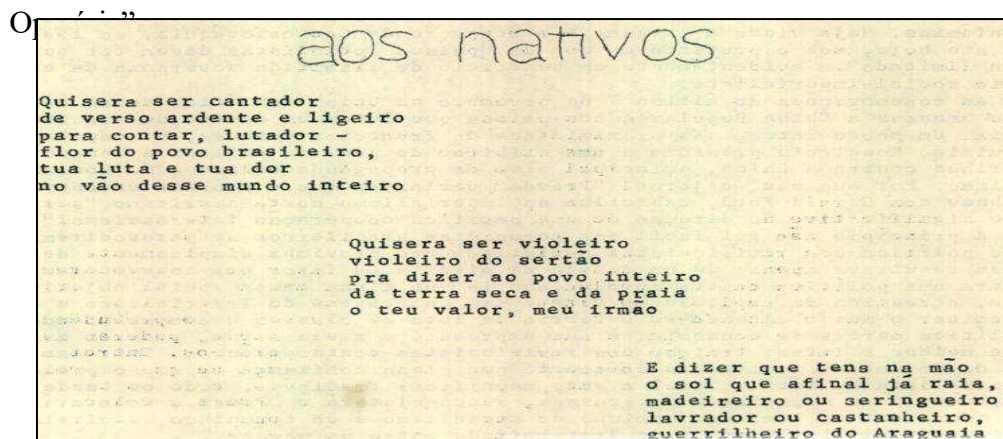
mas rompa-se
a distância este nós-e-vós
que nos parte em dois:
não há distância
quando a noite é uma

quando sobre todos

pesa a mesma bruma
a ordem é lutar
(A Classe Operária, 11/1974)

Percebe-se nos versos citados o uso de uma linguagem mais culta e com tons modernistas, indicando toda romantização feita pelo poeta sobre o conflito. Percebamos agora como foram articuladas as estrofes, com um formato de cordel, para os moradores locais do Araguaia.

Figura 1 - Recorte do cordel “Aos Nativos”, do jornal “A Classe



Fonte: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>

A imagem anterior foi colocada com o propósito de mostrar os métodos da política de massas do PC do B. Também podemos observar o aspecto iconográfico e físico do impresso durante o ano de 1974, período este de grande repressão frente aos comunistas, principalmente após a instauração do Ato Institucional nº 5, de 1968. É notória a limitação dos recursos de diagramação deste periódico. Também podemos constatar que as intenções do “C.O” não eram baseadas em interesses lucrativos, mas sim, com o objetivo de alcançar o operariado das zonas urbanas que tentava se aglomerar com reivindicações mais ofensivas durante a segunda metade da década de 1970.

Os “paulistas” foram divididos estrategicamente em três destacamentos (A, B e C) e, para facilitar a comunicação entre eles, foram marcados pontos estratégicos na floresta Amazônica que anunciavam os dias, as semanas ou meses para que houvesse os encontros entre os militantes.

O destacamento “A” ficava na localidade de Faveira, próximo à Vila de São Domingos, no Pará; o destacamento “B” estabeleceu-se às margens do rio

Gameleira, sendo as cidades de Palestina e Brejo Grande, no Pará, suas referências. O destacamento “C” fixou-se na localidade de Caianos, próximo a São Geraldo do Araguaia, no Pará, e a Xambioá, hoje município pertencente ao Estado do Tocantins. Mais ao centro ficava o comando ou Comissão Militar da Guerrilha (BARBOSA, 2016, p. 29).

Os destacamentos continham vinte e três combatentes, cada qual com o seu comandante. Os vinte e um membros restantes faziam uma divisão territorial compondo três grupos de sete guerrilheiros. No topo da hierarquia organizacional da Guerrilha estava a Comissão Militar, sendo subordinada ao comando Político, que tinha sua liderança vivendo principalmente no Rio de Janeiro. Somando os dois grupos, estes contavam com nove membros, sendo dois participantes de ambos. Dessa forma, João Amazonas, Elza Monerat, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, Líbero Giancarlo Castiglia (italiano, era o único estrangeiro que participou da guerrilha), Gilberto Olímpio Maria, Micheas Gomes de Almeida e José Lima Piauhy Dourado, compunham a chefia máxima da organização.

Os guerrilheiros desenvolviam treinamentos diários. Pela manhã se exercitavam e treinavam disparos de tiros, rastejamento, fustigamento etc. Além disso, promoviam constantes averiguações em torno da região com o objetivo de compreender o espaço geográfico em que estavam inseridos. Neste momento de reconhecimento territorial buscavam se familiarizar com os moradores, adquirindo conhecimentos sobre o tipo de caça e coleta nas matas, além de fazerem pescarias nos riachos (MECHI, 2012; FILHO, 2013).

3.4 O protagonismo dos camponeses na região nortista do Brasil e o projeto desenvolvimentista da Ditadura Empresarial-Militar.

A historiografia tradicional que analisa os acontecimentos sobre a Guerrilha do Araguaia é caracterizada por uma narrativa que parte apenas das perspectivas sobre as motivações “patrióticas” das Forças Armadas, e sobre o “heroico” processo de luta revolucionária do PC do B. Nesse sentido, até o final do século XX, as ações camponesas sempre eram estudadas a partir dos movimentos militares e militantes e não pelas suas próprias estruturas orgânicas. O sujeito camponês era observado a partir dos objetivos de grupos e organizações que não retratavam as especificidades das questões agrários do Brasil.

Os trabalhadores rurais foram rotulados como parte integrante de uma estrutura considerada maior do que seus próprios problemas. Eles eram vistos apenas como indivíduos

doutrinados pela ideologia comunista do PC do B, ou como cooperadores das Forças Armadas, sendo que tais cooperações eram muitas vezes remuneradas com “premiações”⁸ ou executadas de forma forçada em decorrência do medo de serem mortos pelos militares.

Também tiveram aqueles que presenciaram a Guerrilha sem ter se envolvido com ambos os lados. Esses também foram problematizados pelos intelectuais tradicionais como meros espectadores da luta entre duas forças inimigas e não como agentes ativos do campo que sofreram graves consequências de forma direta, ou indireta, em decorrência dos traumas que a luta causou. Tanto na Guerrilha, como na historiografia tradicional sobre a temática, os homens e as mulheres do campo estiveram imersos em muitas rotulações que os transformaram em indivíduos “inocentes”, “incultos”, “hospitaleiros”, “desconfiados”, entre outras generalizações que simplificam a essência de luta e de resistência que havia em cada trabalhador rural considerado “apolítico”.

Por conta disso, foram problematizados nesta pesquisa outros tipos de resistências lideradas pelos camponeses, com o objetivo de demonstrar que a “Guerrilha do Araguaia” não conseguiu solidificar a proposta da Guerra Popular Prolongada, na medida em que não aproximou os embates de outros trabalhadores rurais que também sofriam com a repressão de grandes proprietários de terras de regiões próximas do palco do conflito.

Dessa forma, podemos entender que o camponês servia como elemento de apoio, e não como agente revolucionário, fruto das mudanças estruturais pretendidas pela própria Revolução.

Entre os militares, termos como “inocentes”, “incultos”, “hospitaleiros”, “desconfiados”, vão compondo uma imagem do trabalhador rural do Araguaia que deveria ser protegido da ameaça comunista, ao mesmo tempo em que deveria ser reprimido. Entre os guerrilheiros, “inocência”, “generosidade”, “simplicidade” eram características que faziam deles um público receptivo às ideias do partido e, através de um intenso trabalho de massas, poderia integrar as fileiras da guerrilha”. (MECHI, p. 172, 2013).

Uma das obras fundamentais que analisa o protagonismo de todos os envolvidos na Guerrilha é da autora Patrícia Sposito Mechi, que escreveu a tese “Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na

⁸ Os militares divulgaram entre os moradores da região uma espécie de tabela de preços pelas cabeças dos guerrilheiros. Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. ‘Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos e 10 mil cruzeiros se mortos. Com 5 mil cruzeiros se comprava 10 vacas, ou um sítio de 20 hectares na região. Com 10 mil cruzeiros dava para comprar um Fusca, o automóvel mais vendido na ocasião’, conforme Studart (2013, p. 77 *apud* BARBOSA, 2016, p. 34).

guerrilha (1972-1974)”, defendida em 2012, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Nessa pesquisa, Mechi (2012) investiga a questão agrária do Brasil, no que se refere aos problemas desencadeados pela estrutura latifundiária, problematizando os conflitos de Trombas e Formoso, no estado de Goiás, e de Porecatu, no estado do Paraná. Ela também faz uma belíssima problematização sobre as Ligas Camponesas e o Araguaia. Esse trabalho consolida uma percepção ainda pouco explorada, e que dá visibilidade para os camponeses.

Um traço fundamental da tese de Mechi (2012) é o uso da história oral dos camponeses que viveram o conflito e, também, dos familiares daqueles que já faleceram, mas que se lembram de relatos sobre os momentos traumáticos da vida de seus antepassados. A utilização dessa memória tornou-se uma das novas metodologias historiográficas sobre este assunto. A Guerrilha do Araguaia passou a ser compreendida não apenas pelas narrativas jornalísticas das décadas de 80 e 90, na medida em que este acontecimento histórico era pautado em escassas fontes oficiais do exército brasileiro, e de alguns vestígios de documentos disponibilizados pelo Partido Comunista do Brasil.

No artigo “Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a Ditadura Empresarial-Militar à luta contemporânea pela terra”, de 2013, também desenvolvido por Patrícia Mechi, podemos compreender algumas questões importantes sobre o território habitado pelos camponeses. De acordo com a autora, não havia qualquer tipo de infraestrutura promovida pelo Estado brasileiro na região que compreende o sul dos estados do Pará e Maranhão e o norte do estado de Goiás (atual Tocantins). Os camponeses que lá estavam na década de 1970 chegaram nesta localidade a partir de uma onda migratória que surgiu nos anos de 1950. “Essas pessoas lá se estabeleciam e tomavam posse de um pequeno lote de terra com relativa facilidade, já que o latifúndio ainda não havia se instalado com toda a força na região” (MECHI, 2013, p. 168).

Esse processo migratório pode ser explicado de acordo com dois fatores. O primeiro corresponde à “Reforma Agrária Espontânea”, em decorrência da iniciativa dos próprios trabalhadores rurais em encontrar e estruturar zonas agrícolas que serviriam para a extração de recursos naturais. O outro se refere ao processo de instauração dos grandes latifúndios patrocinados pelo capitalismo rural. Essas duas motivações que desembocaram na ocupação dos camponeses nos territórios agrários causam até hoje um combate travado entre posseiros e latifundiários. Vale ressaltar que a política econômica promovida pela Ditadura, regimentada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), buscava promover o crescimento do Brasil a qualquer custo.

O “Jornal do Brasil” se propôs a investigar e descrever alguns conflitos de terras envolvendo os sertanejos e os grandes fazendeiros da região do norte do país. Na reportagem intitulada “Governo deverá expulsar do país nos próximos dias o padre Francisco Jentel” de 24/05/1972⁹, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) se manifestou com repúdio a tal atitude feita pelas ordens militares e alguns membros da cúpula da igreja católica. O motivo para a expulsão referia-se ao fato de que Jentel teria sido acusado de estar envolvido em alguns tiroteios contra os fazendeiros do município de Terezinha, que fica próxima do Parque Nacional do Araguaia.

Um ponto interessante que pode elucidar a vertente política do jornal, e a quais interesses o impresso se posicionou a favor, é sobre o conjunto de matérias que manifestaram os receios de bispos e padres pela exploração dos mais pobres, cometida pelos grandes fazendeiros e empresários representados pela CODEARA (Companhia de Desenvolvimento no Araguaia). Em uma reportagem do dia 13/11/1971¹⁰, é mencionada a destruição ambiental que o projeto de desenvolvimento da Ditadura estava acarretando à Amazônia.

A construção de rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Manaus-Fronteira com a Venezuela, entre outras, serviu como abertura do mercado de trabalho para vários sujeitos que vinham do Nordeste na busca de melhores condições de vida. De acordo com Mechi (2012), essas novas “oportunidades” empregatícias serviam como uma alternativa para o esvaziamento da região nordestina, que passava por um momento de muita tensão política, com conflitos agrários e insatisfação dos trabalhadores rurais.

É importante destacar que embora a região nordeste tenha sido compreendida por Mechi (2012) como uma área extremamente conflituosa, no que se refere às lutas entre posseiros e proprietários, é de se destacar que nas próprias proximidades de onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, também ocorreram embates entre camponeses e os grandes latifundiários que, quando ausentes nesses embates pela terra, foram substituídos por empresas - licitadas, ou não - a utilizarem determinados recursos naturais, disponibilizados - oficialmente, ou não - pelo Estado. O caráter oficial das construções empresariais, fincadas nas terras “virgens” da selva amazônica, não pode ser entendido como um entrave para a aliança público-privada ao apoio cedido pelo governo ditatorial aos empreiteiros.

9 Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/57706. Acessado em 13/04/2019.

10 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/44112. Acessado em 12/04/2019.

A disputa pelo minério do município de Xambioá, local do estabelecimento da base militar para combater os guerrilheiros, também é um assunto bastante citado nas edições do “Jornal do Brasil”. Esse entrave por tal riqueza natural gerou uma volumosa corrente migratória de trabalhadores nordestinos, ocasionando uma série de disputas entre posseiros e fazendeiros. É mencionado nas páginas do “JB” o início da luta do Estado contra os camponeses que queriam extrair jazidas de minério. O governo proibiu que estes indivíduos fizessem a prática exploratória, caso não obtivessem uma autorização de algum órgão oficial do Estado. Ao mesmo tempo que algumas empresas, como a Companhia Energética de Goiás (CELG), se apossavam de parte do território para a montagem de sua base de extração. Essas questões foram identificadas nas seguintes matérias: “Justiça federal de Goiás processa 18 envolvidos com materiais radioativos”, de 30 de janeiro, de 1971¹¹; “Justiça Federal inicia em Goiás ação penal contra exploradores de minérios”, de 05 de maio de 1971¹²; “CELG uma Empresa em Fase de Grande Expansão”, de 5 de agosto de 1971¹³.

Além disso, assim como foi proposto por Dreifuss (1981), e por Maria Helena Moreira Alves (1989), a Ditadura brasileira não foi projetada apenas por motivos “morais” e “cívicos”, mas, sobretudo, com o objetivo de intensificar a captação do capital estrangeiro através de um projeto desenvolvimentista que visava “civilizar” áreas tidas como “desabitadas”. Essas áreas, no entanto, eram habitadas por camponeses e trabalhadores rurais que foram reprimidos pelas forças do Estado por meio das ações dos grandes proprietários de terras.

No âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) instituído pela Lei 5.727, promulgada em 4 de novembro de 1971, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1106, de 16 de julho de 1970, sendo ambos assinados pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici. O PIN foi propagandeado para a sociedade como um novo marco da história do crescimento econômico do país, no qual os lemas eram “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras” (MECHI, 2012; FILHO, 2013).

A concepção geopolítica de proteger o Brasil de prováveis ameaças externas, e internas com vieses comunistas, e de fazer com que várias famílias conseguissem a tão sonhada estabilidade financeira, eram os principais *slogans* promovidos pelo governo

11 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/25140. Acessado em 12/04/2019

12 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/31324. Acessado em: 13/08/2020

13 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/37462. Acessado em: 09/07/2018

ditatorial. No entanto, o que se viu foi o aumento de privilégios públicos a grupos “oligopolíticos”, que se utilizaram de alternativas ilegais como a grilagem¹⁴, e da própria legitimidade do Estado, com o processo de ocupação de terras financiados por diversas organizações autárquicas.

O Plano de Integração Nacional (PIN) buscava ligar duas regiões “problemas”, o nordeste e o norte do país. Logo após tais medidas, o processo de consolidação do macroprojeto de infraestrutura ganhou novos contornos com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sendo esta última, substituída da Superintendência para a Valorização Económica da Amazônia (SPVEA), criada ainda no governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, verifica-se a comprovação de que a Ditadura, mais do que militar, foi fincada por grandes empresários, com nítidos fins lucrativos possibilitados por licitações que mesclavam os interesses público-privado em detrimento de um projeto Empresarial-Militar.

Cem quilômetros de cada lado das estradas em construção seriam reservados à pequena agricultura. A ocupação de posseiros dessa faixa em todas as estradas da Amazônia (um total de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) seria reconhecida e legalizada. O objetivo inicial seria a transferência de 100 mil famílias (portanto cerca de meio milhão de pessoas) em cinco anos. O INCRA começou a pôr em execução um esquema elaborado para a ocupação da rodovia Transamazônica, baseado nas agrovilas, agropólis e Rurópolis. A Transamazônica foi o principal eixo escolhido para a colonização oficial e como tal veio a simbolizar uma nova era (VELHO, 1979, p. 209).

No dia 13/11/1971, o “Jornal do Brasil” publicou uma reportagem com o título “Bispos do Pará e Amapá dão apoio à denúncia sobre latifúndio em Mato Grosso”¹⁵. Nesta matéria é relatado o apoio de alguns bispos à D. Pedro Casaldáliga, pela publicação do livro “Uma igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, que

14 Divulga-se que o termo grilo ou grilagem tem sua origem na tentativa de transformar títulos falsificados, dando-lhes aparência de legais, com o emprego do inseto ortóptero – o grilo, tanto que o Dicionário Aurélio define grileiro como sendo “indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”. Logo, a terra grilada é aquela em que o título de propriedade é falso. O mecanismo utilizado, e que acabou denominando o processo de apropriação ilegal de terras públicas, era o de “comprar” dos cartórios ou de terceiro um falso título da terra e, para lhe dar uma certa aparência de autenticidade, o documento era colocado em uma gaveta com alguns grilos. Passado algum tempo, os grilos iriam alimentar-se das bordas da escritura, expelir excrementos no documento e auxiliar na transformação do papel de cor branca para uma cor amarelada, ficando com um aspecto envelhecido. Assim, o título de propriedade da terra com esse novo visual daria maior credibilidade ao seu possuidor, que alegaria já ser proprietário daquela gleba de terra há algum tempo. Atualmente, empregam-se outras tecnologias mais eficazes para conseguir o mesmo objetivo, ou seja, a falsificação de documentos (IPAM, 2006, p.11 *apud* FILHO, 2013, p. 20).

15 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/44112. Acessado em: 12/02/2020

descreve a exploração dos grandes latifundiários para com camponeses e trabalhadores rurais no município de São Domingos do Capim, do Estado do Pará. O apoio veio através de um telegrama que dizia:

(...) Cumprem agora o dever de consciência de testemunhar louvor e solidariedade ante o trabalho tão expressivo, que bem revela o total engajamento de V. Exa. (D.P. Casaldáliga) nos princípios salvadores da Igreja de Cristo, sabiamente adaptados ao mundo de hoje pelo providencial Concílio Ecumênico Vaticano-II (Jornal do Brasil, 13/11/1972).

Além disso, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) também se manifestou sobre a situação das pessoas oprimidas neste município, afirmando que estes ocorridos “(...) traduziram o tripúdio do poder econômico sobre inalienáveis direitos de pessoas humanas” (Jornal do Brasil - 13/11/1972). Na medida em que também foram feitos elogios a uma desapropriação apoiada pelo então governador do Pará, Fernando José Leão Gullhon, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que, segundo a CNBB, “não só estrangulou espoliação já consumada, como previne, de modo expressivo, a eclosão de movimentos semelhantes, principalmente no Sul do Estado do Pará” (Jornal do Brasil - 23/11/1972).

Essa suposta contradição envolvendo a manifestação da CNBB com os escritos de Casaldáliga, já demonstram um discurso relativista desta instituição, que buscou suavizar em vários momentos as suas manifestações contra os grandes empresários e, principalmente, contra o governo, pois a ideia difundida pelo jornal indica um nítido apreço da Conferência ao processo desenvolvimentista da máquina estatal, da mesma forma que indica sua rejeição às ações exploratórias de alguns latifundiários. Dessa forma, o caráter conciliatório e moderado do “Jornal do Brasil” se mescla com o da CNBB e, em decorrência disso, foi possível encontrar várias reportagens que possuem posturas parecidas com este “morde e assopra”.

Percebe-se que a CNBB não se desprendeu tanto do discurso hegemônico de apoio ao projeto desenvolvimentista do país, porém, esta instituição também prezou em vários momentos pela ponderação e negociação entre as partes envolvidas nos conflitos agrários. Isso ficou mais nítido com a reportagem de 23/03/1972¹⁶ que no seu próprio título demonstra as intenções deste núcleo religioso para com as ações capitalistas nas terras mato-grossenses “CNBB defende a integração de colonos no desenvolvimento”. Tal matéria cita um manifesto

¹⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/53201. Acessado em 12/04/1979.

feito pelos padres de tal instituição que se posicionaram com bons olhos a respeito do incentivo de “projetos agropecuários ao desenvolvimento do país”, mas que também defenderam “o justo direito das famílias simples do interior e sua integração no processo de crescimento global do Brasil” (Jornal do Brasil, 23/03/1972). No fim da matéria, a CNBB volta a ponderar que se alegram quando verificam “(...) que já estão em marcha alguns projetos governamentais de reforma agrária de inegável significação social. A Igreja não quer a desagregação, mas a unidade justa e solidária” (Jornal do Brasil, 23/03/1972).

A maioria dos trabalhadores que se deslocaram para a região do conflito do Araguaia eram camponeses de outros estados, que estavam saindo de suas antigas terras com o intuito de fugir da máquina de exploração capitalista, financiada pelo Estado e concretizada com a estruturação das zonas de latifúndio. Mechi (2013) explica que mal sabiam os novos habitantes que estavam possibilitando a chegada dos mesmos senhores de terras na região amazense. Os trabalhadores “foram utilizados para criar as condições para que se perpetuasse a sua própria exclusão” (MECHI, 2013, p. 171).

No entanto, a crise do petróleo em 1973, desacelerou alguns incentivos governamentais ao processo de consolidação do I PIN, haja vista que “as grandes rodovias, pensadas como eixos principais do PIN, principalmente a Transamazônica, não passaram da fase de terraplanagem” (FILHO, 2013, p. 103). De acordo com Filho (2013), o II Plano de Integração Nacional foi muito mais que uma resposta à crise econômica mundial, ele estruturou, a partir da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), uma arma legal para combater a ameaça externa, isto é, comunista, que poderia vir a acontecer na região amazônica. Essa “ameaça”, que para muitos militares era real, trouxe ao combate contra os guerrilheiros uma importância muito maior.

(...) muito mais do que preocupações econômicas, relativas ao desenvolvimento da região, ou da busca por solucionar dilemas relativos aos problemas do Nordeste brasileiro, o processo de ocupação da região amazônica atendia, principalmente, às questões estratégicas geopolíticas, dentro das formulações contidas no binômio “Segurança e desenvolvimento”, e expõe de forma clara porque os conflitos que irão ali ocorrer adquiriam uma importância tão grande, ao nível do envolvimento das forças armadas na tentativa de solucioná-los ou de combatê-los mediante o uso da força, caso necessário; assim como no enquadramento de vários camponeses, padres e lideranças políticas que os apoiavam na Lei de Segurança Nacional (FILHO, 2013, p. 105).

Um dos traços culturais do convívio dos camponeses daquela região era a disponibilidade de cederem abrigo para migrantes que chegavam em suas casas. De acordo com Mechi (2013), esse hábito “hospitaleiro” e “acolhedor” é justificado pelo histórico de viagens que os camponeses faziam na busca por novas terras. Por não possuírem condições sofisticadas para longas jornadas, eles precisavam desse tipo de solidariedade para chegarem aos seus destinos. A autora enfatiza que “sem condições materiais para realizar viagens curtas ou longas, é comum que o trabalhador rural brasileiro cultive o hábito de acolher e ser acolhido em suas residências” (MECHI, 2013, p. 172).

O fato de terem oferecido abrigo aos militantes do PC do B fez com que os militares os considerassem pessoas suspeitas de apoiarem as causas guerrilheiras. De acordo com Mechi (2012), o número de moradores presos durante a Guerrilha varia de 80 a 90, de acordo com o Ministério Público, mas essa quantidade aumenta para 300 nos depoimentos de moradores, militares e guerrilheiros. A “detenção para averiguação” era o máximo que os militares alegavam no momento da ordem de prisão. Posteriormente a tortura era justificada como um “mal” necessário para o combate ao comunismo.

Ainda sobre a reportagem do Jornal do Brasil, de 23/03/1972, a CNBB descreve a situação de muitos posseiros no município de Luiziara, próximo ao município de São Félix do Araguaia, do estado de Mato Grosso. Na reportagem é mencionado que “(...) vários colonos são mantidos presos pelo governo sem qualquer processo” (Jornal do Brasil, 23/03/1972). Isso demonstra que as prisões arbitrárias cometidas pelo Estado brasileiro na Guerrilha do Araguaia já haviam sido praticadas de forma regular com outros camponeses de regiões próximas. Trata-se, portanto, de uma prática contínua na qual a “exceção” se perpetua independente de ser, ou não, motivada por ameaças comunistas. A questão agrária durante a Ditadura não era conduzida por motivos de proteção nacional, mas, principalmente, por uma estrutura latifundiária bem aliançada com os setores públicos.

Após o assassinato da maioria dos guerrilheiros, e finalizada a luta entre militantes e militares, os camponeses ainda viveram sob ameaças constantes de oficiais do exército que não queriam que a crueldade praticada pelas Forças Armadas fosse descoberta pela sociedade civil. Essa preocupação do exército brasileiro fez com que muitos agentes do Estado continuassem nas regiões do conflito, com a missão de sondar os boatos da população, e averiguar os detetives, jornalistas e demais investigadores que chegavam naquelas localidades.

Na tese de doutorado de Romualdo Pessoa Campos Filho, intitulada de “Araguaia: Depois da Guerrilha Uma outra Guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1974-2000)”, defendida em 2013, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), podemos tomar nota sobre a participação do então Major Curió no processo de silenciamento e esquecimento dos traumas construídos em tempos de Guerrilha.

Hoje coronel da reserva, Sebastião de Moura, conhecido como Curió, atuou em diversas instâncias governamentais. Dentro das forças repressivas da Ditadura comandou o grupo de espionagem do Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), além de ter participado de forma ativa da terceira campanha militar contra os guerrilheiros do PC do B, na qual se disfarçou de funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com Filho (2013), até o início do século XXI, Curió mantinha uma rede de informação ativa no seio da região sul do estado do Pará, onde atualmente se localiza o município chamado, em sua homenagem, de Curionópolis.

Curió estabeleceu uma ação de silenciamento àqueles que presenciaram a brutalidade cometida pelas Forças Armadas e, também, aos descendentes dos protagonistas deste conflito, que através de histórias sobre a Guerrilha também desenvolveram um tipo de medo em mencionar o que sabiam sobre esse período. Uma das motivações pessoais que o levou a cometer mais esse abuso de poder, está relacionada ao fato de que ele desapossou várias terras camponesas, justificando tal repressão a partir do discurso emanado pela Doutrina Nacional de Segurança e Desenvolvimento (DNSD), que argumentava a constante necessidade de manutenção de determinados territórios para que a ameaça comunista não existisse mais.

Esse poder possibilitou, efetivamente, a definição de um território por onde uma autoridade implacável, e à sombra da lei, perseguiu, atemorizou e executou aqueles que eventualmente viessem a criar dificuldades para sua consolidação. O objetivo principal: conter a “massa”, ao se usar como estratégia, “massa, contra massa”, na linguagem do próprio personagem que estamos pesquisando (FILHO, 2013, p. 45).

Muitos moradores locais ainda sentem receio de fazer depoimentos sobre os conflitos rurais que aconteceram após o fim da Guerrilha. Esse trauma coletivo só foi revelado graças à coragem e bravura dos camponeses, e a partir de ótimos trabalhos de vários jornalistas, historiadores e detetives contratados pelas famílias dos militantes mortos e desaparecidos, que descobriram e divulgaram muitas informações importantes. Além disso, as criações de

sindicatos rurais e de novas organizações camponesas foram fundamentais para iniciar o processo de iluminação dos subterrâneos da Ditadura Empresarial-Militar brasileira.

O projeto de Abertura política - emanado pela Lei de Anistia, iniciado em 1977 e concretizado em 28 de agosto de 1979 pela Lei nº 6.683/79 - deu contornos de impunidade àqueles que transgrediram a legalidade. Esse direcionamento omissivo do Estado que foi nomeado de “redemocratização” consolidou uma recusa por parte dos camponeses em participarem do processo de averiguação dos fatos ocorridos durante os combates armados. Além das ameaças pessoais de agentes ditatoriais, a legislação também fez com os camponeses se sentissem desprotegidos para falarem o que sabiam.

Além de beneficiar uma parcela restrita dos presos políticos pela Ditadura, a Lei de Anistia protege até os dias de hoje uma grande quantidade de agentes e ex-agentes do Estado que foram peças-chaves para a manutenção do regime através da repressão. Com a lei 10.559 de 2002¹⁸, ficou estabelecido que deveria haver uma devida reparação a todos aqueles que fossem declarados anistiados políticos. Com isso, os sindicatos rurais, e a política de abertura dos casos ocultos pelos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), deram contornos de justiça para uma população por muito tempo esquecida pela Lei e pela historiografia.

Com o fim da guerrilha, aqueles camponeses que desenvolviam uma série de atividades - como a caça, a extração do cupuaçu, palmito e castanha, com suas casas de barro, madeira ou adobe, cobertas com palha e babaçu, dormindo em suas redes e utilizando-se de ervas medicinais para curar doenças - passaram a conviver com o fantasma de uma guerrilha ainda viva nas suas memórias (MECHI, 2012). Todas essas características do cotidiano camponês foram por muito tempo silenciadas, ignoradas tanto pela história oficial, quanto por uma historiografia tradicional que foi norteada mediante uma percepção dualista das forças do exército e dos guerrilheiros. Faz-se necessário problematizar o silêncio, mas acima de tudo, o silenciamento.

Mechi (2013) enfatiza que as disputas em torno do Araguaia foram muito além da guerrilha. O palco de guerra orientado pela esquerda deu novos horizontes para uma população até então desorientada com o crescimento avassalador do latifúndio. O governo não temia somente uma ameaça comunista, ele legitimou progressivamente a desarticulação de pequenas ocupações rurais que estavam no caminho próspero dos grandes fazendeiros.

17 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm . Acessado em 22 de janeiro.2019.

18 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm . Acessado em 22 de jan. 2019.

3.5 O Estado em seu sentido restrito: As campanhas do exército brasileiro contra os guerrilheiros.

O exército brasileiro desenvolveu três campanhas para desarticular a Guerrilha, sendo a primeira cometida em 1972, e chamada de “Operação Papagaio”. Nesse momento, os guerrilheiros não esperavam o ataque proferido contra eles, pois ainda estavam em fase de reconhecimento da mata, e os alojamentos não estavam completamente prontos e não tinham traçado nenhuma rota de fuga.

Para aproveitar todas as informações possíveis, e deixar esta pesquisa mais completa, foram utilizadas para o enriquecimento de dados desta pesquisa, produções audiovisuais muito interessantes para a compreensão mais didática desta temática. Citamos o documentário “Guerrilha do Araguaia”¹⁹, feito pela TV Brasil, que expõe uma série de entrevistas com vários camponeses, guerrilheiros, militares e especialistas sobre o conflito, com a participação do autor supracitado neste trabalho, Romualdo Pessoa Campos Filho, e da historiadora Heloísa Starling.

Neste documentário é mencionado que os 150 militares enviados na primeira etapa do confronto, não possuíam nenhum preparo tático para promover qualquer combate em selva aberta. Alguns dos membros do exército relataram que não sabiam nem para onde estavam indo quando foram recrutados para a missão contra os comunistas. De acordo com Edson Fernandes, ex-soldado das Forças Armadas, nos primeiros três meses que ele integrou o exército em 1972, foi desenvolvido um treinamento de “tiro noturno”. Segundo ele, de forma inesperada, os seus superiores mandaram que todos fossem para suas casas e pegassem roupas para uma viagem que seria feita no dia seguinte. Somente quando chegaram à praia de Xambioá (um dos municípios do estado do Tocantins) que foram informados sobre a missão.

O primeiro erro das forças do governo nessa guerrilha do Araguaia: jogar recrutas com seis meses de quartel dentro da selva inóspita, habitada por um contingente de 63 guerrilheiros, treinados dentro da própria selva, alguns com seis anos de preparação militar rígida, espartana, e um espírito de decisão surpreendente. Além disso, muito bem orientados por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), homens com formação militar no exterior, teoricamente comparáveis a brilhantes oficiais brasileiros (PORTELA, 2002, p.67).

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=4Y0wbl0TJmA> >. Acesso em 22 de janeiro. 2019.

É importante salientar que foram enviados mais 1.350 soldados armados para esta primeira operação das Forças Armadas, totalizando aproximadamente 1.500 homens. Embora os militantes do PC do B tenham se sentido vitoriosos com a suposta derrocada do exército, é fato que os comunistas ainda estavam totalmente acuados e sem nenhuma condição bélico-militar de contrapor os golpes proferidos pelos soldados do Estado.

Havia um sentimento muito romantizado entre alguns militantes que realmente acreditavam ser possível derrotar com apenas algumas espingardas antigas um comando armado com metralhadoras, helicópteros e tanques de guerra. Essa sensação revolucionária é fruto de um momento nostálgico e de euforia que se intensificou principalmente no final dos anos 1960 com os processos de emancipação e radicalização dos movimentos sociais espalhados pelo mundo todo.

Na edição 69 do “A Classe Operária”, de outubro de 1972, um guerrilheiro enviou uma carta para um dos deputados que supostamente fazia parte do núcleo político do PC do B, e que liderava o conflito armado à distância. Não há registro do nome do guerrilheiro que escreveu a carta, nem do deputado revolucionário. Nesta reportagem existem informações sobre os acontecimentos contemporâneos da data que o impresso foi publicado, que nos possibilita dinamizar um pouco sobre a situação dos camponeses que lá viviam, e dos militantes que lá chegaram para o conflito armado. O pedido inicial de quem escreveu a mensagem era que ela fosse divulgada para os militantes do PC do B e, também, para os deputados da Tribuna Parlamentar.

(...) Não temos ilusão de que venha a ser publicada. A censura oficial tem a verdade. Tampouco acreditamos que seja lida ou comentada da tribuna parlamentar. Afinal o Congresso é simples fachada, o Poder Legislativo não existe. O eco dos sofrimentos do povo (...) não encontram repercussão (A Classe Operária, 10/1972).

Na carta também é mencionado o uso de numerosas tropas, bombas de napalm, aviões, helicópteros, lanchas e canoas para a desarticulação do movimento. Conflitos entre militares e militantes neste período já geravam mortos e feridos, mas isso não diminuía a vontade dos guerrilheiros de continuarem na luta, pois, segundo o escritor da carta, “(...) a experiência ensina que o fraco, quando se bate por motivos justos, acaba transformando-se em forte (...)” (A Classe Operária, 10/1972). Além disso, é relatado que tal luta armada já tinha começado em princípios de abril, mas o massacre humano já perseguia as águas do Araguaia a tempos atrás.

No relato, fica evidente a exploração do homem do campo pelos grandes proprietários e militares que prenderam várias pessoas, com a justificativa de que precisavam cometer prisões de alguns subversivos. Esse excesso de poder foi uma das grandes motivações que levaram camponeses a aderirem à causa dos guerrilheiros, no combate contra os ditadores.

(...) os habitantes [de São Domingos] tiveram suas casas invadidas e suas roças destruídas. Sofreram toda sorte de vexames. Muitos foram detidos e espancados cruelmente. Mais tarde, a operação estendeu-se ao município de Conceição do Araguaia, sobretudo na zona da cachoeira de Santa Isabel e do povoado de São Geraldo. Aí, igualmente, os militares cometeram incríveis barbaridades (...) (A Classe Operária, 10/1972)

É importante ressaltar que naquela região só havia trabalho em uma parte do ano, na safra da castanha ou na extração da madeira, trabalho este que poderia ser considerado semiescravo. E como já era de se esperar, após meses de labuta, os castanheiros e madeireiros pouco ou nada recebiam, pois grande parte da produção ficava retida nas mãos de quem detinha o mando da terra. Nesse sentido, no início da década de 1970, de acordo com a carta, o uso da grilagem havia ganhado força nos povoados de Marabá, São Geraldo, Araguatins, Xambioá, Conceição, São Domingos, Apinagés, Palestina, Santa Cruz e São Geraldo.

Ainda no texto enviado, foi enfatizada novamente a importância da divulgação de tais acontecimentos, pois, nas palavras do guerrilheiro que escreveu a carta, “(...) compreendemos que a luta aqui encetada não tem caráter apenas local. É um aspecto da grande luta contra a Ditadura porque está interessada a maioria da nação. Não foi unicamente contra nós que os generais investiram (...)” (A Classe Operária, 10/1972).

Só nos últimos parágrafos foram citados 10 municípios banhados pelo rio Araguaia que podem ser considerados locais de conflitos entre camponeses e latifundiários durante os anos de 1972 a 1979. Além dessas citações, também pudemos observar, em detrimento das últimas reportagens do “JB” sobre o posicionamento da CNBB, que existiam outras regiões agrícolas, próximas do palco do conflito, que também passavam por disputas de terras.

No entanto, analisando atentamente o “Jornal do Brasil”, especificamente sobre os conflitos que estavam ocorrendo na Guerrilha do Araguaia, não foi encontrada nenhuma menção às estruturas guerrilheiras do PC do B antes de 1979. Isso demonstra que foi promovido um grande ocultamento das informações, em decorrência da forte censura feita pela Ditadura. Podemos observar nitidamente tal questão na reportagem “Araguaia,

importante como cartão postal”, do dia 30/08/1972²⁰, que relata as belezas do rio Araguaia, mencionando os tipos de pássaros e as demais riquezas naturais de tal região. No entanto, curiosamente, nada é mencionado sobre a Guerrilha que já estava em curso neste mesmo período.

Embora a reportagem não traga informações diretas sobre o conflito, é de suma importância destacar algumas questões que, incluídas em uma única página do impresso, poderiam servir como a base documental para a produção de, no mínimo, dois projetos científicos que buscassem retratar as situações político-econômicas de vários municípios banhados pelo rio Araguaia. Nessa única reportagem são feitas ponderações sobre o meio-ambiente; a miserabilidade social dos moradores do município de Araguatins; a disputa pela posse terra entre latifundiários e camponeses; a instalação de empresas estrangeiras que estavam extraindo madeira e iniciando o processo de pescaria organizada de botos; a construção de rodovias que interligavam Belém a Brasília, além da citação da existência de mais de 40 projetos agropecuários financiados por empresas estatais e privadas, que tinham como destaque a participação do Grupo Bradesco.

No início da matéria é destacado que os jornalistas José Gonçalves Fontes (texto), e Hamilton Correa (fotos), estavam navegando pelo rio Araguaia em decorrência de uma matéria jornalística que aparentemente visava destacar o percurso seguido por eles em uma viagem que foi feita de Belém a Buenos Aires. Os repórteres mencionam que o modo de vida dos camponeses que habitavam nos vários municípios banhados pelo Araguaia, de modo geral, era muito parecido.

A vida do homem que habita as margens do Araguaia não é muito diferente da vida do caboclo do Tocantins. Sua casa é miserável, feita de barro estucado, coberta de folhas de palmeira de babaçu. Vestem-se aos molambos. Desde cedo a natureza escolhe aqueles que deverão sobreviver. Comem em geral o que lhes é fácil apanhar e o que o rio ainda lhes pode dar: pacum, piau e surubim. Nos dias de mais sorte, o que ainda resta no mato: um tatu ou um veado.

Cultivam uma pequena lavoura de mandioca, e quando as condições de solo e clima permitem, uma de arroz, com que trocam por sal e açúcar. Alguns, mais felizes, já possuem uma vaca, e isto lhes empresta uma vaidade de senhor.

²⁰ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/65461. Acessado em: 13/04/2019

São humildes, amáveis e hospitaleiros. São homens puros. Fazem o bem sem vaidades, intuitivamente, coisa que pouco acontece entre nós, hipócritas da cibernética (Jornal do Brasil, 30/08/1972).

Ao longo da matéria fica perceptível que o conflito do Araguaia, que estava acontecendo desde abril daquele ano (três meses antes da publicação do texto), foi drasticamente ocultado, haja vista que foram mencionadas cidades específicas em que o combate entre militantes e milites aconteceu. Os jornalistas visitaram os municípios de Conceição do Araguaia, Santa Isabel, Carreira Comprida, Tira-Catinga, São Miguel, além da praia de Xambioá.

Na segunda campanha militar, chamada de “Operação Sucuri”, a falta de objetividade e controle da situação do exército continuou sendo marcante. Foram enviados mais de 2.500 soldados, que ainda estavam despreparados. Porém, havia uma estratégia mais sólida nessa nova campanha, na medida em que os militares começaram a se “camuflar” entre os camponeses, utilizando-se de roupas casuais, cabelos longos e barbas a fazer. Tudo isso com o objetivo de observar e mapear as estruturas revolucionárias.

Os guerrilheiros, como o prolongamento do convívio com os camponeses, começaram a desenvolver uma relação muito forte com a terra e o ambiente da selva. Mesmo com um aparato bélico muito inferior em relação ao exército²¹, eles conseguiram fazer as tropas recuarem em vários momentos. Vale ressaltar que os militares também não tinham uma alimentação boa, a água que bebiam era cheia de cloro, e em muitos casos totalmente poluídas. Em contrapartida, os militantes desenvolveram uma intensa averiguação do território. Segundo outro entrevistado do documentário da TV Brasil, Macheias Gomes de Almeida, um dos militantes mais ativos da Guerrilha, os guerrilheiros fizeram instalações de alimentos no subterrâneo para que fossem melhor preservados. Em um único ano eles estocaram comida para sobreviverem na mata por mais quatro anos. José Genoíno, ex-deputado pelo PT/SP, e ex-guerrilheiro, também relata que foram feitos buracos verticais para enterrar a alimentação, e um outro horizontal para que a comida não sofresse com a umidade.

21 Cada guerrilheiro tinha um revólver com quarenta balas. O conjunto dispunha ainda de quatro submetralhadoras, duas de confecção doméstica, mais 25 fuzis e rifles. Essas eram suas armas de guerra (menos de uma para cada dois guerrilheiros). Somando-se a elas trinta espingardas e quatro carabinas, as armas longas eram 63. Faltavam oito para que cada combatente tivesse a sua. Armamento escasso, de má qualidade balística, bastava para pouco mais que a simples defesa pessoal. Seu poder de fogo era inferior ao de quatro grupos de combate do Exército, cada um deles com nove homens armados de oito fuzis FAL e uma submetralhadora. Por ser velha, a maior parte do arsenal estava com defeito. A guerrilheira Lena lembraria: “O fuzil que eu usava, nossa! (...) Pra acertar naquela árvore tinha que atirar três árvores depois” (GASPARI, 2002, p.425).

Além disso, um fator muito importante foi a participação das mulheres no combate que, diferentemente do exército brasileiro, também pegavam em armas e lutavam de igual para igual com outros homens. De acordo com Kappes (2016), a violência cometida contra elas, no entanto, era desproporcional, os estupros seguidos de mortes diferenciavam a brutalidade cometida com os homens.

(...) a guerrilha tinha um número de 14 a 15 mulheres, que fabricavam munições, praticavam os treinamentos militares, se arriscavam na coleta e distribuição de informações, o clichê de “sexo frágil” não se aplicava nos confins do Araguaia, seja pelas guerrilheiras ou pelas ribeirinhas (moradoras locais) que carregavam peso na cabeça, roçavam e caçavam, mesmo com um “ar de igualdade” (entre homens e mulheres na guerrilha), não se pode afirmar que o machismo inexistiu, não encontrei algo que relatasse isso, apenas que as guerrilheira tiveram papel fundamental e eram integradas ao combate (KAPPES, 2016, p. 28).

Na matéria da edição nº 95, de abril de 1975, intitulada de “Não arriaremos nossa bandeira”, o “A Classe Operária” expõe uma carta de alguns moradores e militantes que habitavam no sítio de Faveira, às margens do rio Araguaia, enviada em 1972 para uma importante personalidade da região, que supostamente era pertencente à pequena burguesia e dono de algumas propriedades de terras. Os comunistas queriam o apoio político desta pessoa contra os ditadores. No documento, afirma-se que tal indivíduo é independente e que não se atemoriza diante da força dos militares, nem se deixa abalar por pretensões políticas, além de ser um homem de bem.

(Carta remetida a destacada personalidade do sul do Pará pelos moradores de um sítio às margens do rio Araguaia, nas primeiras semanas de luta guerrilheira naquela região. Seu conteúdo permite equilar os motivos e propósitos que anima os que empunharam armas para resistir ao ataque das forças da ditadura) (A Classe Operária, 04/1975).

Ao longo da carta foram citadas as justificativas e os propósitos para que a personalidade intervisse junto aos guerrilheiros contra as forças do exército, marinha e aeronáutica. Entre outras coisas, os comunistas afirmaram que a luta deles tinha o objetivo de “(...) acabar com a grilagem, lutar pela democracia, por uma nação livre e independente” (A Classe Operária, 04/1975). É importante destacar aquilo que Mechi (2013) afirma no seu artigo “A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante: o Diário de Maurício Grabois”, publicado em 2013, no qual é citado que “uma visão positiva sobre os camponeses era

acompanhada de uma crença no apoio da pequena burguesia local e mesmo de ‘elementos mais abastados (latifundiários) que simpatizaram com a causa do PC do B’ (MECHI, 2013, p.4).

A última campanha foi iniciada em outubro de 1973 e encerrada em outubro de 1974, ela foi chamada de Operação “Marajoara”. Dessa vez, foram enviados mais 250 militares preparados e treinados para aquele tipo de confronto. A estratégia de guerra foi organizada a partir de novos recursos como a averiguação do território, além de desenvolverem um álbum com as fotos e nomes completos dos guerrilheiros da mata, entregues a todos os soldados. No período foram deslocados agentes infiltrados e criadas as estradas operacionais (as OP-1, OP-2, OP-3) com o intuito de facilitar a chegada do exército à mata e dificultar a dos guerrilheiros (FILHO, 2013).

Com o desgaste dos militantes, somado à falta de homens e mulheres armadas para combater os militares, chegava ao fim a Guerrilha do Araguaia. Restava, no entanto, um tipo de limpeza da brutalidade deixada pelas forças armadas, com os corpos ensanguentados de militantes e camponeses jogados espalhados pela região.

A “Operação Limpeza” iniciada em 1975, visou apagar da história um trágico episódio de duas forças combatentes, cuja lei que respaldava uma foi suprimida nas repressões cometidas contra sujeitos que eram participantes do conflito, e com tantos outros que não tinham nenhuma conexão com as campanhas militar e comunista. Pedro Corrêa Cabral, ex-coronel da Aeronáutica, relatou que foi enviado para a região do massacre para fazer a retirada dos corpos. Na entrevista à TV Brasil, ele afirma que a cúpula do exército deu ordens para que os corpos fossem queimados em meio aos pneus.

No final dessa terceira fase – final mesmo, últimos dias, última semana – decidiram as autoridades que deveriam ser feita uma limpeza da área, porque temiam, essas autoridades, que após a saída dos militares do Sul do Pará, a imprensa, os jornalistas, descobririam os corpos desses guerrilheiros. E essa operação – limpeza consistiu no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os pontos. Um helicóptero ia a esse ponto, agentes desenterravam os restos, esses restos eram colocados em sacos plásticos, embarcados no helicóptero e levados para a Serra das Andorinhas. Na serra das Andorinhas, os corpos teriam sido queimados, juntamente com pneus. Dizendo ser testemunha ativa de todo esse processo, o coronel Pedro Cabral, piloto de um dos helicópteros que transportavam os corpos, afirma que por muito tempo viveu como se continuasse a sentir o odor forte que impregnava o aparelho, nessa operação macabra (FILHO, 2012, p. 191).

Acerca da Guerrilha em si, somente a partir dos anos de 1978 o “Jornal do Brasil” começou a denunciar aquilo que aconteceu no conflito. É interessante destacar que em uma das matérias encontradas sobre a temática, o periódico explicita o silenciamento feito pelos militares a respeito dos acontecimentos sangrentos no Araguaia. Na matéria do dia 11/09/1978²² é exposta a versão do ex-oficial do exército, Hugo de Abreu, em que se relata a famosa “operação limpeza” dos corpos que foram deixados na selva e nos vilarejos próximos a Xambioá. Ele admite a prática do extermínio e a queimação de cadáveres de guerrilheiros e camponeses para que não houvesse nenhum vestígio sobre os massacres lá cometidos. Da mesma forma que na reportagem intitulada “Revista afirma que civis cortaram cabeças para vencer guerrilha no Pará”, do dia 06/02/1979²³, é relatada a brutalidade cometida por agentes guerrilheiros na sua luta contrarrevolucionária.

Após tais ocorridos, a direção do Partido Comunista do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, foi alvo de mais uma tentativa de silenciamento por parte dos militares. O ocorrido ficou conhecido como a “chacina da lapa”. De acordo com um inquérito organizado pelo PC do B, Manoel Jover Telles, integrante do partido, havia entregado os companheiros partidários para as forças armadas. Telles havia sido preso em 1976, e provavelmente estava em negociação com os ditadores. O general Leônidas Pires Gonçalves afirmou que o infiltrado recebeu 150 mil cruzeiros, entregues para a sua filha, em troca da informação sobre a hora e local que a cúpula comunista estaria presente no Rio de Janeiro.

Portador fiel de segredos inconfessáveis, confirmou a informação de que o CIEEx, coordenador das operações que culminaram com a morte de 92 militantes do PCdoB na guerrilha do Araguaia, mantinha um agente infiltrado na cúpula do partido. Este agente repassou aos militares todas as informações que resultaram na morte de três dirigentes do Comitê Central a 16 de dezembro de 1976, no episódio que ficou conhecido como Massacre da Lapa: Manuel Jover Teles, um dos históricos do PCB, com passagem pelo extinto Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e que se incorporou ao PCdoB em 1967 era um espião do Exército e informou ao CIEEx o local da reunião da cúpula do PCdoB (AMAZONAS, 2002, p.38).

João Batista Franco Drummond foi preso no dia anterior, sendo torturado pelo DOI/CODI. Elza Monnerat, Aldo Arantes, Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade também foram presos e torturados. José Novaes e Manoel Telles escaparam. Sendo mortos, Ângelo

22 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/186245. Acessado em: 13/05/2019.

23 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/193953. Acessado em: 13/05/2019.

Arroyo e Pedro Pomar. Maurício Grabois, principal líder da Guerrilha do Araguaia foi assassinado ainda em sol de confronto guerrilheiro.

3.6 Entre leis e silenciamentos: A exceção em sua fase final.

No final dos anos de 1980 começou uma corrida em busca das respostas sobre toda a brutalidade cometida em terras de sangue, e sem lei, no Araguaia. Além disso, a disputa pela memória tornava-se uma questão muito bem compreendida e utilizada pelos militares e empresários que projetaram a Ditadura, por meio do consenso alicerçado com a Anistia, e por novas organizações informais de controle e silenciamento das massas no território do combate orquestradas pelo Major Curió, entre outros agentes ainda desconhecidos.

Essa questão pode ser constatada na reportagem do “Jornal do Brasil” de 23/02/1980, cujo título é “A precária Paz de quem luta pela terra”²⁴. Mesmo com o fim da Guerrilha, o Major Curió é citado como agente presente nas questões agrárias que envolviam os camponeses da região daquele ano.

Nesse sentido, apenas as famílias dos guerrilheiros começaram a desenvolver indagações perante o Estado brasileiro no intuito de entender o que aconteceu com os seus parentes.

A partir da década de 1990, os entes dos desaparecidos desenvolveram uma comissão investigadora e promoveram uma caravana até o local da Guerrilha. A partir da cidade de Marabá, do estado do Pará, começou a caçada arqueológica na busca de encontrar ossadas dos militantes mortos. Essa ida ao palco do conflito não obteve os resultados pretendidos, muito em função das mudanças geográficas que a região sofreu após trinta anos. Em 1995, a Corte Interamericana apresentou um pedido de esclarecimento perante o Estado brasileiro sobre o massacre cometido entre os anos de 1972 e 1974.

A Corte Interamericana discutia e condenava o Estado brasileiro por ser condescendente em relação a crimes contra os direitos humanos, e ferir frontalmente acordos internacionais, o Supremo Tribunal Federal brasileiro decidia pela constitucionalidade da Lei de Anistia e favoravelmente à interpretação dada pelo Estado para não punir os que cometeram crimes de torturas. Por sete votos a dois, o STF julgou um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil em que era questionada a interpretação da lei, e pedindo que fossem julgados todos aqueles que, em nome do Estado, cometeram crimes comuns, como homicídios e torturas, a maioria imprescritíveis pelos acordos jurídicos internacionais (FILHO, 2012, p. 275).

²⁴ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/2614. Acessado em: 10/09/2020.

Durante o governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), as investigações começaram a ter uma concretude maior. Foi através da juíza Solange Salgado que se iniciou um embate jurídico-constitucional com a intenção de obrigar o Estado brasileiro a disponibilizar toda a documentação sigilosa sobre as medidas repressivas desencadeadas pelos militares. Em 2004, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília, decidiu promover a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o tempo mínimo para desenvolver as devidas investigações nos arquivos ultrassecretos do exército brasileiro era de 50 anos após o conflito. Lula reduziu essa estimativa para 30 anos e criou uma comissão interministerial para estudar o caso. A partir de 2011, “o parlamento brasileiro aprovou as normas relativas ao tempo para acesso a documentos públicos, fixando em 10 anos para documentos reservados, 30 anos para documentos secretos e 50 anos para documentos ultrassecretos” (BARBOSA, 2016, p. 16).

Também no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), no dia 18 de novembro de 2011, foram direcionadas sete pessoas para promoverem uma profunda investigação acerca de toda a desordem proclamada à margem dos direitos humanos entre 1964 e 1985. Essa investigação ficou conhecida como “Comissão Nacional da Verdade” (CNV).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram feitas observações e análises sobre as estruturas coercivas da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, impostas contra os militantes do PC do B e camponeses do Araguaia. Dessa forma, puderam ser compreendidas algumas medidas tomadas por organizações da Sociedade Política por meio do aparato constitucional e empresarial, estabelecidos pelos Atos Institucionais, Leis e órgãos de Desenvolvimento econômico, que apoiaram algumas frações de classes burguesas. Além disso, destacamos os objetivos centrais da DSND em relação ao projeto desenvolvimentista da Ditadura que também foi direcionado para as zonas agrícolas, influenciando diretamente as ações militares e guerrilheiras.

Não podemos esquecer que este plano econômico estava interligado com o capital multinacional, e por isso também foi salientado que as frações burguesas que montaram e dirigiram este Projeto Hegemônico devem ser diferenciadas das antigas organizações oligárquicas que, quando aliançadas com a proposta política de Goulart, foram suprimidas e retiradas da direção do Estado, embora elas também devam ter participado da proposta ditatorial, não mais como fração dominante, tampouco dirigente. Essa percepção foi baseada mediante as teorias do “Estado Ampliado” e “Estado de Exceção”, que também nos possibilitaram uma visão mais crítica sobre o nível da “necessidade” para a instauração do autoritarismo brasileiro, que derivou de uma inexistente ameaça comunista e de um projeto econômico propagandeado como um adjetivo “milagroso”, que, quando não mais aceito e tolerado pela população, foi substituído pelas articulações do Estado Restrito, resguardado por normas jurídicas não necessariamente legais, executadas pela Força de Lei que proporcionou uma Abertura política lenta, gradual e segura, mediante acordos e novos rearranjos políticos.

Como salientado por Carlos Fico em “Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, de 2004, muitos críticos de Dreifuss (1981) acabam rotulando-o como um pensador que se utiliza do “determinismo” e da “teleologia” que cria um sentido de onipotência e onisciência aos tecnoempresários que articularam o golpe. No entanto, “segundo o autor (Dreifuss) verificou-se todo um processo complexo e progressivo de preparação, no plano político, que durou anos e mobilizou vultosos recursos” (FICO, 2004, p. 14). Rejane Hoeveler e Demian Melo (2014) salientam que é típico do liberalismo político limitar a ideia política e científica de determinadas hipóteses e teses que explicitam as crises e contradições dos projetos liberais.

As conspirações realmente existentes, independentemente de sua eficácia, são por definição descartadas das interpretações liberais da política. Portanto, tanto quanto uma noção conspiracionista, evidentemente anti-científica e obscurantista, a noção liberal da política, segundo a qual esta se compõe somente por aquilo que se faz ‘publicamente’, é igualmente mistificadora (MELO; HOELEVER, 2014, p. 8).

Ao inferiorizar esta visão golpista da Ditadura, muitos críticos de Dreifuss acabam menosprezando uma maior compreensão dos “porquês” de um regime autoritário, que perdeu por vinte e um anos, ter tido uma direção modernizante e conservadora, e que proporcionou uma abertura do mercado nacional ao capital internacional. Essas questões nos fazem indagar, por que a Ditadura brasileira não foi tão “(...) reacionária como na Grécia em 1967, ou de uma ditadura neoliberal como a do Chile em 1973 e da Argentina em 1976, ou mesmo de uma ditadura nacionalista como a do Peru de 1968 (...)” (HOELEVER, 2014, p. 9).

Os conceitos de Antonio Gramsci permitiram uma nova saída para que pudéssemos pensar a sociedade brasileira além do âmbito materialista, utilizando a vertente cultural e aproveitando-a sem menosprezar suas estruturas, ou enrijecer suas possibilidades nas observações político-sociais. Por meio do Estado Ampliado tivemos as condições de visualizar determinados agentes, grupos e movimentos sociais que os “Clássicos Marxistas” não conseguiram enxergar, ou não entendiam sua função dentro de um Estado ainda restrito pela pequena mobilização civil do proletariado. É por conta de um novo contexto histórico que Gramsci percebeu a atuação dos chamados Intelectuais Orgânicos, como sujeitos que interagem no plano ideológico a fim de nacionalizar um determinado projeto para que se torne hegemônico.

Esses intelectuais são pertencentes de uma determinada classe social e de suas respectivas orientações político-econômicas e, portanto, podem ser tanto burgueses quanto proletários. Os donos e idealizadores dos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil” são exemplos de Intelectuais Orgânicos. E os seus impressos são outros exemplos de Aparelhos Privados de Hegemonia.

A problematização da Guerrilha do Araguaia foi possível mediante duas perspectivas importantes. De um lado, a iluminação que a Guerrilha pode possibilitar para que possamos entender as mais variadas questões que envolvem as disputas pela terra no Brasil contemporâneo. Pois, guerrilhas, lutas armadas ou combates sangrentos aconteceram aos “bocados” nas regiões do Pará, Maranhão e Tocantins, até os dias atuais. Como salienta Filho (2013), muitos camponeses tiveram seus nomes colocados nas famosas “listas para morrer”,

criadas pelos fazendeiros para que o temor fosse alastrado em direção às insurreições que poderiam vir a acontecer. Além disso, descobrimos que muitos daqueles que torturaram e mataram trabalhadores rurais, sendo protegidos pela alcunha de membros das Forças Armadas, ainda continuaram a exercer tais brutalidades mesmo com o final da Ditadura, a exemplo disso, tem-se o caso do Major Curió.

Essas lutas camponesas terão mais chances de alcançarem seus objetivos quando acontecer aquilo que Gramsci (1975) chama de “elevação cultural das massas”. Um momento em que proletariado começa a se autoafirmar nas lutas, não só dentro de suas fronteiras geográficas. Marx já explanava que a sociedade deveria ser examinada pela formação de suas classes. Nesse sentido, as lutas armadas no Araguaia, não apenas relacionadas à Guerrilha do Araguaia, possuem uma profunda ligação entre homens e mulheres que morreram e ainda morrem pela proteção de suas próprias terras, tão amadas e cuidadas devido aos laços sentimentais que foram construídos e alicerçados com um sentimento que o capitalismo de tipo avançado não pode suprir.

Com as reportagens dos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil” ficou nítida a resistência camponesa travada há muitos anos contra os grandes latifundiários nas regiões nortistas do Brasil. O trabalhador rural é parte integrante de toda a trajetória de lutas sociais do país e sua participação na Guerrilha do Araguaia foi de fundamental importância para que a memória dos confrontos de homens e mulheres no campo tivesse um alcance maior.

No entanto, o PC do B não conseguiu promover a Guerra Popular Prolongada, e os anseios dos camponeses não foram questões centrais na luta revolucionária do partido. Embora muitas reportagens demonstrem a compreensão dos militantes sobre os sacrifícios feitos pelos trabalhadores rurais, e toda a opressão que estes já sofriam muito antes da Guerrilha ser articulada, os discursos emanados pelos próprios comunistas enaltecem as lutas travadas em selva amazônica, mas esquecem a qual preço isso tudo foi orquestrado. Com a criação de uma narrativa romantizada e vitoriosa sobre o massacre cometido pelo exército, o PC do B esqueceu e silenciou que muitos inocentes camponeses morreram de forma injusta. Portanto não houve “vitória” para nenhum lado, e se alguém perdeu em todos os sentidos, esse foi o sujeito camponês.

Metodologicamente o “A Classe Operária” deve ser reconhecido como um verdadeiro livro de documentos que retrata toda a trajetória do PCdoB em tempos de Ditadura Empresarial-Militar. Isso pode ser constatado com a vasta documentação contida no impresso com mensagens, cartas, poesias, cordéis, e relatos de ex-combatentes do Araguaia. Vale

ressaltar que essa pesquisa é, talvez, a primeira problematização historiográfica a respeito deste periódico durante os anos de 1964-1985.

Apenas algumas literaturas serviram como bases sólidas para compreender a historicidade do jornal. Além disso, o site da fundação Maurício Grabois²⁵, onde está inserido o jornal, também possibilitou uma pequena contextualização sobre a trajetória do órgão central do PC do B. Citamos as duas únicas obras encontradas que embasaram a análise sobre este impresso: o livro “Jornal A Classe Operária. Aspectos da história opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional”, de 2003, de autoria do jornalista Apolinário Rabelo, e a tese de doutorado de Fábio da Silva Sousa, defendida em 2015, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, intitulada “El Manchete e A Classe Operária: a imprensa comunista mexicana e brasileira (1920-1940)”.

É importante destacar também que não foram encontrados anúncios, propagandas ou qualquer forma de alcance lucrativo nas páginas do “A Classe Operária”. Com a repressão ditatorial o jornal passou a ser promovido tão somente para os comunistas e proletariados. Como dizia o próprio *slogan* do impresso, tratava-se de um periódico de “trabalhadores, para trabalhadores, feito por trabalhadores”. A partir de uma perspectiva gramsciana, esse “Aparelho Privado de Hegemonia” visava construir consenso em torno do operariado na intenção de promover uma sólida unidade desta classe a fim de desestabilizar a fração burguesa dominante. Assim sendo, suas edições tiveram a funcionalidade para um projeto “Contra Hegemônico”, com o intuito de moldar as bases de uma revolução socialista. Esta fonte histórica serve para compreender a estrutura doutrinária-pedagógica do Partido Comunista do Brasil.

O “Jornal do Brasil” também serviu como um “Aparelho Privado” contra hegemônico à Ditadura, mas sem que se tomasse partido por quaisquer perspectivas da luta armada da militância do PC do B. Haja vista que o impresso era um instrumento de outras frações de classes que não estavam satisfeitas com a Ditadura.

Pelo que ficou exposto nas edições, o impresso foi um instrumento de construção de consenso em torno de uma sociedade elitista. Essa relação ambígua de apoio e oposição ao regime Empresarial-Militar é uma questão que podemos melhor elucidar com uma documentação disponibilizada pelo Arquivo Público Nacional, localizado no Rio de Janeiro, e

²⁵ <http://www.grabois.org.br> . Acessado em 24 de Janeiro. 2019.

divulgada de forma online, pelo site <http://arquivosdaditadura.com.br>, que contém, além desse, inúmeros materiais para pesquisa e análise sobre a Ditadura.

Na documentação do Serviço Nacional de Informação (SNI), os ditadores fizeram um interrogatório com os diretores do impresso, que mencionava uma averiguação feita contra o “JB”, alegando que o periódico estava tomando posturas subversivas em suas reportagens. Nos documentos é relatado que: “as medidas propostas, que deverão ser impostas progressivamente, na ordem de prioridade em que são apresentadas, e as de caráter financeiro atingirão a todo o grupo onde se inclui o Jornal do Brasil” (SNI, 03/01/1977)²⁶.

As medidas que seriam tomadas pelos militares caso o jornal não contribuísse com os anseios ditatoriais eram: I) suspensão do crédito oficial dos bancos, do Brasil, Caixa Econômica, BNH e BNDE, entre outros federais e estaduais; II) suspensão de publicidade oficial do governo; III) suspensão da composição para liquidação de débitos atrasados; IV) pressão contra os anunciantes do jornal; V) verificação do imposto de renda; VI) investigação completo no jornal.

Além disso, os agentes do SNI também fizeram um interrogatório com os diretores do jornal, Silvio e Dr. Nascimento Brito. Nessa “reunião” os ditadores salientaram que o governo não estaria, a partir daquele momento, apoiando tal Aparelho Privado de Hegemonia. Os diretores, por outro lado, afirmaram que jamais houve qualquer tipo de subversão em suas reportagens, mesmo com os baixos privilégios financeiros a eles estabelecidos pelo governo. Os proprietários do jornal ainda alegaram que o jornal “O Globo” era mais beneficiado que eles, e isso não era satisfatório para a política de alianças estabelecidas entre eles.

(...) “tem tido maior consideração com o JB, não recebendo deste igual tratamento (...)”. A resposta dos diretores de tal impresso foi favorável a tais imposições, e ainda indagaram que “não havia, absolutamente, qualquer intenção subversiva. O jornal procurava basear-se em informações obtidas, na maioria, em fontes do próprio Governo (...) a linha do jornal era de fidelidade ao movimento de 1964 (...) referiu-se ao patrimônio da sua empresa que atinge 35 milhões de dólares, empregando mais de 2 mil pessoas. Procurou atacar seu concorrente – O GLOBO - embora sem referir-se diretamente ao mesmo. Disse que este gozava de todas as facilidades, enquanto o JB tinha que lutar junto às repartições para conseguir o que queria. Disse que o jornal nunca recebera dinheiro do estrangeiro, enquanto outro não podiam dizer o mesmo (SNI, 03/01/1977).

²⁶ Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br>. Acessado em: 10/10/2020

Percebe-se que o “Jornal do Brasil” tinha um viés ora contrário, e ora a favor das políticas econômicas estabelecidas pela Ditadura. Suas intenções não estavam voltadas para repassar problemáticas tão aguçadas que denunciassem de forma explícita o massacre humano cometido no Araguaia. Não havia vontade, e sobretudo, financiamento para expor questões centrais e diretas sobre o fim do Estado de Direito. Com isso, compreende-se que o objetivo maior do impresso era de ponderar informações positivas e negativas, de forma que fosse uma oposição consentida voltada para uma classe social específica, a classe média. A moderação e a política conciliatória eram os reais interesses deste periódico, e mostrar as barbaridades das regiões próximas ao Araguaia, e as denúncias às estruturas latifundiárias explícitas pela igreja, tornou-se uma forma de conquistar o apoio de grupos progressistas.

O impresso se propôs inúmeras vezes a descaracterizar a ideia “desenvolvimentista” da Ditadura nas zonas agrícolas, ao mesmo tempo que também apoiou o seu progresso nas áreas urbanas. Isso não pode ser compreendido como uma contradição, mas como uma lógica burguesa bem estruturada, pois, se de um lado havia a construção da descrença no paraíso dos ditadores, por outro, ainda existiam créditos, propagandas, entre outras salvaguardas dadas por eles ao jornal. Por isso, o conceito “frações burguesas dominantes” precisa ser empregado e bem compreendido na interpretação de tal jornal, pois a Ditadura não conseguiu aglutinar em sua composição dominante todas as frações de classes burguesas do país, construindo inimigos que não estavam inseridos somente nas dimensões da esquerda política brasileira.

REFERÊNCIAS

1) Legislação

BRASIL. Escola Superior de Guerra, de 4 de dezembro de 1963. Brasília, 1963. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53080-4-dezembro-1963-393120-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Lei de Criação do Serviço Nacional de Informações, 13 de junho de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, 27 de outubro de 1965. Brasília, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, 5 de fevereiro de 1966. Brasília, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 4, 7 de dezembro de 1966. Brasília, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 24 de janeiro de 1967. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Lei de Segurança Nacional, 13 de março de 1967. Brasília, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL, Centro de Informação do Exército (CIE), 2 de maio de 1967. Brasília, 1967. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/483285/publicacao/15773457>. Acessado em 10/10/2021. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL, Conselho de Segurança Nacional, 4 de janeiro de 1968. Brasília, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0348.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968. Brasília, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Ministério Público Federal – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 8 de abril de 2008. Brasília/DF. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/temas-de-atuacao/direito-a-memoria-e-a-verdade/atuacao-do-mpf/relatorios/RELATORIO_FINAL_LIVRO_NEGRO_DO_TERRORISMO.pdf. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Lei de Segurança Nacional, de 29 de setembro de 1969. Brasília, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10/10/2021.

BRASIL. Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979. Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acessado em 10/10/2021.

2) Jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil”.

“Carta a um deputado federal”. **A Classe Operária**. 10/1972;

“Não arriaremos nossa bandeira”. **A Classe Operária**. 04/1972;

“Dois poemas de ‘primeiras cantigas do Araguaia’ da autoria do poeta Libério de Campos”. **A Classe Operária**. 11/1974.

“Bispos do Pará e Amapá dão apoio à denúncia sobre latifúndio em Mato Grosso”. **Jornal do Brasil**. 13/11/1971;

“CNBB defende a integração de colonos no desenvolvimento”. **Jornal do Brasil**. 23/03/1972;

“Governo deverá expulsar do país nos próximos dias o padre Francisco Jentel”. **Jornal do Brasil**. 24/05/1972;

“Empresários acusam padres pelos conflitos com posseiros no Alto Araguaia”. **Jornal do Brasil**. 09/03/1972.

“Ação do clero é pesquisada no Araguaia”. **Jornal do Brasil**. 16/10/1973;

“Araguaia, importante como cartão postal”. **Jornal do Brasil**. 20/08/1972;

“Hugo Abreu admite que luta no Pará foi de extermínio”. **Jornal do Brasil**. 11/09/1978;

“Revista afirma que civis cortaram cabeças para vencer guerrilha no Pará”. **Jornal do Brasil**. 06/02/1979.

3) Sites

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acessado em: 12/09/2020.

<https://grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acessado em: 10/01/2019.

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 22/01/2020.

4) Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMAZONAS, João. **Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia: 30 anos** - João Amazonas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves. Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: Revisão Historiográfica e Perspectiva de Pesquisa. *In*: PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracia no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: EDUEMA, 2016, p. 493-506.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Tocantins (UFT). Araguaína, 2016.

BARRETO, Renata Caldas; BORGES, Arleth Santos. Ditadura, Controle e Repressão: Revisando teses sobre os Governos Militares no Brasil. **Revice – Revista de Ciências do Estado**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 107-129, 2016. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2016.5010>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5010/3078>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei Rodrigues. Ditadura Militar, atos institucionais e Poder Judiciário. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5335/rjd.v29i3.5611>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/3826>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia do jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDENUTO, Ricardo. O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra dos Ipes. **Dossiê: História e Cine-documentário**, Florianópolis, v. 11, n. 18, 2009.

CHAVES, Leonardo Leal. A lei de Anistia em Questão. Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense *In*: SULIDADE, Mariana; PICCOLO, Monica (org.). **Maranhão Republicano em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Shalon / EDUEMA, 2015, p. 227-245.

CORRÊA, Marcos. **O Discurso Golpista nos Documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963)**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: história em processo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FICO, Carlos. **A ditadura escancarada**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versos e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Araguaia: depois da guerrilha outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2013.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. A Nova Lei de Segurança Nacional. **Revista de Direito Penal de Criminologia**. Rio de Janeiro, n 35, 1983. Disponível em: http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171002195930-nova_lei_seguranca_nacional.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964 1969). **Revista OPSIS**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 79-100, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v14i1.28996>, Acesso em: 01 fev. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2. Caderno 12**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3. Caderno 13**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KAPPES, Jeferson. **A guerrilha do Araguaia: A luta armada no campo e suas consequências**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2017.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O Jornal Impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **10º Encontro Nacional de História da Mídia (UFRGS)**. Rio Grande do Sul, np, 2015. Disponível: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 25 dez. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MECHI, Patrícia Sposito. A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante: o Dicionário de Maurício Grabois. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p. 1-12, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364490232_ARQUIVO_AguerrilhadoAraguaiavistaporseucomandante-oDiariodeMauricioGrabois.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2012.

MELO, Demian; HOELEVER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, p. 13-43, 2014. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v18i1.11096>. Disponível: <https://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11096/7916>. Acesso em: 25 jul. 2018

MENDONÇA, Sonia. Estado e economia no período 1939-1955. In: **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 39-68.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

POMAR, Valter. **Comunistas do Brasil: Interpretações sobre a cisão de 1962**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: O partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. Terceiro Nome. São Paulo. 2002

QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e Informação**: o sistema da Inteligência e regime militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

REBELO, Apolinário. **Jornal A Classe Operária**. Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e a “Revolução Brasileira”. Ver. Bras, Hist. v. 19, n. 37, np, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TYLgh7WzQgLDgYHLqHTK4BF/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ROSA, Jhonny Roberto. Do Esquecimento Institucionalizado ao Enfrentamento de seus legados: anistia e responsabilidade histórica. **Anais dos XVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, p. 1-13, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435280725_ARQUIVO_ROSA,JohnnyRoberto.DoEsquecimentoInstitucionalizadoaoEnfrentamentodeseusLegados.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985. In: DELGADO, Licílio; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise histórica das Constituições brasileiras. **Ponto-e-vírgula**, v. 10, p. 217-244, 2011.

SILVA, Ricardo. Planejamento Econômico e Crise Política: O esgotamento do Plano de Desenvolvimento ao Malogro dos Programas de Estabilização. **Rev. Sociol. Polit.** n.14, Curitiba, np, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vFGFsCvhR4sv7tY9m5VhGWt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SILVA, Sampaio Wellington. A prática em “tempos de clandestinidade”: as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada. **Temporalidades – Revista de História**, v. 9, n. 3, p. 372-388, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5928/pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência Comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOUSA, Fábio da Silva. **El Manchete e A Classe Operária**: A imprensa comunista mexicana e brasileira (1920/1940). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2015.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19,

n. 3, p. 420-438, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9865>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9865/114114732>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TORRES, Mateus Gamba. O judiciário e o Ato Institucional nº 5: repressão e acomodação em 1968. **Movimentação**; v. 5, n. 9, np, 2018.

TSÉ-TUNG, Mao. **Escritos militares**. Goiânia: Libertação. v. 1. 1981.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política Externa Independente: Fundamentos e Reflexos nas Relações Internacionais do Brasil (1961-1964). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, p. 1-10, 2009.

APÊNDICE

LEVANTAMENTO DE OBRAS E ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA.

Tabela 1 Levantamento de obras sobre a Guerrilha do Araguaia*

Data e Local	Autor (a)	Título	Descrição
São Luís, 2017.	Felipe José Nunes Rocha.	Direitos Humanos e Justiça de Transição: Obstáculos para o cumprimento da sentença do caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil.	Dissertação de Mestrado – PPG em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão.
São Paulo, 2017.	Renata Lemos Petta.	A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”: Liderança, luta e resistência.	Dissertação apresentada a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa Mudança Social e Participação Política.
São Paulo, 2016.	Lucas Monteiro de Souza	A Lei de Anistia e a Sentença da Corte Internacional de Direitos Humanos no caso “Guerrilha do Araguaia”.	Dissertação apresentada à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial do título de mestre em Direito das Relações Econômicas Internacionais.
São Paulo, 2016.	Moisés Pereira da Silva.	O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970-1995).	Tese apresentada à Bancada Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em história Social.
São Paulo, 2016.	Heloisia Helena de Almeida Portugal.	Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal	Tese de doutoramento apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia

		Federal: aplicação do princípio da complementaridade na responsabilidade internacional do Estado brasileiro.	Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.
Araguaína, 2016.	José Humberto Gomes Barbosa.	A Guerrilha do Araguaia. Memória, esquecimento e Ensino de História na Região do Conflito.	Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST – Mestrado Profissional em Ensino de História – Prof. História da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína, como requisito para obtenção do título de Mestre.
São Paulo, 2015	Márcia Lika Hattori	Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.
João Pessoa, 2014.	Jair Pessoa de Albuquerque e Silva.	O “Caso do Araguaia” e o Conflito entre a Justiça de Transição Brasileira e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.	Dissertação de Mestrado – PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba.
São Paulo, 2014.	Lianne Haag Brum .	Histórias Cruzadas. A narração no limiar do rastro e do esquecimento.	Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura e Crítica Literária.
Brasília, 2013.	Carlos Hugo	Em algum lugar das	Tese de doutorado

	Studart Corrêa.	selvas amazônicas: As memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974).	apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História pelo Departamento de História da Universidade de Brasília.
Goiânia, 2013.	Romualdo Pessoa Campos Filho.	Araguaia: depois da guerrilha uma outra guerra. A Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000).	Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.
Brasília, 2012.	Shirley do Prado Carvalhêdo.	O “mito” da destruição total de documentos: Um estudo dos arquivos relacionados à guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivistas.	Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.
São Paulo, 2012.	Patrícia Sposito Mechi.	Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974).	Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História Social.
Florianópolis, 2011	Deusa Maria de Sousa.	Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia.	Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em História

Marília, 2010.	Claudinei Cássio Rezende.	Suicídio Revolucionário. A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas.	Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre.
2008.	Neide Esterci .	Conflito no Araguaia, peões e posseiros contra a grande empresa.	Obra publicada pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
João Pessoa, 2008	Welligton Sampaio da Silva	A Guerrilha Silenciada: Memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia.	Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.
Uberlândia, 2006.	Fabiana de Paula Guerra.	Araguaia: Desvelando Silêncios (A Atuação das Mulheres na Guerrilha).	Defesa de Monografia apresentada ao curso de graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.
Passo Fundo, 2005.	Fabiana Pires de Oliveira.	O PC do B e o Araguaia: A Dissidência Interna de 1974-1984.	Dissertação de Mestrado – PPG em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de de Passo Fundo.
2005.	Taís Moraes e Eumano Silva.	Operação Araguaia: Os arquivos Secretos da Ditadura.	Livro publicado pela editora <i>Geração Editora</i> .

Belém, 2000	Durbens Martins Nascimento	A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militantes na Amazônia	Dissertação de Mestrado apresentada ao Colegiado do Núcleo de Altos Estudos Amazônico.
-------------	----------------------------	---	--

* Elaboração Própria

Tabela 2 - Levantamento de artigos sobre a Guerrilha do Araguaia*

Ano (nº)	Data e local de publicação	Autor (a)	Título
2018	Revista Café com Sociologia - v.7, n., pp. 131-148, jan./abr., 2018, ISSN: 2317-0352	César Alessandro Sagrillo Figueiredo.	O PC do B e a Guerrilha do Araguaia: a memória dos desaparecidos políticos.
2017	Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017).	Wellington Sampaio da Silva.	A prática política em "tempos de clandestinidade": as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada.
2015	XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Florianópolis SC, julho de 2015.	Michel Justamand.	Arqueologia, História e Direitos Humanos na Guerrilha do Araguaia.
2015.1	XXVIII Simpósio Nacional de História – Florianópolis – SC, julho de 2015.	Plínio Ferreira Guimarães.	Assistindo a população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira.
2014	Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.	César Alessando Sagrillo Figueiredo e Mauro Meirelles.	Vida e Morte no Araguaia: do lido com a morte e a memória dos desaparecidos.
2014.1	No. 10, ISSN 2237-8294, dezembro de 2014.	Rafael de Abreu e Souza	Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa.
2013	XVII Simpósio Nacional	Dinohrá Lopes Rubim Almeida.	A repressão e os descaminhos da luta

	de História – Natal, 2013.		armada.
2013.1	XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH -. Natal, 2013.	Patrícia Sposito Mechi.	A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante. O diário de Maurício Grabois.
2013.2	Projeto História, São Paulo, n. 46 pp. 167-195, abr. 2013.	Patrícia Sposito Mechi	Camponeses do Araguaia: da guerra contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra.
2011	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011	Maria Paula Araújo	"Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo ibero americano".
2011.1	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.	Fabricio Trevisian Florentino da Silva.	Entre “A teoria e a prática revolucionária”: A Guerrilha em sua prática urbana durante os governos militares brasileiros (1964-1985).
2011.2	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.	Vitor Amorim de Angelo.	Uma repressão em busca de justificativa: a relação entre ditadura militar e luta armada no Brasil.
2011.3	Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto.	Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.
2010	X Encontro Estadual de História – Santa Maria – RS, julho de 2010.	Paula Tatiane de Azevedo	Procura-se um corpo: A atuação das mães dos desaparecidos políticos na Ditadura Militar no Brasil.
2009	VII Encontro Nacional de História da Mídia - Fortaleza. CÉ, 2009.	Mônica Mourão	Comunicação clandestina. Redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira.
2008	VII Encontro Internacional da ANPLHAC. Vitória, 2008.	Patrícia Sposito Mechi.	O Partido Comunista do Brasil e a Ideia de Revolução na América Latina.
2007	São Paulo, 2007. (História, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007)	Jean Rodrigues Sales	Entre o fechamento e a abertura: a trajetória da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985).

2007.1	XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Leopoldo, 2007.	Deusa Maria de Sousa.	A angústia sem fronteiras - a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina: um estudo comparativo.
2007.2	XXIV Simpósio nacional de História – ANPUH - São Leopoldo, 2007.	Fabiana de Paula Guerra.	Araguaia: a conspiração do silêncio e o uso de imagens na pesquisa histórica.
2005	XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Londrina, 2005.	Cristina Scheibe Wolff.	Por trás de uma pistola 45: Gênero e guerrilha no Brasil. 1968-1973.
2005.1	XIII Simpósio Nacional de História – ANPUH - Londrina, 2005.	Deusa Maria de Sousa.	“Lembranças da Guerra da mata”: memórias e mitos da Guerrilha do Araguaia.
2004	Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 527-552, dez. 2004	Carlos Eduardo Carvalho.	O PC do B durante a Ditadura: duas importantes contradições.
2001	Cad. AEL, v.8, n.14/15, 2001	Jean Rodrigo Sales	O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política.
2001.1	História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001. Editora da UFPR	Jean Rodrigo Sales.	O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60.
****	****	Janailson Macêdo Luiz	Memórias da Ditadura na Amazônia oriental: Experiência de mulheres e homens negros em tempos de Guerrilha.
****	XIX Simpósio de História Nacional.	Janailson Macêdo Luiz	“Minha Irmandade, vamos arreunir”: O terecô e a Guerrilha do Araguaia.
****	****	Jiordiana Branquinho Silva	Guerrilheiras do Araguaia e a Representação de Mulheres Militantes na Imprensa (1970-1985).

*Elaboração Própria

TABELAS DOS JORNAIS “A CLASSE OPERÁRIA”, “JORNAL DO BRASIL” E “DIÁRIO DE PERNAMBUCO” SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1979).

Tabela 3 - Levantamento de reportagens do jornal “A Classe Operária” sobre Guerrilha do Araguaia (1971-1976) *

n° da edição	Data	Título da matéria
n° 59	11/1971	Novas lutas camponesas.
n° 64	05/1972	Camponeses lutam pelos seus direitos.
n° 64	05/1972	Resistência Armada à ditadura.
n° 65	06/1972	Tarefa de todos – Livrar o Brasil da ditadura.
n° 66	07/1972	Relevante acontecimento político.
n° 66	07/1972	Solidariedade aos presos políticos.
n° 67	08/1972	Ações corajosas no Pará.
n° 67	08/1972	Cresce oposição à ditadura.
n° 67	08/1972	O cardeal e as torturas.
n° 67	08/1972	Repercussão da resistência armada no sul do Pará.
n° 68	09/1972	Intrépidos lutadores do povo.
n° 68	09/1972	Imprensa estrangeira noticia a luta armada no Pará.
n° 69	10/1972	Definição política.
n° 69	10/1972	Carta a um deputado federal.
n° 69	10/1972	Nova investida contra guerrilheiros.

n° 70	11/1972	A ditadura será varrida.
n° 70	11/1972	Manobra demagógica.
n° 70	11/1972	Repercute a luta armada.
n° 71	12/1972	Verdadeiro caminho do povo.
n° 71	12/1972	Conflitos rurais no Nordeste.
n° 73	04/1973	Combater o banditismo da ditadura.
n° 73	04/1973	Solidariedade aos presos.
n° 73	04/1973	Notável reportagem.
n° 73	04/1973	Comunicado do Comitê Central do PCdoB
n° 75	07/1973	Amplia-se a luta popular.
n° 76	08/1973	Combativa Organização de Massas.
n° 78	10/1973	Cresce a revolta.
n° 79	11/1973	Tirania, entreguismo e fome.
n° 79	11/1973	Êxito das forças guerrilheiras.
n° 80	12/1973	O caminho da libertação.
n° 80	12/1973	Heroicos lutadores da vanguarda.
n° 81	01/1974	Elenira Machado.
n° 82	02/1974	Amazônia: para quem?
n° 83	03/1974	Resistência Intrépida.
n° 83	03/1974	Comunicado n° 8 das forças guerrilheiras.
n° 85	05/1974	Mensagem ao Comitê Central do Partido Comunista da Bélgica

		(marxista-leninista).
n° 86	06/1974	Mensagem de esperança.
n° 87	07/1974	Romance da Libertação.
n°105	07/1974	Aspectos políticos da ditadura no campo.
n° 88	08/1974	Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior.
n° 90	10/1974	Intensificar a luta contra a ditadura.
n° 91	11/1974	Dois poemas de “primeiras cantigas do Araguaia” da autoria do poeta Libério de Campos.
n° 92	12/1974	A contrarrevolução aumenta seus efetivos (da carta a um deputado federal, assinada pelo comando das forças guerrilheiras do Araguaia – junho de 1972 -).
n° 93	01/1975	Relevante fato político.
n° 93	01/1975	A bandeira de luta do Araguaia.
n° 95	03/1975	A causa da emancipação da mulher.
n° 95	03/1975	Lengalenga fascista.
n° 95	03/1975	Não arriaremos nossa bandeira.
n° 96	04/1975	Três anos de luta guerrilheira.
n° 97	05/1975	Luta política e ideológica.
n° 97	05/1975	Vitória de alcance mundial.
n° 97	05/1975	Data proletária.
n° 98	06/1975	Tramas fascistas.
n° 98	06/1975	Declaração conjunta.
n° 98	06/1975	Depoimento sobre o Araguaia.

n° 99	08/1975	Crescem os conflitos no campo.
n° 99	08/1975	Formas simples e acessíveis.
n° 100	09/1975	Disputas e compromisso entre as camarilhas e militares.
n° 100	09/1975	Cresce movimento de protesto contra as violências da ditadura.
n° 100	09/1975	Tarefa primordial.
n° 101	10/1975	Sem luta nada se consegue.
n° 102	11/1975	Heroico e abnegado militante.
n° 102	11/1975	Apreciação crítica.
n° 103	01/1976	Um ano de resistência à ditadura.
n°104	02/1976	Exemplo de firmeza proletária.
n° 104	02/1976	Mensagem do Partido Comunista do Brasil ao P.C. Português [reconstruído].
n° 105	02/1976	Incrível bandeira de luta.
n° 106	05/1976	A solução política.
n° 109	08/1976	Gloriosa jornada de luta.
n° 110	09/1976	Guerra popular: caminho para a libertação dos povos.
n° 111	10/1976	Alienação das terras e política agrícola.
n° 111	10/1976	Mensagem ao Partido Comunista (Marxista-Leninista) da Itália.

*Fonte: Jornal “A Classe Operária”. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acessado em: 20/11/2018. Elaboração própria.

Tabela 4 - Levantamento de reportagens do “Jornal do Brasil” sobre a luta pela terra na Amazônia Mato-Grossense (1971-1976) *

E dição	Data	Título da matéria	Link
00170	23/10/1971	Bispo acusa latifúndios de Mato Grosso de tratarem mal os seus empregados.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/42641
00185	10/11/1971	Bispo ataca marginalização social e os latifúndios de Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/43899
00186	11/11/1971	Nunciatura pede à CNBB documento sobre latifúndio na Amazônia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/43959
00186	11/11/1971	Denúncia do Bispo.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/43961
00187	12/11/1971	Igreja pretende atuar na Amazônia de forma muito ampla.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/44046
00188	13/11/1971	Bispos do Pará e Amapá dão apoio à denúncia sobre latifúndio em Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/44112
00246	22/01/1972	Bispos denunciam a Buzaid exploração de lavradores por proprietários de terra.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/48929
00282	07/03/1972	Mato Grosso envia 30 PMs a Santa Teresinha e Buzaid ouve	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/48929

		Dom Ivo Lorscheiter.	15_09/52039
00284	09/03/1972	Empresários acusam padres pelos conflitos com posseiros no Alto Araguaia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52135
00285	10/03/1972	Polícia apura conflito de Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52215
00286	11/03/1972	Bispo diz que fará tudo para defender posseiros perseguidos pela polícia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52299
00290	16/03/1972	Sudam estuda uso de seus recursos na luta contra posseiros em Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52676
00290	16/03/1972	A Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia e as ocorrências que vêm dificultando o esforço de ocupação na Amazônia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52683
00292	18/03/1972	Arcebispo de Goiânia aponta crise em área de Mato Grosso e pede intervenção federal.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52825
00283	20/03/1972	Buzaid recebe relatório da DPF sobre crise em Mato Grosso denunciada por vários	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/52931

		bispos.	
00296	23/03/1972	Ignorância e sincretismo preocupam Regional Leste-1 da Conferência dos bispos.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/53201
00296	23/03/1972	CNBB defende a integração de colonos no desenvolvimento.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/53201
00305	03/04/1972	Bispo diz que o tapirapé não sobrevive ao bananal.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/54060
00010	20/04/1972	Arcebispo ajuda bispo em denúncia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/55344
00011	21/04/1972	Funai apura em Rondônia denúncia de que seringal usa índios como escravos.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/55419
00014	25/04/1972	Bispos denuncia policiais de ameaçarem posseiros no interior do Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/55671
00016	27/04/1972	Bispo de São Félix volta a denunciar violência policial.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/55792
00019	01/05/1972	Missionários Advertem que a expulsão do padre Jentel afetará mais 20 sacerdotes.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/56016

00021	03/05/1972	Arcebispo goiano protesta contra abusos em São Félix.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/56327
00039	24/05/1972	Governo deverá expulsar do país nos próximos dias o padre Francisco Jentel.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/57706
00149	16/09/1972	Posseiros ficam com terras em Mato Grosso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/67043
00237	13/12/1972	Bispos do Oeste apoiam movimento dos Cursilhos.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/74843
00291	07/02/1973	D. Paulo abre encontro da CNBB e convida à reflexão	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/78299
00054	01/06/1973	Bispo acha que padre será expulso.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/85198
00094	11/07/1973	Caso de Dom Casaldáliga vai a Papa.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/87743
00103	20/07/1973	Espanhóis pedem por Casaldáliga.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/88267
00191	16/10/1973	Ação do Clero é pesquisada no Araguaia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/93626
00075	22/06/1975	Bispos debatem em Goiânia com autoridades federais posse de terra e migração.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/124283

00165	20/09/1975	Airton Soares diz que é iminente a expulsão do Bispo Pedro Casaldáliga.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/128461
00305	09/02/1976	Uma época ruim para a pesca.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/135333
00148	03/09/1976	O Drama indígena.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/146703
00188	13/10/1976	PM de Mato grosso mata padre a bala.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149025
00188	13/10/1976	Soldado de Mato Grosso mata jesuíta a tiro.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149025
00189	14/10/1976	Corpo do Padre João Bosco volta para sua Paróquia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149082
00190	15/10/1976	D. Camilo pergunta se Bispo não seria o alvo.	http://memoria.bn.br/DocReadr/030015_09/149122
00191	16/10/1976	Diamantina sepulta Padre após missa de corpo presente.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149163
00192	17/10/1976	PM que matou Padre depõe hoje em Barra do Garças.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149218
00194	19/10/1976	Cardeal condena exploração da morte de Padre João Bosco.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/149369

--	--	--	--

*Fonte: “Jornal do Brasil”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx>. Acessado em: 20/11/2018. Elaboração própria.

Tabela 5 - Levantamento de reportagens do “Jornal do Brasil” sobre disputa pelo minério no município de Xambioá e a guerrilha do Araguaia (1971-1979) *

nº da Edição	Data	Título da matéria	Link
00254	30/01/1971	Justiça federal de Goiás processa 18 envolvidos com materiais radioativos.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/25140
00023	05/05/1971	Justiça Federal inicia em Goiás ação penal contra exploradores de minérios.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/31324
00102	05/08/1971	CELG uma Empresa em Fase de Grande Expansão.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/37462
00266	17/02/1972	Goiás acha 10 cadáveres em Xambioá.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/50539
00011	21/04/1972	IBDF apreende em Goiás 500 toras de mogno e mais de 2 mil peles silvestres.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/55423
00131	29/08/1972	Rondon será levado a Israel	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/65395
00132	30/08/1972	Araguaia, importante como cartão postal.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/65461

00150	17/09/1972	Tropa faz manobra em Goiás.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/67147
00167	04/10/1972	B. Fortes forma a lista de promoção.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/68682
00307	11/02/1974	Posseiros de Rondônia e Goiás começam a receber do INCRA títulos de posse.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/100157
00324	02/03/1975	Geisel diz na mensagem que deseja afirmar ação política.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/118841
00245	09/12/1976	Comissão Pastoral acusa a polícia de maltratar padre.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/152404
00248	12/12/1976	Luta pela terra gera violências na Amazônia.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/152563
00248	12/12/1976	Leis e órgãos na Amazônia não simplificam colonização.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/152565
00270	05/01/1978	Missão difícil foi demitir Frota.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/173346
000001	09/04/1978	Questões de terras no Brasil atingem estado de crise.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/178142
00156	11/09/1978	Hugo Abreu admite que luta no Pará foi de extermínio.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/186245
00156	11/01/1978	General aguarda liberalização para falar sobre as guerrilhas.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/186247

00158	13/09/1978	General não concorda com torturas.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/186330
00197	22/10/1978	Democracia e liberalização.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/188377
00283	18/01/1979	Informe JB – Memórias.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/192944
00302	06/02/1979	Revista afirma que civis cortaram cabeças para vencer guerrilha no Pará.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/193953
00307	11/02/1979	Comandos que treinam na selva não visam combater só inimigos de esquerda.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/194173
00329	07/03/1979	O livro de Hugo Abreu.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/195318
00242	06/12/1979	Hugo Abreu, 62, morre fazendo o seu 2º livro	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209765
00243	07/12/1979	Frustrados e Frustrações.	http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209821

*Fonte: **Jornal do Brasil.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx>. Acessado em: 20/11/2018.

Elaboração própria.